

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

FILANTROPIA

#72



INSTITUTO
FILANTROPIA

ESPECIAL

FÓRUM
INTERAMERICANO
DE FILANTROPIA
ESTRATÉGICA
ABORDOU MAIS DE
80 TEMAS EM 2015

COMUNICAÇÃO

CONFIRA 14
APRENDIZADOS
SOBRE COMUNICAÇÃO
E MARKETING
ESSENCIAIS PARA SEU
PROJETO SOCIAL

SOBRE PENSAR E AGIR BEM

ADOÇÃO DE ATITUDES E AÇÕES FOCADAS NA ÉTICA
FAZ A DIFERENÇA NA ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

ENTREVISTA • Cantora e escritora Fernanda Takai fala sobre sua atuação em campanhas sociais e sobre o Terceiro Setor no Brasil



FINGERS:

Formação Intensiva de Gestores Sociais



Programa de imersão para capacitação e aperfeiçoamento
estratégico de administradores de Organizações Sociais

Carga Horária: 40 horas

14 a 18 de setembro em Atibaia

PROGRAMAÇÃO

Administrar uma organização social não é fácil, especialmente porque os gestores costumam ser multifuncionais, e nem sempre têm especialização em todas as áreas em que atua. Ele contrata e demite, trabalha com o financeiro, opina no marketing e na captação de recursos, faz reuniões e gerencia crises.

Cuida de processos burocráticos, negocia com o banco, contrata fornecedores, recebe parceiros! Essas e tantas outras atividades fazem do principal líder de uma organização um profissional de '1.001 utilidades'.

Esta imersão foi preparada para orientar e profissionalizar gerentes, secretários executivos, supervisores, coordenadores e diretores de organizações sociais, culturais, ambientais e científicas.

A coordenação pedagógica é de Marcio Zeppelini, presidente do Instituto Filantropia, com quase 20 anos de experiência no Terceiro Setor. Ele e mais 15 palestrantes, todos com larga experiência em programas sociais, abordarão assuntos atuais e um panorama geral sobre as diversas áreas que envolvem o dia a dia de organizações sem fins lucrativos.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Marcio Zeppelini

Empreendedor social e empresário, Presidente do Instituto Filantropia, Produtor editorial e jornalista. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados a Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Sustentabilidade. Autor do livro "Comunicação e Marketing para Projetos Sociais". Criador do Programa "Ser Sustentável" de sustentabilidade humana.

PALESTRANTES

Marcio Zeppelini, Marcelo Estraviz, Alexandre Chiaratti, Rogério Martir, Roberto Ravagnani, Michel Freller, Danilo Tiisel, William Ferraz, Andrea Medina, Fabiana Dias, Marcos Gross, Lucimar Ferreira, Rebeca Toyama, Patrícia Pantaleão, Flávia Mendes, Tiemi Yamashita

Para outras informações sobre o treinamento:
(11) 2626-4019 • eventos@institutofilantropia.org.br • www.dialogosocial.com.br

SER SUSTENTÁVEL



6

Você costuma ver rosas ou espinhos?

ENTREVISTA



8

Fernanda Takai

COMUNICAÇÃO



29

Assessoria de
Imprensa no Terceiro Setor

DATA FILANTROPIA



87

O desafio da desconfiança
na liderança empresarial

GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

18 Criação do Simples Social

Captação de Recursos

23 Crowdfunding para projetos sociais

Comunicação

25 14 aprendizados sobre comunicação e marketing que fazem toda diferença

Voluntariado

36 Voluntariado empresarial e a prática no Peru

Recursos Humanos

38 Cinco erros mais comuns na hora de contratar uma pessoa com deficiência

39 Benefícios da boa liderança para sua organização social

Contabilidade

43 Igrejas e Imunidade Tributária Constitucional

46 Corrida contra o tempo

Legislação

50 Julgamento da ação direta de inconstitucionalidade nº 2.028

55 Supremo Tribunal Federal reconhece a constitucionalidade da Lei das Organizações Sociais

12 RADAR SOCIAL

16 TOM SOCIAL

58 PAINEL DE CONTROLE

92 FIQUE LIGADO!

94 GERAÇÃO DE RENDA

96 REFLEXÃO

MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

62 Onde está a novidade?

Cidadania

64 Recém-deficientes físicos: a gestão de suas atividades laborais em favor de sua qualidade de vida

Comunicação

67 A velocidade da informação e seu impacto na sociedade

SUAS Brasil Afora

69 Apenas Sentimento

Conselhos e conselheiros

71 Alfabetização: instrumento de inclusão social

Ficção

74 Identidade visual e o grupo de convivência



76 **CAPA**

ÉTICA: SOBRE PENSAR E AGIR BEM



20

ESPECIAL

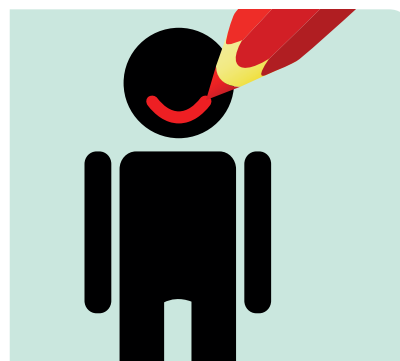
FÓRUM INTERAMERICANO DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA DEMOCRATIZANDO A INFORMAÇÃO



34

VOLUNTARIADO

O que é ter um coração voluntário



84

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A empresa mais sustentável e o consumo



www.institutofilantropia.org.br

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

ATENDIMENTO

Daniel Ivo

Edinete Azevedo

Leila Souza

Sandra Campos

DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL

Fernanda Tudela

Tamara Zeppelini

EVENTOS

Rogério Costa

PROJETOS

Mauricio Dias Lopes

CONSELHO CONSULTIVO

Aron Belinky

Cleber Almeida da Silva

Dal Marcondes

Fagna Freitas

Fernanda Lyra

Joris Van Wijk

José Chapina

Livio Giosa

Mara Gabrielli

Marcus Nakagawa

Marianne Pinotti

Michel Freller

René Steuer

Rilder Campos

Tomaz de Aquino

CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Ricardo Oliveira

Rogério Martir

Rogério Paganatto

CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Wiedman

INCENTIVADORES



PAULUS



kickante.com.br

PARCEIROS ESTRATÉGICOS



M. BIASIOLI
ADVOGADOS



APOIO INSTITUCIONAL



REVISTA FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



AUDITORIA DE TIRAGEM



• TIRAGEM AUDITADA: 15.000 exemplares

EDITOR GERAL: Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

REDAÇÃO: Fernanda Tudela | Paula Craveiro | Luciano Guimarães • **EDIÇÃO:** Alexandre José de Assis | Isabela Benassi | Karina Watanabe • **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** istock.com

CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO: Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello

MORALIZANDO A ÉTICA



THÁIS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

Muitos confundem moral e ética. Apesar de estarem intimamente ligados, são dois conceitos diferentes que se complementam.

Para ser ético, necessariamente é preciso ser moral, ou seja, obedecer regras e costumes, mandamentos culturais e religiosos e atender às expectativas dentro de uma hierarquia pré-estabelecida.

Já a ética vai um pouco além: é o fundamento teórico e prático, baseado no pensamento humano, acerca do modo de viver das pessoas – de forma justa e equalitária.

Tanto a ética quanto a moral estão sendo bastante faladas nos últimos meses. Com escandalosos casos de corrupção pública, diante da indignidade popular – já que a ética da maioria dos seres humanos não permitiria tais transgressões – os brasileiros clamam por mudanças imediatas na forma de conduzir nosso país e seus equipamentos públicos.

Mas será que a falta de ética – e, conseqüentemente, de moral – está só no Governo?

É louvável que milhões de brasileiros saiam às ruas para protestar – seja lá pelo que for. Mas será que é um comportamento ético ir protestar de transporte público quando, no restante dos dias do mês, anda-se de carro? Será que é eticamente correto esgrachar os motoboys às ruas, de dentro de seus carros com ar-condicionado e, mais tarde, pedir uma refeição *delivery*?

Sem contar outras atividades comuns no dia-a-dia dos brasileiros, como a famosa “furadinha de fila”, o DVD comprado na “barraquinha”, ou a “ajudinha” para se tirar uma carta de habilitação.

É o momento de repensarmos nossa atuação humana como um todo. A ética está (ou não) no nosso dia a dia, em nossas relações e ações humanas. A ética não é só cumprir regras, mas acreditar nelas e saber que existem para a garantia do direito de todos. E que não é porque não há algum tipo de fiscalização que ela possa ser transgredida.

A ética está intimamente ligada à justiça social – o que é bom para uns não pode ser prejudicial a outros. Simples assim.

E você, como aplica a ética no dia a dia?

Abraços sustentáveis!



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia

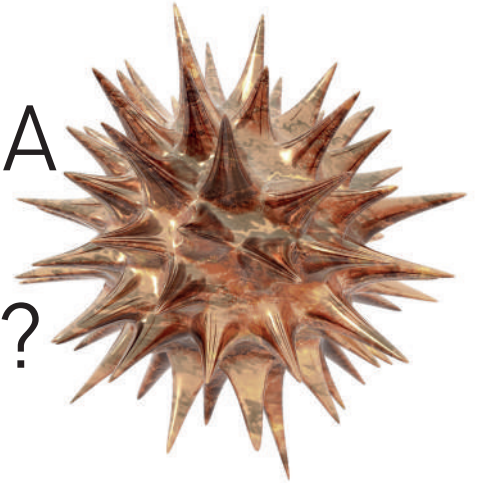


◀ **MARCIO ZEPPELINI** é presidente do Instituto Filantropia, produtor editorial, jornalista e empreendedor. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados à Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Sustentabilidade.



VOCÊ COSTUMA VER ROSAS OU ESPINHOS?

Uma aula sobre crítica



Um conferencista compareceu ante o auditório superlotado, e carregava consigo um pequeno fardo. Após cumprimentar os presentes, em silêncio, enfeitou uma mesa forrada com toalha branca de seda, com dezenas de pérolas que trouxera no embrulho e com várias dúzias de flores frescas e perfumadas.

Em seguida, apanhou na sacola diversos enfeites de expressiva beleza e os distribuiu sobre a mesa, com graça. Logo depois, diante do assombro de todos, em meio aos demais objetos, colocou uma barata voadora dentro de um frasco de vidro.

Só então se dirigiu ao público, perguntando:

- O que é que os senhores estão vendo?

E algumas vozes responderam, discordantes:

- Credo! Uma barata!

- Um inseto nojentinho...

- Uma baratona... dessas que voam!

- Um pequeno monstro!

O conferencista, então, considerou:

- Assim é o espírito da crítica destrutiva, meus amigos!

Os senhores não enxergaram o forro de seda branca que recobre a mesa. Não viram as flores, nem sentiram o seu perfume. Não perceberam as pérolas, nem as outras preciosidades. Mas não passou despercebido aos olhos da maioria o inseto...

E, sorridente, concluiu:

- Pediram-me para subir neste palco para falar sobre crítica, portanto, nada mais tenho a dizer.

DESVIE DOS ESPINHOS, E SINTA O PERFUME DAS ROSAS

Quando criticamos ferrenhamente alguém, algum lugar ou alguma coisa, estamos cometendo dois erros:

1. fazer uma avaliação de um todo a partir de uma única característica daquele indivíduo. Por pior que sejam os defeitos, é necessário avaliar todo o “conjunto da obra” e colocar, de um lado da balança, todas as qualidades daquele indivíduo (ou daquilo que estamos julgando) e, de outro, os defeitos. Assim, teremos uma crítica mais ponderada, mais justa.
2. não pensar no porquê de aquilo ser assim. Quais os reais motivos que levaram alguém a agir daquela forma? Por que tal lugar tem esses atributos? Por que este objeto é assim, e não assado? Muitas das críticas continuarão sendo sensatas pelo simples motivo de que todas as pessoas pensam de formas diferentes. Mas talvez amenizem seus defeitos se soubermos as razões para algo ser do jeito que é.

Quantas vezes não nos fazemos de cegos para as coisas valiosas da vida e das pessoas, simplesmente porque elas são diferentes do que nós pensamos?

Faça o seguinte exercício: sempre que for criticar algo ou alguém, procure antes ao menos UMA qualidade. Fale em voz alta. Perceba como o peso da crítica será menor.

E você será mais feliz.



Fórum Interamericano de **FILANTROPIA ESTRATÉGICA**

5 a 8 de abril de 2016 • Fortaleza - CE

+ de **100 ATIVIDADES** + de **60 PALESTRANTES**
atividades **DE INTEGRAÇÃO**
MINITREINAMENTOS especiais

O **Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica** é uma iniciativa do **Instituto Filantropia** que tem como objetivo reunir temas variados voltados à gestão do Terceiro Setor. Sua terceira edição acontecerá em Fortaleza, de 5 a 8 de abril de 2016.

**MAIS INFORMAÇÕES
E INSCRIÇÕES:**

www.fife.org.br

Realização



Apoio



Parceria Estratégica





DOS PALCOS PARA A VIDA REAL

CANTORA E ESCRITORA **FERNANDA TAKAI** FALA SOBRE SUA ATUAÇÃO EM CAMPANHAS SOCIAIS E SOBRE A ÁREA SOCIAL NO BRASIL

Por Fernanda Tudela e Thais Iannarelli

Conhecida por integrar a banda Pato Fu, Fernanda Takai é cantora, compositora e cronista. Há 22 anos, é a cantora da banda mineira e, recentemente, iniciou sua carreira solo. Fernanda já lançou 15 álbuns, DVDs e tem 4 discos de ouro. Já recebeu diversos prêmios e tem três livros publicados.

A artista se apresentou como convidada de projetos de artistas como Gilberto Gil, João Donato, Roberto Menescal, Zélia Duncan, entre outros. Atualmente, Fernanda se engaja em campanhas em defesa pelos animais e também apoia a campanha de crowdfunding #sejaumapossibilidade, da ONG Novo Céu, de Minas Gerais.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Fernanda fala sobre seu engajamento social e sobre sua visão da área social como um todo no país.







Revista Filantropia: Você tem participado de diversas campanhas em defesa dos animais. Como você avalia o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas ONGs de proteção animal?

Fernanda Takai: Percebo que cada uma tem seu jeito de lidar com os três aspectos mais importantes, a meu ver: educação, incentivo à adoção e busca de novos parceiros. O trato diário geralmente é parecido e depende muito do tamanho da instituição. Acho que um método infalível de garantir que os animais sejam bem cuidados é a triagem muito criteriosa de quem vai trabalhar para isso não sendo apenas voluntário. Quem ama os bichos é sempre responsável e carinhoso, mas quem está apenas pensando no salário pode causar muitos estragos emocionais e físicos aos que mais precisam de atenção.

RF: Ultimamente, você vem direcionando seu trabalho de cantora e escritora para o público infantil. Você acredita que as ações sociais e a atenção que vêm sendo dispendidas para esse público levará a uma melhora significativa no futuro da nossa sociedade?

FT: Sabe que foi quase por acaso? Ao longo de minha carreira, que já tem 22 anos, muita coisa foi acontecendo... Eu sempre tive uma relação fácil com o público infantil. Quando fizemos o

Todo projeto educacional, musical ou não, precisa encantar os pequenos, abrir-lhes um sorriso e semear a vontade de dar o próximo passo!

Música de Brinquedo, ela estreitou-se. Paralelamente, eu tinha lançado dois livros de contos e crônicas, então achei que seria interessante apresentar para essa nova audiência a minha tentativa de ser – eventualmente – uma escritora. Não tenho dúvida alguma de que a base de uma sociedade equilibrada, respeitosa e diversa é a boa educação, o incentivo às artes, ao esporte, à música, à dança. Pessoas sensibilizadas por tudo isso tendem a pensar coletivamente de maneira mais saudável.

RF: Quais pautas devem ser tratadas com prioridade no Brasil para que possamos promover o bem-estar social a todos os seus cidadãos?

FT: Saber escutar o que o outro tem a dizer, e ler muito também. O ser humano não deve perder nunca a vontade de aprender um novo idioma, fazer cursos de aperfeiçoamento profissional, adquirir alguma habilidade extracurricular, participar de forma ativa na sua vizinhança (através da escola, associação de bairro, igrejas, ONGs). Isso tudo só é alcançado com uma boa base educacional. Não é à toa que se insiste muito na parceria família-escola. Os indivíduos espelham geralmente o que está à sua volta, é raro alguém romper barreiras por si só.

RF: O que você acha da atuação do Terceiro Setor no Brasil?

FT: Ainda é tímida para o tamanho do país, não só em termos geográficos, mas também de movimentação financeira. Pode ser uma fase de transição e aprendizado ainda... Criticamos muito o Brasil, mas somos uma nação jovem nessa linha do tempo que é a civilização. Acho que ainda estamos separando as pessoas que são idôneas das que querem fazer disso um modo de autobeneficiamento. O setor evoluirá com o próprio desenvolvimento da nação e, se tudo der certo, contribuirá muito com isso.

RF: Vários projetos educacionais e musicais são voltados para crianças. Você acredita que esses dois temas podem contribuir fortemente para uma mudança no Brasil?

FT: Eles contribuem, é claro. Mas não são suficientes sozinhos. Essas mesmas crianças têm que se alimentar bem, morar e se locomover em segurança, tendo muita motivação para o futuro! O que gosto sobre a música é que ela sempre alcança as pessoas, difícil alguém que não se sinta tocado por essa expressão humana. Todo projeto educacional, musical ou não, precisa encantar os pequenos, abrir-lhes um sorriso e semear a vontade de dar o próximo passo! 🎵



MONELLO CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

*Mais de 45 anos de
Compromisso com
as Entidades do
Terceiro Setor*

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



**MONELLO
CONTADORES**

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



ARQUIVO/FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Ativistas defendem direitos das mulheres durante marcha na Praia de Copacabana

FEMINICÍDIO: APROVAÇÃO DE PROJETO É AVANÇO NA LUTA DAS MULHERES

A aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 8.305/14 do Senado, que tipifica o feminicídio como homicídio qualificado e o inclui no rol de crimes hediondos, é considerada um avanço na luta pelos direitos das mulheres. O texto modifica o Código Penal para incluir o crime – assassinato de mulher por razões

de gênero – entre os tipos de homicídio qualificado. A proposta aprovada estabelece que existem razões de gênero quando o crime envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. O projeto foi elaborado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher. As penas podem variar

de 12 a 30 anos de prisão, dependendo dos fatores considerados. Além disso, se forem cometidos crimes conexos, as penas poderão ser somadas, aumentando o total de anos que o criminoso ficará preso, interferindo, assim, no prazo para que ele tenha direito a benefícios como a progressão de regime.

www.planalto.gov.br

MEC VAI MANTER PLANO DE TORNAR O ENEM DIGITAL

O Ministério da Educação (MEC) vai manter o plano de digitalizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), segundo o secretário executivo da pasta, Luiz Cláudio Costa. A ideia foi anunciada pelo ex-ministro da Educação, Cid Gomes, que fez uma consulta pública on-line sobre a mudança. O novo formato prevê a aplicação da prova on-line. Com isso, o candidato poderá agendar uma data para fazer o exame em um dos locais de prova autorizados pelo MEC. As questões serão sorteadas em um banco público de itens nas quatro áreas de conhecimento do exame – linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; e ciências da natureza e suas tecnologias.

enem.inep.gov.br

ABCR TROCA DIRETORIA

A Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), organização composta por captadores e mobilizadores de recursos do Brasil, alterou sua Diretoria Executiva e agora tem como seu presidente René Steuer, e, como vice, Célia Cruz. É importante destacar a evolução da ABCR nos últimos anos, como a abertura de novos Núcleos Regionais no Paraná, Santa Catarina, Sergipe e Espírito Santo, a consolidação da parceria com o Instituto Filantropia, que oferece até 40% de desconto em suas atividades para os associados, uma média de 600 por ano, além da realização de sete edições do Festival ABCR.

captacao.org/recursos



DIVULGAÇÃO

Lançamento do Programa Google para Organizações Sem Fins Lucrativos

GOOGLE BRASIL LANÇA NOVO PROGRAMA PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Com o propósito de aumentar e facilitar o engajamento de organizações que não possuem fins lucrativos, o Google Brasil lançou o Programa Google para Organizações Sem Fins Lucrativos. A ideia do projeto é basicamente contribuir facilitando o dia a dia das pessoas que trabalham nessas organizações, além de otimizar os processos de planejamento, agendamento, organização e proporcionando compartilhamento em tempo real, entre os colaboradores, que ganham mais tempo para executar outras tarefas. As ONGs selecionadas para participar do programa poderão acessar gratuitamente as ferramentas do Google como, por exemplo, YouTube Premium, AdWords, Google Docs, Hangouts e Google Plus, que ajudarão no aumento do impacto das ações.

www.google.com.br/nonprofits

RIO FIRMA PACTO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ESTADO

Representantes dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e de entidades civis assinaram o Pacto de Compromisso pela Plena Garantia dos Direitos da Infância e da Juventude no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro, como parte das comemorações dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). O objetivo é garantir plenamente os direitos da criança e do adolescente no Estado, com a implantação de diversas ações. Entre as atividades previstas estão o fortalecimento da rede integrada de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência, a implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e o fortalecimento de órgãos de assistência aos menores.

www.agenciabrasil.ebc.com.br

APENAS 15% DOS RIOS E MANANCIAIS MOSTRARAM BOA QUALIDADE

A SOS Mata Atlântica lançou relatório com os dados sobre a qualidade das águas de 111 rios, córregos e lagos de cinco Estados brasileiros e o Distrito Federal. Desenvolvido pela Fundação desde 1993, esse tipo de pesquisa é utilizado para identificar a qualidade da água. Na medição, são levados em consideração a presença ou a ausência de peixes, lixo, larvas e como os cidadãos percebem a qualidade dos rios em sua cidade. Ao todo, foram observados 301 pontos de coleta distribuídos em 45 municípios, e a pesquisa foi realizada entre março de 2014 e fevereiro de 2015. Foi incluído também o monitoramento realizado em 25 rios da cidade de São Paulo e 12 da cidade do Rio de Janeiro. Os rios e mananciais que mostraram boa qualidade são aqueles que estão localizados em áreas protegidas e contam com matas ciliares preservadas. Uma conclusão importante observada é que nenhum dos pontos analisados foi avaliado como ótimo.

www.sosma.org.br



PAULO PINTO/EBCC

Prefeito Fernando Haddad inaugura Centro de Cidadania LGBT

CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT É INAUGURADO EM SÃO PAULO

O Centro de Cidadania LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), no bairro do Arouche, na região central de São Paulo, foi inaugurado pelo

prefeito Fernando Haddad e pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti. No local, vão trabalhar 20 profissionais, entre psicólogos, advogados e assistentes sociais,

que prestarão atendimento às vítimas de homofobia. Elas receberão orientação jurídica e psicológica gratuitamente.

www.capital.sp.gov.br

BRASIL CUMPRIU DUAS DAS SEIS METAS DA EDUCAÇÃO ESTABELECIDAS EM 2000

O Brasil cumpriu duas das seis metas do Marco de Ação de Dakar, Educação para Todos: Cumprindo nossos Compromissos Coletivos, firmado em 2000 por 164 países. De acordo com o último relatório de monitoramento divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), apenas um terço dos países cumpriu as metas. Ainda é preciso vencer o analfabetismo, que atinge 8,3% da população com mais de 15 anos, segundo os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). É preciso melhorar o ensino médio, em termos de atratividade e da oferta do ensino técnico público. Além disso, por lei, até 2016 será preciso colocar todas as crianças de 4 e 5 anos, cerca de 700 mil, no ensino infantil. No relatório, o país é citado como um dos que teve os ganhos mais substanciais entre as crianças das famílias mais pobres comparados com as de famílias menos pobres.

www.unesco.org

PESQUISADORES DEFENDEM LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA ENERGIA SOLAR

Pesquisadores brasileiros em energia solar defendem a criação, pelo governo, de linhas de crédito especial para a aquisição de equipamentos e a instalação de energia solar fotovoltaica (que transforma energia solar em energia elétrica) em residências. Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) indicam que existem hoje, no Brasil, 317 empreendimentos em operação gerando energia solar fotovoltaica, com potência de 15,1 mil kilowatts (kW), 0,01% da energia utilizada no país. As usinas hidrelétricas produzem 62,55% da energia consumida.

www.agenciabrasil.ebc.com.br



Inauguração do primeiro núcleo de enfrentamento ao Tráfico de pessoas do Estado da Bahia

BRASIL ALCANÇA RESULTADOS POSITIVOS NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), lançou o primeiro balanço do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (IIPNETP). A coletiva de imprensa, realizada no escritório do UNODC, apresentou análises e uma avaliação sobre o funcionamento do sistema de monitoramento, assim como o progresso das 115 metas e 14 atividades do Plano, desenvolvidas ao longo dos últimos 19 meses. O balanço permite adotar estratégias para uma melhor execução nos próximos dois anos de sua vigência. A análise geral foi positiva, com um desempenho de 81,8% da média geral.

www.unodc.org

ARQUIVADO O PROJETO DE LEI QUE PROPUNHA A REGULAMENTAÇÃO DO FINANCIAMENTO COLETIVO ON-LINE

O Projeto de Lei 6.590/2013, de autoria do deputado federal Otavio Leite (PSDB/RJ), foi arquivado no final pela Câmara dos Deputados. O projeto previa, conforme sua ementa, estabelecer diretrizes para a atuação de empresas em investimento coletivo (*crowdfunding*), organizadas em página própria na internet. O Projeto de Lei, que tinha sido proposto em outubro de 2013, foi arquivado com base no artigo 105 do Regimento Interno da Câmara, que determina que o mesmo ocorra no início de uma nova legislatura a todas as proposições que, no seu decurso, tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, a não ser que aprovadas em todas as Comissões ou em votação no plenário.

www.camara.gov.br

GOVERNO LANÇA PACTO DE ENFRENTAMENTO A VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA INTERNET

O governo federal lançou o Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet. Entre as ações está o lançamento do site Humaniza Redes. O objetivo é ajudar a criar um ambiente virtual livre de discriminação e preconceito. No Pacto pela Prevenção serão criadas e estimuladas iniciativas que ajudem o usuário a se prevenir de violações dos direitos humanos – amparadas, entre outras leis, pelo Marco Civil da Internet, pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. No Pacto pela Segurança, o Humaniza Redes pretende contribuir para o uso responsável da internet e aplicativos, com a divulgação de dicas de segurança aos usuários da rede.

www.humanizaredes.gov.br

APENAS 20% DA ÁGUA RESIDUAL É TRATADA

A informação faz parte de um relatório elaborado por várias agências da ONU. O documento, produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa da ONU para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), em nome da ONU Água, intitulado Gestão de Águas Residuais, descreve os danos provocados no ecossistema e biodiversidade pela contaminação da água e a falta de tratamento, que prejudicam a saúde, as atividades econômicas e a segurança desse recurso natural. Nos países de baixa renda, esse problema se agrava, com apenas 8% dos países capazes de tratar as águas residuais. O acesso escasso à água e a contaminação desse bem natural geram doenças graves, que poderiam ser facilmente evitadas, principalmente na África, onde mais de 547 milhões de pessoas carecem de acesso a saneamento básico.

www.nacoesunidas.org



PNUD RENOVA PARCERIA QUE PROMOVE DESENVOLVIMENTO POR MEIO DA MÚSICA

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo da Bahia assinaram um termo de cooperação que visa à ampliação do projeto "NEOJIBA III: Apoio à expansão e consolidação dos núcleos de orquestras juvenis e infantis da Bahia". Fruto da parceria, o NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia) tem apoio financeiro do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Funcpe) e vigência de dois anos. O compromisso do programa é promover o desenvolvimento humano por meio da música, principalmente nas regiões mais vulneráveis da Bahia. O projeto tem a meta de melhorar o trabalho pedagógico dos núcleos de orquestras distribuídos pelo Estado, fornecendo instrumentos de excelente qualidade para os jovens músicos e capacitando monitores de música e antigos integrantes – que progressivamente se tornam professores.

www.pnud.org

MÚSICOS TERÃO ACESSO A MAIOR BIBLIOTECA MUSICAL GRATUITA DO PAÍS

Em julho de 2015, será relançada a Musiteca, com teoria, história, exercícios, partituras e inúmeras ferramentas para os interessados em aprimorar o seu conhecimento musical. Com o propósito de tornar o aprendizado da música acessível a todos os amantes da primeira arte, o projeto Musiteca – Biblioteca Musical Gratuita – será relançado no dia 25 de julho de 2015. Para a data, os idealizadores do projeto estão preparando um grande evento interconectado. O objetivo da nova Musiteca é se tornar o maior Centro de Referência virtual sobre música do Brasil. Para isso, a biblioteca disponibilizará materiais de teoria, história da música, partituras para download, notícias, entrevistas com personalidades do segmento, classificados, videoaulas, curiosidades e dicas. Também será lançada uma rede social voltada para estudantes e profissionais de música, com ferramentas exclusivas.

www.musiteca.com.br

SHOWS GRATUITOS EM HOMENAGEM A TIM MAIA

O projeto Nivea Viva, que nasceu em 2012, promove shows gratuitos por todo o país com a intenção de promover a cultura brasileira por meio da música. Na atual edição, o grande homenageado é o cantor Tim Maia (falecido em março de 1998, aos 55 anos), que terá suas músicas interpretadas por Ivete Sangalo e Criolo. Será a primeira vez que estes artistas cantam juntos. O projeto passará por sete cidades, a entrada é gratuita e é possível conferir os locais e horários no site.

<http://www.nivea.com.br>

PORTAL INSERE CRIANÇAS NO MUNDO DA MÚSICA CLÁSSICA

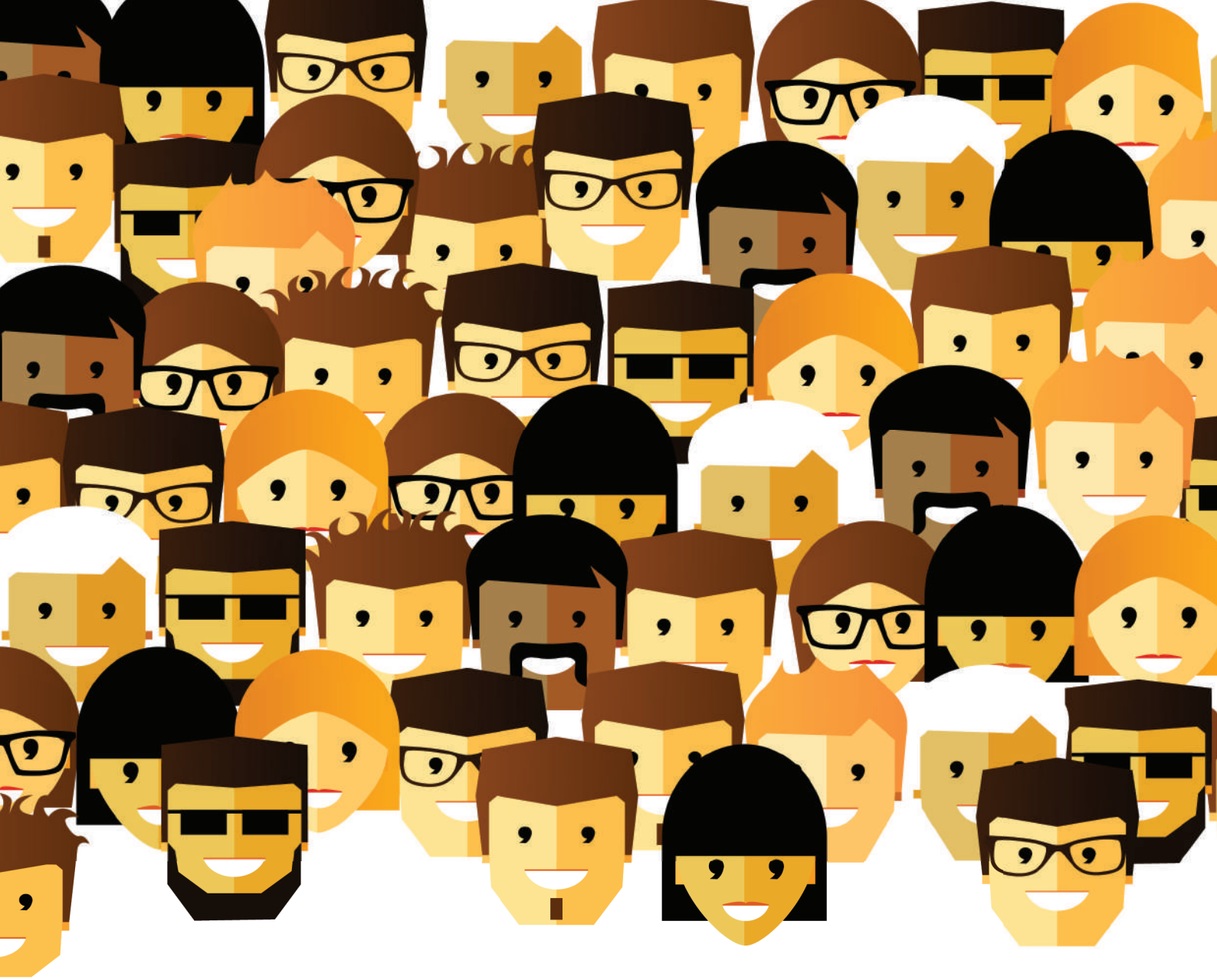
No site Brincando de Orquestra as crianças encontram jogos divertidos para aprender como funciona uma orquestra e seus naipes, dicionário musical, além de um tutorial para os professores que decidirem usá-lo em sala de aula. A plataforma procura oferecer às crianças um primeiro contato com o universo sonoro da orquestra sinfônica. Além disso, pretende auxiliar o professor da rede pública a conduzir o primeiro contato das crianças, particularmente no ensino fundamental, com o universo da música sinfônica.

www.brincandodeorquestra.com.br

AULAS GRATUITAS DE MÚSICA NA ZONA NORTE DE SÃO PAULO

Estão abertas, na Casa de Cultura Salvador Ligabue, as inscrições para os interessados em participar das aulas de música do Programa Vocacional, da Secretaria Municipal de Cultura, que serão ministradas pelo artista orientador Fabrício Gonçalves e acontecerão sempre às terças-feiras, das 14h às 17h, e às quintas-feiras, das 15h às 18h. O Programa Vocacional, composto por diversas linguagens, acolhe jovens a partir de 14 anos com a finalidade de promover a ação e a reflexão sobre a prática artística, a cidadania e a ocupação dos espaços públicos da cidade. As aulas são gratuitas e, para participar, basta comparecer ao local.

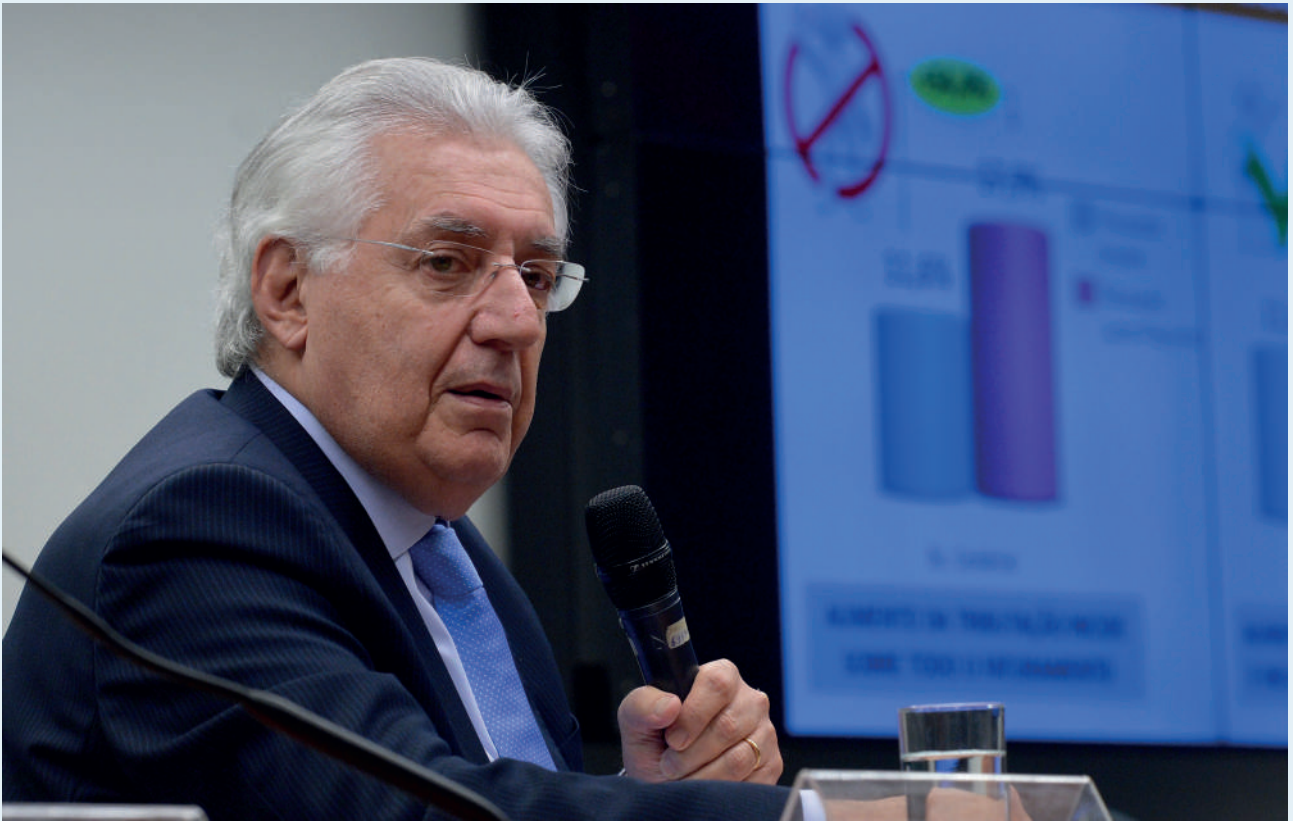
Tel.: (11) 3931-8266 | naquebrada.com.br



**Eu sou voluntário, e você?
Faça parte! Seja Voluntário**

www.voluntariado.org.br





CRIAÇÃO DO SIMPLES SOCIAL

IDEALIZADOR DO SIMPLES E DO MEI, GUILHERME AFIF, MINISTRO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA FALA SOBRE O SIMPLES SOCIAL

Por **Thais Iannarelli**

À frente da pasta da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif tornou-se conhecido quando foi candidato à presidência, em 1989. Depois, no governo de São Paulo, presidiu o Conselho Gestor do Programa Estadual das Parcerias Público-Privadas (PPPs), trabalhando para alavancar investimentos nas áreas de saneamento, transporte e habitação, entre outras.

Afif atua em favor das pequenas empresas do Brasil e, desde 1980, passou a promover congressos para debater o tema. Depois, na Associação Comercial de São Paulo, mobilizou o Brasil pelo Estatuto da Micro e Pequena empresa – iniciativa que precedeu o Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos). O Simples estava previsto no artigo 179 da Constituição, de autoria de Afif quando deputado constituinte, e foi aprovado em 1996, quando ele presidia o Conselho do Sebrae.

Em entrevista à Revista Filantropia, Afif fala sobre o projeto do Simples Social e sobre seus impactos para as organizações sociais.

Revista Filantropia: No que consiste, exatamente, o Simples Social?

Guilherme Afif: Temos no Brasil uma rica experiência de sucesso no rumo da simplificação, que cria sinergia e potencializa resultados positivos. Produto de uma política pública criada na Constituição de 1988, o seu potencial de racionalização vem sendo explorado ao longo de vários anos de forma obsessiva em sucessivos aprimoramentos com engajamento e entusiasmo dos poderes públicos e da sociedade: o regime tributário do Simples, que tem uma grande carga de desoneração burocrática. Seu último grande passo foi a universalização de acesso introduzida em 2014, com nova revisão programada para 2015 para resolver o medo de os pequenos negócios crescerem. A partir da força dessa experiência, a presidenta Dilma decidiu dar um passo decisivo, tornando transversal as suas diretrizes de simplificação e integração por meio do Programa Bem Mais Simples Brasil, criado pelo Decreto nº 8.414, de 26 de fevereiro de 2015, com o objetivo de alavancar o ambiente de negócios e melhorar a eficiência da gestão pública, em resumo, facilitando a vida do cidadão.

RF: Quais são os passos necessários para colocar em prática o Simples Social?

GA: Precisamos de um pacto pela desburocratização que envolva diferentes governos e poderes para começar a reconstruir tudo bem mais simples: um Simples Social para as entidades desse setor, que precisam de apoio e incentivo; um Simples Municipal, que simplifique os procedimentos para as menores cidades (a grande maioria não possui estruturas que suportem as atuais exigências); vários Simples para cada eixo do programa sob a condução de cada Ministério e Secretaria, pois são eles que detêm o conhecimento e a vontade, tenho certeza, para facilitar a vida do brasileiro. Enfim, o Simples Social é uma iniciativa ainda em construção que busca simplificar a vida das entidades do Terceiro Setor, fazendo com que concentrem esforços e recursos nas atividades para as quais foram criadas.

RF: Quais seriam os impactos da implantação para as organizações do Terceiro Setor?

GA: As primeiras reuniões para desenhar o modelo do Simples Social ainda estão acontecendo. Estamos dialogando com entidades do terceiro setor e com setores do governo para avançar na consolidação e amadurecimento das propostas.

RF: O que trouxe o tema de volta à pauta?

GA: O lançamento do programa 'Bem Mais Simples Brasil' e a disposição política de avançar para simplificar e melhorar a vida das instituições, empresas e cidadãos.



Enfim, o Simples Social é uma iniciativa ainda em construção que busca simplificar a vida das entidades do Terceiro Setor, fazendo com que concentrem esforços e recursos nas atividades para as quais foram criadas

Guilherme Afif
Ministro da Micro e Pequena Empresa

RF: Quais são as principais propostas do Simples Social?

GA: A principal diretriz é aproveitar a experiência de sucesso do Simples Nacional e introduzir medidas para diminuir a carga burocrática das entidades do Terceiro Setor, aumentando a sua eficiência.

RF: E as expectativas para sua implantação?

GA: O fato é que, para o cidadão, o Estado não é um só. Para o cidadão são tantos Estados quanto o número de órgãos e entidades públicas que impõem seus próprios regulamentos, procedimentos e exigências, muitas vezes redundantes entre si, sem considerar o que o conjunto dessa obra provoca na vida de todos nós. O fato é que os custos que o cidadão brasileiro, as instituições e as empresas têm de assumir para estar em conformidade a eles são muito elevados. Pior: provocam um efeito negativo na economia, tornando o país menos competitivo e eficiente. As perspectivas para a aprovação e implantação são as melhores, pois temos consenso na sociedade sobre a necessidade de tornar tudo cada vez mais simples.



DEMOCRATIZANDO A INFORMAÇÃO

FÓRUM INTERAMERICANO
DE FILANTROPIA
ESTRATÉGICA 2015 REUNIU
TEMAS IMPORTANTES E
PARTICIPANTES DE TODO O PAÍS

Por **Thaís Iannarelli**

Troca de experiências, disseminação do conhecimento e momentos de integração foram os principais fatores que marcaram a segunda edição do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE), realizado pelo Instituto Filantropia entre os dias 24 e 27 de março na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul. A primeira edição do FIFE, em 2014, aconteceu em Natal, Rio Grande do Norte.

Com mais de 60 palestrantes e 420 participantes, o FIFE 2015 trouxe temas relacionados às boas práticas de gestão do Terceiro Setor e 88 horas de conteúdo, assim como palestras de diversas áreas de interesse, como contabilidade, legislação, comunicação, captação de recursos, recursos humanos, voluntariado, assistência social, entre outras. No dia 24 de março, antes da abertura oficial do FIFE, aconteceram cinco minitreinamentos pré-FIFE. Com seis horas de duração, os temas abordados foram: Siconv em 4 etapas;



1

FIFE 2015 EM NÚMEROS:

- » 420 participantes
- » 25 estados brasileiros representados
- » Mais de 60 palestrantes
- » Mais de 60 temas abordados

Incentivos Fiscais para a Captação de Recursos; Certificação e Manutenção do CEBAS; Empreendedorismo e Negócios Sociais; Monitoramento de Indicadores e Avaliação de Impacto Social.

Na abertura oficial do evento, o palestrante e humorista Murilo Gun falou sobre criatividade e inovação, seguido pela fala do presidente do Instituto Filantropia, Marcio Zeppelini, e pela apresentação do grupo Korvatunturi, espetáculo local que reúne teatro, dança e técnicas circenses.

Os dias 25 e 26 de março foram focados em conteúdo técnico. Temas variados, como SPED, Cebas, tecnologias sociais, investimento social privado, Sistema Único de Assistência Social (SUAS), captação de recursos com indivíduos, cultura da doação, legislação trabalhista, E-social, entre outros, fizeram parte da programação. Debates também marcaram o evento; destaque para o debate sobre o Novo Marco Regulatório das

FOTOS: CURTA A IDEIA



2



3

(1) Abertura do FIFE 2015, com a palestra de Murilo Gun; (2) Debate sobre Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil; (3) Marcio Zeppelini, presidente do Instituto Filantropia, durante a abertura do evento.

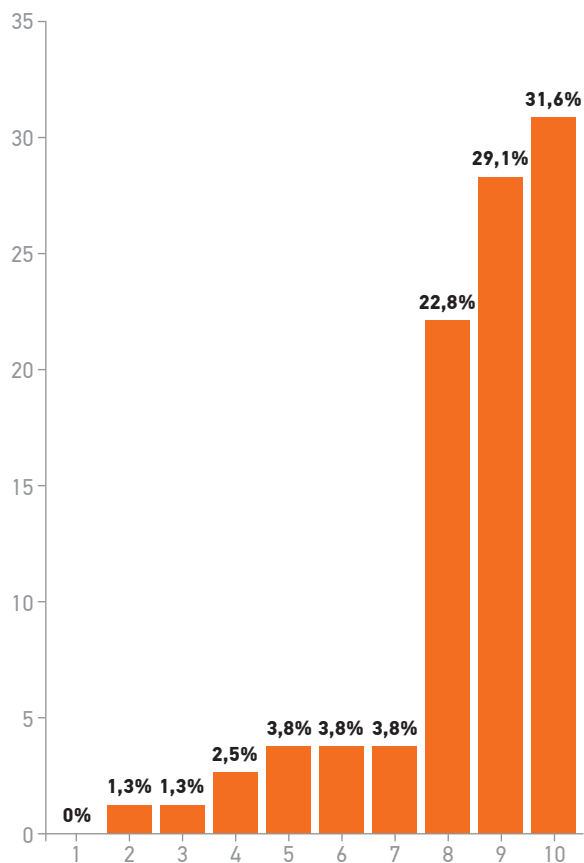
Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014), com a presença da assessora especial da Secretaria Geral da Presidência da República, Laís Lopes, da advogada Ana Carolina Carrenho e do contador, auditor e advogado Ricardo Monello.

Os dias foram encerrados com palestras magnas. No dia 25 de março, Vanda Scartezini, representante da Public Registry Interest (PIR), falou sobre o lançamento da comunidade global de ONGs, a OnGood, seguida pela pesquisadora Paula Chies, da International Society for Third-Sector Research (ISTR), que falou sobre a importância de relacionar a teoria e a prática para a eficiência da atuação das organizações sociais. No dia 26, as palestras magnas foram proferidas por Cintia Pino, da rede social Horyou, que falou sobre Ativismo digital e relacionamentos via web, e Maria Elena Johannpeter, da Parceiros Voluntários, que abordou a responsabilidade social e os relacionamentos estratégicos das ONGs e outros agentes.



Equipe do Instituto Filantropia, responsável pela realização do FIFE

PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE O CONTEÚDO DO FIFE



WWW.FIFE.ORG.BR

No dia do encerramento, o secretário executivo adjunto do Movimento Nacional pela Cidadania, Odilon Faccio, falou sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Depois, a artista Maria Goret Chagas emocionou a todos com sua história de vida e superação, e também fez, ao vivo, pinturas com os pés e com a boca. Roberto Ravagnani, mestre de cerimônias – um dos fundadores da ONG Canto Cidadão – fez o encerramento do evento, e Marcio Zeppelini anunciou o local de realização do FIFE 2016: de 5 a 8 de abril, em Fortaleza, Ceará. “Esta segunda edição do FIFE mostrou que o evento veio para ficar. Certamente é e será um dos principais momentos de discussão e troca de conhecimento que o Terceiro Setor brasileiro tem em seu calendário”, diz Marcio Zeppelini.

O FIFE 2015 contou com 420 participantes de 25 estados brasileiros. “Participar do FIFE 2015 foi uma oportunidade de estabelecer uma rede de conhecimento, aprendizado e crescimento profissional. O Terceiro Setor no Brasil passa por importantes transformações, e cresce de maneira positiva, além da certeza de que pessoas capacitadas podem desenvolver processos mais organizados, que trazem resultados extremamente favoráveis dentro das organizações”, diz André di Senna, da participante da Associação Maringaense dos Autistas (AMA).

Na edição de 2015, o Instituto contou com o patrocínio da Public Interest Registry (PIR)/OnGood. Nossos parceiros incentivadores foram a Horyou, a Nelson Williams Advogados e o Instituto Bancorbrás. Além disso, contamos com o apoio da gráfica O Lutador, Chocolates Lugano, Audisa Auditores Associados, Canto Cidadão e Curta a Ideia. O FIFE 2015 também teve a participação de 20 instituições brasileiras e estrangeiras, que apoiaram na divulgação e com conteúdo. As inscrições do FIFE 2016 já estão abertas, e afiliados do Instituto Filantropia têm condições especiais para participar! 🍷



CROWDFUNDING PARA PROJETOS SOCIAIS

Engana-se quem pensa que a maior dificuldade das ONGs é resolver problemas mundiais. Aliás, deveria ser. Mas, a maior dificuldade delas, na verdade, é arrecadar recursos para seus projetos sociais. E o crowdfunding vem como uma solução de custo baixíssimo, gerando resultados rápidos para esse problema. E mais, com o crowdfunding a ONG pode arrecadar fundos antes do período de maturação exigido pelo Governo, que é de dois anos (afinal, as ONGs possuem necessidades imediatas, não podem esperar dois anos!).

A palavra crowdfunding, traduzida ao pé da letra, significa 'financiamento feito por uma multidão'. É quando várias pessoas resolvem se engajar em um projeto com o qual se identificam, ajudando a financiá-lo com seu próprio dinheiro. Não existe uma quantia fechada, cada um colabora com o valor que pode. Baseado na economia colaborativa, tem como fundamento a premissa de que, juntos, todos podem conquistar seus objetivos.

Dentre os diferentes objetivos de ONGs que criam campanhas de crowdfunding, destacam-se:

- Arrecadar fundos para viabilizar ações humanitárias;
- Arrecadar fundos para custear a manutenção de abrigos e tratamento de animais;
- Apoio financeiro para o pagamento de despesas operacionais da ONG;
- Arrecadação de recursos financeiros para a compra de materiais, equipamentos, meios de transporte, entre outros itens a serem utilizados pelas ONGs.



Outra vantagem do crowdfunding para projetos sociais é que as ONGs podem receber doações das mais diversas cidades do Brasil e do mundo – algumas plataformas já aceitam doações do exterior. Estes doadores nem saberiam da existência da instituição ou do projeto social se não fosse pela ferramenta

Geralmente, quando se arrecada fundos para uma causa nos métodos tradicionais, é preciso contratar uma equipe para gerenciar a campanha. No entanto, a plataforma de crowdfunding realiza todos os papéis: recebe e registra as contribuições feitas por você; contabiliza a quantidade já arrecadada e estima quanto ainda falta para alcançar o objetivo financeiro; algumas oferecem dicas e estratégias de divulgação; e, por fim, o site também registra os dados dos apoiadores da causa para o seu controle e para, eventualmente, ao final das arrecadações, retribuir quem doou com recompensas simbólicas.

Mas, as plataformas de crowdfunding tiveram de se adaptar para atrair as ONGs. O grande aumento de campanhas de crowdfunding de ONGs em 2014 foi resultado do surgimento da opção da campanha flexível, trazida pela plataforma da Kickante. Antes, no Brasil, só havia a opção de ‘campanhas tudo ou nada’, ou seja, a ONG só recebia o valor arrecadado se batesse ou ultrapassasse a meta estabelecida. Porém, sabemos que qualquer valor de doação é bem-vindo para as ONGs. Com a opção da campanha flexível, a ONG leva o que arrecadar, independentemente de atingir ou não a meta. Este é um diferencial que vem atraindo ONGs grandes, como Médicos Sem Fronteiras, mas também organizações pequenas. Segundo uma declaração do Médicos Sem Fronteiras, “escolhemos a plataforma da Kickante pois é mais focada em fundraising do que as plataformas de crowdfunding tradicionais, em que só há o processo de ‘tudo ou nada’. Qualquer valor é bem-vindo, não podemos perder as doações!”.

Outra vantagem do crowdfunding para projetos sociais é que as ONGs podem receber doações das mais diversas cidades do Brasil e do mundo – algumas plataformas já aceitam doações do exterior. Estes doadores nem saberiam da existência da instituição ou do projeto social se não fosse pela ferramenta, e isso contrasta com a teoria de que doadores e instituições precisam estar próximos, ou de que as instituições só devem arrecadar doações pela comunidade, ou de pessoas próximas. Aliás, esta dispersão geográfica talvez seja uma das características mais marcantes do

crowdfunding. Quando o contribuidor se identifica com o projeto social realizado pela ONG, ele contribui e ajuda a transformar a vida de diversas pessoas.

Além disso, ao final da campanha de crowdfunding, algumas plataformas disponibilizam a lista de todos os contribuintes. Essas pessoas passam a fazer parte do mailing da ONG, o qual poderá ser utilizado em outras divulgações, fora da plataforma – antes de iniciar a sua campanha, certifique-se com a plataforma sobre esta funcionalidade. Por isso, é importante que a ONG trabalhe o relacionamento com estes doadores, pois eles podem se tornar fiéis a Instituição.

MERCADO DE CROWDFUNDING PARA O TERCEIRO SETOR

Este é um mercado que está em pleno crescimento no Brasil, e já há novidades sendo lançadas. Uma delas é o Clube de Contribuição Mensal, pelo qual as ONGs podem arrecadar doações continuamente para seus projetos sociais. Elas criam uma campanha com as mesmas configurações de uma campanha de crowdfunding comum, mas podem arrecadar de forma recorrente. Esta é uma opção que pode ser realizada após uma campanha de crowdfunding normal, pois já houve uma divulgação prévia da ONG, do projeto social e de suas necessidades.

Outra novidade lançada recentemente é o Kick Solidário. Neste caso, o contribuidor se torna um voluntário digital e pode criar uma campanha de crowdfunding para arrecadar fundos para uma ONG de que goste. A plataforma já possui o cadastro prévio de dezenas de ONGs, e todas as doações vão diretamente para a Instituição escolhida pelo voluntário. Se você se identifica com algum projeto e deseja mudar a vida das pessoas, esta é uma ótima oportunidade!

2014 foi o ano em que o Terceiro Setor realmente passou a conhecer o crowdfunding e todas as suas vantagens. Também foi o ano em que recordes de arrecadação foram batidos. A campanha #Torcida MSF, para o Médicos sem Fronteiras, foi a maior arrecadação em crowdfunding para entidades de terceiro setor no país – um total de R\$ 143.263,00, em 2.698 contribuições. A segunda maior arrecadação para o Terceiro Setor, a campanha Artic Sunrise, para a recuperação do navio do Greenpeace, arrecadou R\$ 106.225,00, em 1.841 contribuições.

Para este ano, a tendência é que mais ONGs utilizem o crowdfunding para viabilizar projetos sociais, e também que as plataformas inovem para se adaptar cada vez mais às necessidades do Terceiro Setor. Mas, é realmente positivo saber que as ONGs podem diversificar as maneiras de arrecadar recursos. O sucesso do crowdfunding para o Terceiro Setor mostra que a população está ao lado da ONG, e não quer que projetos sociais fiquem somente no papel: eles querem ajudar a transformar a sociedade! 📌



14 APRENDIZADOS SOBRE COMUNICAÇÃO E MARKETING QUE FAZEM TODA DIFERENÇA

Por que tantas pessoas toparam jogar baldes de água na cabeça em 2014? A campanha para arrecadar recursos para pesquisa, prevenção e tratamento da esclerose lateral amiotrófica (ELA) mobilizou milhares de pessoas e arrecadou mais de 15 milhões de dólares. O 'Desafio do Balde de Gelo' – como ficou conhecida a campanha lançada nos Estados Unidos e que se espalhou pelo mundo todo – propunha que uma pessoa doasse cem dólares ou jogasse um balde de gelo na cabeça e desafiasse um amigo a fazer o mesmo. Embora o chamado fosse para doar ou jogar

o gelo na cabeça, a diversão ficou por conta do balde. Quem doou também se esbaldou.

A campanha fez as pessoas se divertirem, teve tons de gamificação, trouxe desafios que puderam ser compartilhados entre amigos, permitiu que as pessoas mobilizassem outros amigos. Mas, talvez, a brincadeira tenha ficado muito maior que a causa. Vestir a camisa da campanha é ótimo, mas é efêmero. O que deveria importar para nós é vestir a camisa do propósito, da causa. A comunicação vai atingir seu objetivo mais alto quando ela realmente mobilizar, criar uma ligação entre os interlocutores dessa 'conversa'. ▶

Atuando com comunicação em iniciativas sociais desde 1998, consegui extrair da minha vivência e do que tenho ouvido das pessoas que atuam com comunicação, marketing e engajamento de stakeholders alguns pontos que são muito recorrentes. Eles estão organizados aqui, para você aproveitar cada um.

1. ENTENDA O CENÁRIO EM QUE VOCÊ ATUA

Antes de dar qualquer passo, pare e observe. Quais são os cenários que ambientam a sua organização? Identifique o que há de marcante no cenário global. Faça o mesmo para o cenário micro, da sua causa ou do seu mercado, por exemplo. E, finalmente, observe qual é o cenário interno da sua organização ou do seu negócio. O que está acontecendo agora? O que parece vir pela frente?

Mais do que pensar sobre isso ou fazer algumas anotações descritivas, desenhe. Construa um mapa mental para cada cenário, correlacione fatos e verifique o que parece mais relevante.

2. SAIBA POR QUE SE COMUNICAR: DESAFIOS LEGITIMIDADE, EFICIÊNCIA/EFICÁCIA, SUSTENTABILIDADE

Lester Salamon, pesquisador da Johns Hopkins University, estudou os desafios das organizações do Terceiro Setor e chegou à conclusão de que existem quatro grandes desafios: legitimidade, eficiência/eficácia, sustentabilidade e colaboração.

- **O desafio da legitimidade** representa a dificuldade das iniciativas de mostrar o que são e provar sua validade para a construção social. Segundo SALAMON (1997), há medidas que podem ser aplicadas.
- **O desafio da eficiência/eficácia** refere-se à diferença entre ser eficiente no uso dos recursos e ser eficaz na realização do trabalho relativo à missão social proposta. Isso quer dizer que sua iniciativa até pode estar em ordem com relação ao uso dos recursos, mas que indicadores sociais você está mudando? Isso é ser eficaz, atuar bem no cumprimento do propósito.
- **O desafio da sustentabilidade** tem a ver com a capacidade financeira de se manter na realização da missão proposta. A sustentabilidade tem relação direta com a gestão dos recursos, incluindo a captação de recursos financeiros, físicos e pessoais, o controle de despesas e a aplicação correta dos investimentos, trabalhando com orçamentos realistas e equilibrados.
- E talvez o mais atual deles seja o **desafio da colaboração**: buscar e aceitar a responsabilidade partilhada. A capacidade de tratar conjuntamente – com organizações parecidas com a sua, mas também com outros segmentos da sociedade – os problemas e se dispor a co-criar soluções.

Tente identificar quais são os desafios da sua organização ou de seu negócio. Se eles não estiverem expressos, proponha e ajude a estipular objetivos macro e faça a comunicação e o marketing andarem na direção deles.

Tente identificar quais são os desafios da sua organização ou de seu negócio. Se eles não estiverem expressos, proponha e ajude a estipular objetivos macro e faça a comunicação e o marketing andarem na direção deles

3. ENTENDA SEU PROPÓSITO E DEIXE AS PESSOAS SE IDENTIFICAREM COM ELE

Aqui, é quase um mergulho interno. O como você existe não importa tanto quanto o 'para quê' você existe. Talvez a sua forma de atuação mude com o tempo, e isso é até esperado, porque os cenários mudam (lembra-se do primeiro item?). Mas seu propósito, sua razão de existir, deve estar suficientemente clara para que outras pessoas possam compreender, identificar-se com ele e querer estar com sua iniciativa para alcançá-lo. Isso muda o tom da sua comunicação radicalmente – e para melhor.

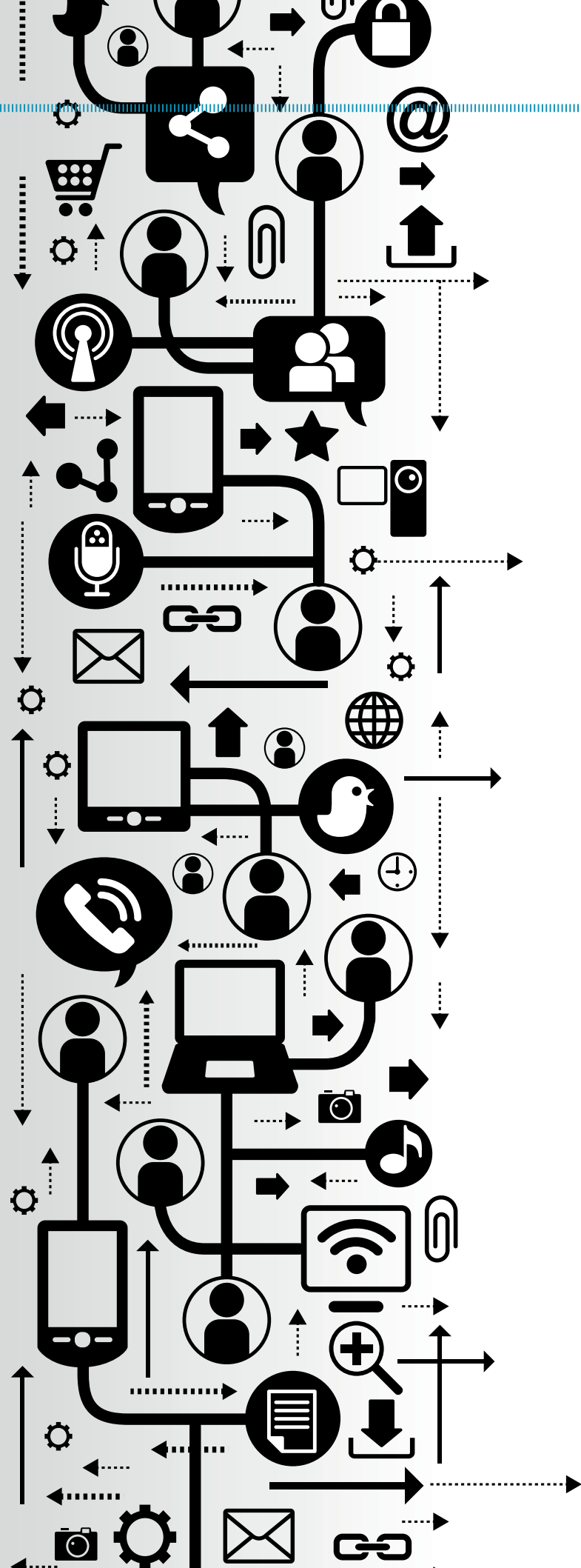
4. CONHEÇA MUITO BEM SEUS PÚBLICOS

Se você quer se comunicar com alguém, entenda muito sobre essa pessoa. O mesmo vale do ponto de vista organizacional. Talvez até mais. Isso vai fazer seu programa de comunicação agir para criar e manter relacionamentos, e não simplesmente para mandar informações. Detalhe que faz toda diferença.

Faça um mapa dos seus *stakeholders* – aqueles grupos que têm ou podem vir a ter algum interesse no seu trabalho e/ou que são afetados por ele. Nomeie cada um desses grupos/perfis de pessoas ou organizações. Identifique os mais relevantes e as relações entre eles (quem influencia quem?).

Entenda o que você quer com cada um – o que chamamos de seu objetivo com essa relação – e imagine o que eles esperam da sua organização ou negócio. Pensando nisso, programe quais serão suas ações. Mande informação, mas crie momentos em que você se coloca ao dispor deles, compartilhe com eles coisas que possam ser do seu interesse – como uma simples notícia – e ofereça benefícios.

Procure estabelecer empatia com cada um deles. Descreva, para cada público, o que realmente importa para ele? Quais são as coisas que ele ouve e vê? Qual é sua atitude em público? Quais são seus medos e quais as conquistas que ele espera ter? Tente criar um perfil típico que descreva cada público.



5. FIQUE ATENTO ÀS MELHORES PRÁTICAS

A rotina costuma nos manter pouco atentos ao que está acontecendo no mundo. Mude isso. Adote uma metodologia que facilita a pesquisa sobre boas práticas que estão acontecendo 'no mundo'. Faça um *benchmarking* (é assim que se chama essa ferramenta). Saiba qual o seu objetivo em fazer essa pesquisa (por exemplo, identificar as melhores práticas em comunicação institucional).

Monte uma tabela em que cada coluna é um item que você quer pesquisar (coluna 1: site; coluna 2: eventos; coluna 3: enunciados de missão, visão e valores; coluna 4: presença em mídias sociais). Em cada linha coloque o nome de uma organização que você quer pesquisar. Se você observar cerca de 8 itens de mais ou menos 6 organizações, você já terá bastante material. Faça anotações simples, das coisas que parecerem mais marcantes.

Uma dica: se você só pesquisar organizações ou negócios muito parecidos com a sua iniciativa, você provavelmente vai encontrar práticas semelhantes e vai conseguir inovar pouco. Então, pesquise alguns nomes parecidos com você e veja também quem faz exatamente o oposto do que sua organização faz. Pesquise uma empresa, alguém de outro ramo, enfim, não tenha medo de sair do seu universo ou do seu ecossistema.

Depois de pesquisar, olhe para todo o material e veja o que te inspira, o que funcionaria bem para o seu trabalho e o que encantaria seus públicos. Que ideias inovadoras você consegue tirar dessa pesquisa? Aí, é se preparar para implementar.

6. GERE CONTEÚDO RELEVANTE

Agora que você entende melhor com quem você se comunica, faça conteúdos que atendam a expectativa deles, que sejam de fato importantes para quem eles são, que estejam de acordo com o que gostam de fazer, ver ou ouvir e que os ajudem, especialmente.

Não importa sobre o que você quer falar, se isso não puder realmente 'mobilizar' as pessoas com quem você quer interagir.

7. SEJA UM CURADOR DE CONTEÚDO

Já que você está preparando ações e conteúdos que atendem a anseios e expectativas dos seus públicos, que tal criar um lugar referência?

Você já sabe o que cada *stakeholder* quer. Então, seja você o organizador de muito conteúdo de qualidade, que tenha a ver com o propósito da sua iniciativa e que também seja bom para seus públicos.

Pesquise e organize textos, notícias, cursos, palestras, vídeos, imagens que sejam relevantes em um blog especializado. Isso será bom para muita gente que quer saber sobre o assunto e para você, gerando mais tráfego para os seus canais e aumentando sua possibilidade de fazer comunicação e engajar – além de, claro, atingir seus objetivos.

Você já sabe o que cada stakeholder quer. Então, seja você o organizador de muito conteúdo de qualidade, que tenha a ver com o propósito da sua iniciativa e que também seja bom para seus públicos

8. SE QUER QUE AS PESSOAS SE ENGAJEM, COMECE CONTANDO 'O PORQUÊ' DAS COISAS

Geralmente começamos a contar uma história ou um fato pelo 'o que', depois racionalmente passamos para o 'como' e deixamos o 'porquê' para o final. Analisando a estrutura dessa fala ou desse texto, começamos por uma informação fria. Inverta a ordem: comece contando o propósito, o 'para quê'. Muitas pessoas nunca perceberam que pode haver um propósito, que pode ser menos mecânico. A chance de atrair atenção e se diferenciar é muito maior.

9. LEMBRE-SE: PESSOAS SE CONECTAM COM EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS

Inevitavelmente falamos com pessoas e, se quisermos nos diferenciar dentro desse mar de informações em que vivemos e se, mais que isso, quisermos ficar na memória, devemos seguir essa orientação: mantenha a comunicação centrada no ser humano.

Estamos falando aqui de usar a experiência narrativa de construção de sentido. Tem que fazer sentido. Tem que gerar algum significado. Podemos nos inspirar nas técnicas de *storytelling*.

Busque e registre histórias que sejam importantes pra sua iniciativa. Não precisa ser uma história organizacional oficial. Pode ser a história de alguém em que sua organização está presente.

Mesmo que você não vá usar, registre boas histórias sempre.

Tente focar nos temas universais, como amor, superação, amizade, morte (mas cuidado com excesso de tristeza e de sofrimento, porque isso afasta). Esses temas fazem sentido para qualquer pessoa, por mais que seu contexto cultural seja diferente do contexto em que você está.

Use metáforas. Elas ajudam no transporte de sentido. A escolha de palavras deve permitir imagens mentais, portanto, esteja atento à capacidade descritiva da narrativa. As palavras e expressões também devem ser coerentes com o público

10. PERMITA QUE AS PESSOAS POSSAM FAZER A DIFERENÇA NA SUA CAUSA

Deixe bem claro de que maneira as pessoas podem colaborar para que o objetivo da sua organização seja alcançado. Além disso, considere a possibilidade de o seu *stakeholder* co-criar com você. Avalie se a melhor colaboração seria a de co-criar uma campanha,

de co-criar uma implementação ou a de deixar que ele conduza algo. Convidar uma pessoa só para simplesmente ser figurante em uma cena em que tudo já foi pensado, pode ser menos interessante. Se o único papel que couber a ela, ainda, for doar ou investir algum dinheiro sem poder colaborar com mais nada, você estará fazendo um convite frio e pouco interessante. Torne seu stakeholder protagonista da sua campanha junto com você.

11. PROTOTIPE E TESTE PARA VER SE SUA IDEIA FAZ SENTIDO PARA AS PESSOAS

Antes de por em prática uma campanha, faça um pequeno teste qualitativo. Monte um protótipo e simule como se fosse uma aplicação real da campanha. Os feedbacks que você colherá indicarão se a campanha está adequada para o seu objetivo. Prototipar ajuda a compreender o que as pessoas querem. Experimente e se permita errar. É para isso. Uma solução pronta e descolada do que faz sentido para as pessoas provavelmente não vai funcionar.

Os testes de validade vão te ajudar a enxergar, por exemplo, se a mensagem é impactante, se as mídias que você escolheu são adequadas para o público e surtem o efeito desejado ou se a época da campanha é a adequada.

12. PARA SABER SE DEU CERTO, LEMBRE-SE DE QUAL ERA O SEU OBJETIVO

É muito frustrante chegar ao final de uma campanha, com muitas ações realizadas, e não saber se deu certo. Tenha sempre em mente o objetivo da sua ação. Às vezes nos encantamos com boas ideias, mas nos perdemos do que precisávamos alcançar. Use bem os recursos. Registre o processo e prepare-se para demonstrar resultados. Qualidade importa. Quantidade também.

13. CRIATIVIDADE É TUDO: MANTENHA SUA ROTINA CRIATIVA

Todos sabemos que, para manter uma vida saudável, é preciso incluir exercícios na rotina. Para as profissões em que precisamos de criatividade, também é importante manter o que eu chamo de rotina criativa. Criatividade é o insumo fundamental de quem trabalha comunicação e marketing. É a partir dela que conseguimos propor ações, associar coisas e fatos, pensar inovações e gerar sentido. E criatividade requer inspiração, requer conhecimento do contexto, observação do cotidiano, requer conviver com situações aspiracionais. Coloque na sua semana um momento de contato com a arte, vá a um museu, ouça música, observe a arte de rua, pesquise tendências, analise peças de design. Mergulhe nisso. Alimentar a sua criatividade é a possibilidade de você trabalhar melhor e gerar mais impacto.

14. CIRCULE

E, finalmente, esteja entre as pessoas. Circule, participe, arrisque-se em atividades que tiram você da sua zona de conforto. É lá que você vai captar ideias sobre o que fazer para comunicar e engajar. 📍



ASSESSORIA DE IMPRENSA NO TERCEIRO SETOR

Entenda a importância da comunicação entre as organizações e seus *stakeholders*

Por Felipe William

Durante muito tempo, instituições de diversos setores enfrentaram grandes dificuldades para conseguir se comunicar com seus *stakeholders* e com a mídia em geral. Este era um problema de extrema urgência a ser resolvido, uma vez que poderia causar uma variedade de ruídos e mal-entendidos.

Pensando nisso, criou-se uma ferramenta com o intuito de facilitar, agilizar e trazer muito mais segurança para esse processo: a Assessoria de Imprensa. Trata-se de uma atividade que faz parte da área de comunicação social e que exerce suas funções para um ou mais “assessorados”. São exemplos de assessorados empresas, pessoas físicas (músicos, advogados, médicos) e ONGs.

O QUE FAZ A ASSESSORIA DE IMPRENSA?

Dentre as funções principais de uma Assessoria de Imprensa, destacam-se:

- Assegurar a criação de relações sólidas e de confiança entre os meios de comunicação e a instituição, com o objetivo de angariar respeito e credibilidade;
- Estabelecer parâmetros para coordenar as atividades do assessorado, para que seja possível recuperar, alcançar e manter uma boa imagem junto à opinião pública;
- Reunir e apresentar informações relacionadas à instituição em âmbito local, nacional ou até mesmo internacional;
- Implantar a comunicação de massa tanto internamente quanto externamente no que se refere ao assessorado;
- Tornar o assessorado capaz de entender e lidar com a imprensa.

Além disso, uma das principais atividades do assessor de imprensa é aproximar a realidade das instituições com os meios de comunicação. É praticamente impossível que meios de comunicação como internet, revistas e televisão tenham informações das organizações e empresas sem o auxílio de um assessor de imprensa.

Dentro do ramo de Assessoria de Imprensa existem os *press releases*, ou *comunicados de imprensa*, que são textos informativos divulgados para anunciar, informar ou esclarecer para a mídia algum fato que envolva o assessorado, tanto de forma positiva quanto negativa. Com a popularização da internet, esse tipo de comunicação se tornou mais abrangente, principalmente por meio do envio de e-mails.

Ainda com relação às funções da Assessoria de Imprensa, encontram-se as “*Coletivas de Imprensa*”. Trata-se de um evento midiático no qual a equipe de assessoria convida jornalistas para divulgar alguma informação, abrindo espaço para perguntas sobre o assunto abordado.

A ASSESSORIA DE IMPRENSA EM ONGS

O Terceiro Setor tem tido cada vez mais importância para a mídia de um modo geral, devido a sua imensa relevância para a sociedade. Segundo Katia Saisi, diretora executiva da Pluricom,



A era da internet traz consigo uma infinidade de alternativas para as organizações do Terceiro Setor mostrarem à sociedade seus ideais e projetos em prol de um país mais justo. A imprensa tem ficado cada vez mais atenta para as iniciativas de ONGs. Entretanto, uma das barreiras mais comuns encontradas para que a instituição se torne visível é a falta de uma boa estrutura de comunicação

a rotina de trabalho de uma assessoria de imprensa em ONGs se assemelha às demais assessorias:

- Leitura de jornais, revistas e publicações dirigidas, bem como acompanhamento do noticiário de rádio e televisão, para verificar o que é possível gerar em termos de sugestão de pauta, release de opinião, nota oficial, comunicado, entrevistas em rádio e televisão, evento especial, informações para públicos específicos.
- Contato permanente com o assessorado (para discussão, pauta, elaboração de matérias, avaliação de resultados).



- Atendimento das demandas dos jornalistas.
- Planejamento de ações possíveis junto à imprensa.
- Atualização dos relatórios de atendimento.
- Atualização de contatos dos jornalistas.

Para a profissional, existem elementos que diferenciam a execução de tarefas de uma assessoria de imprensa em empresas privadas e organizações não governamentais. “A principal diferença é que, em vez de um produto tangível, a assessoria de imprensa em ONGs trabalha com conceitos que devem sensibilizar um público que não é o usuário dos serviços prestados. Este é o grande desafio”, relata.

Além disso, ela complementa que o foco em se manter atualizada e reconhecível deve ser um fator preponderante dentro de uma instituição. “Nesse sentido, a assessoria de imprensa de ONGs deve ter em mente o mesmo que qualquer outra organização (seja ela privada ou pública, em qualquer área: empresarial, política, religiosa, cultural etc.): construir uma marca forte, reconhecível na sociedade, com credibilidade e consistência”. Para tanto, deve avaliar o que é notícia da perspectiva dos jornalistas que irão recebê-la, considerando os seguintes fatores:

- *Atualidade*: interessa o que é recente.
- *Universalidade*: importa o que é comum à maioria dos receptores das informações.
- *Proximidade*: chama a atenção do público o que ocorre ao seu redor.
- *Proeminência*: vale mais o que ocorre com pessoas consideradas importantes

A era da internet traz consigo uma infinidade de alternativas para as organizações do Terceiro Setor mostrarem à sociedade seus ideais e projetos em prol de um país mais justo. A imprensa tem ficado cada vez mais atenta para as iniciativas de ONGs. Entretanto, uma das barreiras mais comuns encontradas para que a instituição se torne visível é a falta de uma boa estrutura de comunicação.

É comum encontrar profissionais de imprensa cobrindo setores que solicitam esse tipo de assessoria e desejam melhorar a imagem de sua organização. Problemas como falta de dados completos, falta de material fotográfico, histórico, porta-vozes, dentre tantos outros, são as prioridades a serem resolvidas.

Esse tipo de informação é essencial para o trabalho do jornalista, que geralmente tem um tempo muito restrito para redigir

matérias. Nesse caso, não estamos dizendo ser necessária a contratação de agências (até porque muitas não dispõem de recursos suficientes para tal), mas o foco na organização de dados e informações que são geradas pelas organizações.

É muito interessante que a organização possua um profissional que esteja intimamente relacionado à área de atuação dela para realizar este trabalho. Nesse caso, ele se torna responsável pelas informações e divulgação para públicos estratégicos e segmentados. Uma boa estratégia de comunicação dentro de uma ONG acarreta muitos benefícios ao trabalho da instituição de maneira geral. “As características de um bom assessor de imprensa valem para qualquer área: ter em conta que o público-alvo da assessoria é o jornalista dos diferentes veículos de comunicação e a cada um deles que se deve dirigir; atentar para a qualidade das informações que são divulgadas e que devem ser relevantes para os públicos dos veículos de comunicação (e não apenas para o seu assessorado); adequar as informações à linguagem jornalística (assessoria de imprensa não é publicidade nem promoção); cuidar da precisão das informações fornecidas (informações incompletas ou incorretas, com erros de português, são inconcebíveis); ter presteza no atendimento das demandas de jornalistas (os veículos têm prazo); ser transparente na relação com o assessorado e com os jornalistas. O trabalho de assessoria de imprensa se constrói na base da confiança entre as partes”, diz a diretora executiva da Pluricom.

Estar na mídia significa muito mais do que apenas a divulgação da causa; implica na sua legitimidade. Essa legitimidade se estende não só aos parceiros e doadores, mas também aos próprios voluntários e à sociedade como um todo. O trabalho de uma assessoria de imprensa traz credibilidade para a campanha e faz com que ela se perpetue por muito mais tempo nos meios de comunicação. “O trabalho de assessoria é fundamental para a construção da imagem de

qualquer organização, mas, em especial no caso de organizações do Terceiro Setor, é imprescindível. O que sai publicado nos espaços editoriais conta com fator decisivo em termos de eficácia comunicacional, em relação à publicidade tradicional: a credibilidade. O que sai divulgado nos espaços jornalísticos de modo espontâneo tem um poder de persuasão superior, e é por isso chamado de formador de opinião pública”, finaliza Katia.

Quando nos referimos a estratégias de comunicação, não podemos estabelecer uma ligação apenas com o público externo. A comunicação possui um aglomerado de laços que envolve principalmente o público interno das organizações. A função da comunicação interna em uma instituição vai além de trazer informações relevantes aos seus voluntários, beneficiários e colaboradores, mas também tem como objetivo despertar todos os dias a vontade e o orgulho de estar inserido e fazer parte dela.

O crescimento de uma ONG depende completamente da integração e colaboração de toda a equipe empenhada na realização do projeto. O pontapé inicial para que um departamento de comunicação funcione corretamente é que todos os colaboradores estejam conscientes da importância de se realizar a tarefa e o objetivo propostos.

Diversas organizações já perceberam o poder e importância de contarem com os serviços especializados de uma assessoria de imprensa profissional. Entretanto, ainda há carência de recursos de grande parte para investir em comunicação. Sem comunicação, não há captação e, sem esta, há comprometimento de suas atividades. Entretanto, algumas organizações já conseguiram superar esse desafio ao profissionalizarem sua gestão e incorporarem práticas de assessoria de imprensa. Isso faz com que a imagem institucional melhore com o tempo, os recursos comecem a entrar, as ações se ampliem, e, conseqüentemente, levam à obtenção de mais espaço na mídia. 📌

MARKET



ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br

SETECO e ASPLAN há 45 anos agregando valor na gestão do Terceiro Setor

Nossa missão vai além de **TRANSPARÊNCIA**, **COERÊNCIA** e **PRECISÃO** na prestação de contas, estamos também focados na **PROFISSIONALIZAÇÃO** da gestão contábil e controles internos de entidades do terceiro setor.



Indústria



Comércio



Serviços



Terceiro Setor

- Contabilidade com resultados por projetos
- Administração de RH (folha de pagamento)
- Gestão fiscal (relação fisco x contribuinte)
- Legalizações e regularização de certidões negativas
- Auditoria fiscal preventiva
- Sistema integrado de gestão para entidades do Terceiro Setor


seteco
ASSESSORIA CONTÁBIL


asplan
SOFTWARE DE GESTÃO
CORPORATIVA E CONTÁBIL





◀ SILVIA MARIA LOUZÃ NACCACHE é coordenadora do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) desde 2003 e atua há 18 anos na área de responsabilidade social, terceiro setor e voluntariado. Formada em Ciências Biomédicas pela Universidade Federal de São Paulo (EPM - UNIFESP).

O QUE É TER UM CORAÇÃO VOLUNTÁRIO

**CVSP comemora 18 anos e acompanha evolução dos
conceitos do voluntariado no Brasil**



A prática do voluntariado tem como premissa mobilizar múltiplos atores para que, juntos, possam promover o bem comum. Os 18 anos de história do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) contam também a evolução e a mudança dos conceitos e da forma do voluntariado em nosso país.

Segundo a última pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, as sensações de bem-estar, de utilidade e de gratificação pessoal são as principais motivações apontadas por quem é voluntário. A pesquisa revelou que três em cada dez brasileiros já realizaram ações voluntárias. Segundo a pesquisa, 28% dos brasileiros declararam já ter participado de trabalhos voluntários, sendo que 11% continuam atuando voluntariamente. A falta de tempo foi o principal argumento dos que nunca atuaram e para os que deixaram de praticar o voluntariado. Os entrevistados também apontaram outras razões para justificar o distanciamento do tema: nunca foram convidados a participar de uma ação voluntária (29%) ou nunca pensaram nessa possibilidade (18%). Porém, apenas 12% disseram não saber onde obter informações a respeito deste tema. Mas, nem sempre foi assim.

O CVSP foi fundado em maio de 1997 e, no momento de sua constituição, solicitou ao Datafolha a realização de uma pesquisa sobre trabalho voluntário junto à população da cidade. Naquele ano, a pesquisa apontou que: 92% viam grande credibilidade no trabalho voluntário; 80% nunca tinham participado; 76% consideravam como maior obstáculo o tamanho da cidade; e 19% tinham dúvidas sobre a idoneidade das organizações sociais.

Com base nesta avaliação de contexto, e também em pesquisa realizada sobre o voluntariado no Brasil, o CVSP fundamentou seu programa de ação e constatou um grande potencial para o trabalho voluntário, desde que fosse facilitado o acesso às organizações e projetos e desde que estes estivessem preparados para receber voluntários.

O objetivo é incentivar e consolidar a cultura e o trabalho voluntário na cidade de São Paulo e promover a educação para o exercício consciente da solidariedade e cidadania por meio do voluntariado. Suas atividades:

- Identificar e organizar a oferta e a demanda de trabalho voluntário;
- Desenvolver programa de capacitação, atualização e acompanhamento de voluntários e organizações sem fins lucrativos;
- Sensibilizar e dar suporte a empresas e escolas para o desenvolvimento de programas de voluntariado;
- Desenvolver e dar apoio a estudos e pesquisas;
- Incentivar e dar suporte para a criação de centros de voluntariado.

Desde o princípio, constatou-se que sensibilizar a sociedade para a atividade voluntária era, e ainda é, fácil; difícil seria implantar a cultura do voluntariado moderno, preocupada com

a eficiência e a qualificação deste trabalho, mostrando à sociedade o enorme benefício que um voluntariado organizado e motivado pode produzir.

O voluntariado é um produto histórico em permanente evolução, assumindo características diferentes de acordo com a época em que está inserido. As antigas concepções de voluntariado, como ação de caridade, assistencialismo ou militância política, estão sendo substituídas pela forma de ação cívica, que tem como objetivo atuar, juntamente com outros setores da sociedade, pela busca de soluções. Esta participação não vem para substituir o Estado. O voluntário é aquele cidadão que, motivado pelos valores de solidariedade e participação, doa tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário.

Hoje, o modelo de voluntariado baseia-se e pratica o princípio de aproximação. Afinal, quanto mais próximos estivermos de um problema, mais adequada será a interferência e maior será a participação de todos na busca de soluções. Por esta perspectiva, não haverá soluções para os problemas sociais: tem de haver a participação da comunidade; o envolvimento de todos os atores de forma comprometida; o fomento de parcerias reponsáveis e de processos inovadores, sustentáveis e de desenvolvimento social e humano. Afinal, trabalho voluntário no mundo inteiro é sinônimo também de realização pessoal.

O voluntário é, na verdade, um profissional. Antes de tudo, precisa ser competente e responsável. As instituições que operam com programas de voluntariado devem agir como empresas sociais. Devem buscar eficiência e resultados.

Muitas resistências ao trabalho voluntário são baseadas em percepções equivocadas ou parciais sobre as possibilidades e os limites desse tipo de contribuição. É necessário esclarecer que o trabalho voluntário não substitui o profissional remunerado e, com isso, não elimina postos de trabalho. O voluntário doa parte de seu tempo e assume funções definidas, liberando a equipe remunerada para atividades específicas da sua área de atuação. O voluntário resolve parte do problema dentro de sua disponibilidade e seu interesse, assim como identificação com a causa ou o projeto.

Hoje, formamos uma grande rede de voluntários que vão além das fronteiras paulistas ou brasileiras. Com o auxílio da tecnologia e dos conceitos do mundo globalizado, temos uma rede de organizações com ética e compromisso com o país, visando impacto social, inclusão e justiça. Somos articuladores e apoiadores dessas redes do bem, e parabenizamos pessoas que tornam sonhos possíveis. Mais do que isso, gente determinada a contribuir e participar. Gente de coração voluntário. Sem elas, nossos 18 anos de trabalho seriam vazios. Nossos agradecimentos a todos os voluntários que fazem parte desta história. 📌



◀ **JAIME ULLOA** é presidente fundador da Asociación Trabajo Voluntario, fellow da Ashoka, e empreendedor social peruano que, nos últimos 15 anos, promove gestão e inovação no voluntariado empresarial.



Voluntariado no Peru

**Enfoque estratégico de voluntariado empresarial:
repensar as propostas de valor para redefinir o planejamento estratégico**





O planejamento estratégico para programas de voluntariado empresarial vem sendo discutido e implantado já há muitos anos. No entanto, muitos programas são geridos de forma apenas estratégica, presos ao tamanho de seu orçamento. Nos últimos anos, em Lima, no Peru, nós, da Asociación Trabajo Voluntario, percebemos que os programas de voluntariado empresarial têm uma poderosa proposta de valor para a comunidade, porém, uma proposta de valor menos sólida para os voluntários e para a empresa. Assim, conclui-se que este desequilíbrio passou a impedir um maior crescimento do voluntariado corporativo nas empresas.

A experiência nos ensinou que o caminho para que o voluntariado corporativo pudesse alcançar um nível mais alto de resultados e impactos seria o de promover este equilíbrio, maximizando, por meio de gestão e capacitação, o valor do voluntariado para a empresa, voluntários e comunidade (nesta ordem).

Dessas conclusões, a Asociación Trabajo Voluntario conseguiu envolver empresas vanguardistas do Peru em projetos de triplo impacto: voluntário-empresa-comunidade. Essas empresas investem mais em ações de voluntariado, e, portanto, são as que geram mais impacto social. Vale ressaltar que, para eles, este é um investimento, não uma despesa.

O desafio para as empresas que querem seguir este caminho é o de definir propostas com o valor de fato correto para cada um dos atores envolvidos na ação. Para a empresa, estamos falando de algo muito mais ambicioso: projetos sociais que se alinham ao negócio, geram visibilidade para a marca, promovem a retenção de colaboradores e melhoram a relação com a comunidade. Um olhar diferente para os programas de voluntariado como veículos para alcançar resultados prioritários e, muitas vezes, os que são críticos para o *core business*. Por exemplo, se uma empresa tem como prioridade o desenvolvimento de seus colaboradores para o sucesso de seu modelo de negócio, um programa de voluntariado corporativo pode desenvolver habilidades de funcionários, promover o empreendedorismo e, ao mesmo tempo, incubar e acelerar empresas sociais de impacto significativo na sociedade.

É importante esclarecer o que significa 'valor'. Esta é uma palavra que tem sido usada em demasia, e perdeu a especificidade para descrever o que realmente é importante. Valor para uma empresa pode ser qualquer coisa que contribua para um objetivo prioritário para aquele espaço de tempo a ser alcançado, ou seja, algo que está recebendo toda a atenção da gestão da empresa. O voluntariado empresarial é ferramenta poderosa e estratégica para atingir este objetivo de forma positiva.

Sabemos que este é um enfoque que deseja alcançar um alto impacto social, mas tem um aspecto bastante empresarial, que se harmoniza perfeitamente com o DNA da maioria das empresas e facilita a sua disposição de inovar. 🚀

CINCO ERROS MAIS COMUNS NA HORA DE CONTRATAR UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Veja os erros mais comuns cometidos durante o processo de seleção

O Instituto da Oportunidade Social (IOS) vem, há alguns anos, trabalhando com o conceito e a desmitificação da capacitação e contratação de pessoas com deficiência, e nesse tempo pôde listar - por experiência - os principais erros e problemas enfrentados pelas empresas quando o assunto esbarra na “famosa” Lei de Cotas.

A Lei de Cotas (Lei nº 8.213), de 1991, estabelece que empresas com 100 ou mais empregados devem contratar pessoas com deficiência ou beneficiários da Previdência Social. O percentual de contratação pode variar de 2 a 5%, conforme o número de funcionários da empresa.

- **Erro 1** - falta de conhecimento da Lei de Cotas - O primeiro desafio para a empresa é no tratamento do assunto com o próprio RH. A maioria dos departamentos de Recursos Humanos não está preparada para lidar com a questão. Muitos selecionadores acreditam que entrevistar pessoas com deficiência requer um grande conhecimento sobre inclusão e legislação e, por isso, acabam criando barreiras na hora de conduzir o processo seletivo.

O IOS ajuda empresas e selecionadores nessa missão. Com um material didático e profissionais altamente capacitados, eles desmitificam e auxiliam na quebra dessas barreiras.

- **Erro 2** - Medo do entrevistado - Por mais estranho que pareça, muitos entrevistadores sentem-se desconfortáveis ao entrevistar uma pessoa com deficiência, por medo de perguntar sobre os limites dela, de ser invasivo, ou mesmo por querer entender um pouco mais da deficiência daquela pessoa.

“Querer entender sobre as limitações da pessoa com deficiência não significa que você está sendo uma pessoa intrometida. Muito pelo contrário, saber perguntar e ouvir o que uma pessoa com deficiência pode ou não fazer, permite compreender melhor as atividades que ela poderá exercer dentro da empresa, possibilitando identificar se o candidato a vaga em aberto, poderá exercer tal função com ou não adaptação do ambiente de trabalho de acordo com as suas limitações” afirma Alecsandra Neri, coordenadora educacional do IOS, que lida com esses tipos de dúvidas desde que o IOS decidiu atender pessoas com deficiência em sua missão.

- **Erro 3** - Se basear no “Achismo” - Por medo ou ignorância, muitos entrevistadores já julgam a capacidade do entrevistado pelo laudo médico, ou pelo diagnóstico do paciente que possui deficiência ou alguma doença que o deixou com alguma seqüela, limitação, podendo conter a Cid (Classificação Internacional de Doenças e Deficiências).

“Nunca se baseie no achismo para dizer o que a pessoa com deficiência pode ou não fazer. Sempre que tiver alguma dúvida sobre o laudo médico, converse com o médico do trabalho da sua empresa, com pessoas técnicas na área de inclusão ou consulte o site do Ministério do

trabalho, no qual você poderá sanar diversas dúvidas sobre lei de cotas”, conclui Alecsandra.

- **Erro 4** - Generalizar os processos seletivos - Os processos seletivos que envolvem profissionais com deficiência incluem uma série de particularidades que precisam ser levadas em consideração, pois precisamos saber as compatibilidades entre a vaga e o trabalhador, para que então haja um encaixe entre as limitações do profissional com deficiência e as exigências solicitadas pelo mercado de trabalho.

O corpo educacional do IOS selecionou algumas perguntas que podem ser feitas, sem medo, para a pessoa que possui alguma deficiência:

1. Você pode me explicar sobre sua deficiência?
2. Você nasceu com a deficiência ou adquiriu ao longo da vida?
3. Pode me explicar sobre suas limitações?
4. Conte-me sobre suas experiências profissionais.
5. Já trabalhou anteriormente pela Lei de Cotas?
6. Precisa de alguma ajuda para preencher a ficha de cadastro?
7. Precisa de alguma adaptação no ambiente de trabalho?

- **Erro 5** - Não sensibilizar gestores, líderes e colaboradores – É muito importante a empresa pensar em um programa de inclusão e retenção, passando por um processo de sensibilização dos gestores, líderes e demais colaboradores para receber a pessoa com deficiência com naturalidade. É fundamental que ela se sinta acolhida no seu ambiente de trabalho, pois, se isso não acontecer, a empresa pode acabar perdendo este profissional por não oferecer um ambiente acolhedor.

“Os treinamentos dentro do ambiente de trabalho, são muito importantes pois fazem o colaborador se sentir valorizado acreditando no compromisso da empresa com seu desenvolvimento profissional, estimulando o interesse em desenvolver competências específicas e conhecimento em geral”, afirma Alecsandra.

SOBRE O IOS (INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL)

Comprometido com a empregabilidade de jovens da rede pública de ensino e pessoas que possuem deficiência física, visual parcial e/ou auditiva que tenham menor acesso às oportunidades do mercado de trabalho, o IOS - há mais de 15 anos - desenvolve projetos de capacitação gratuita em temas variados. “Tecnologia”, “Comunicação” e “Administração” compõem a grade de cursos. Também qualificado como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público -, o IOS já capacitou 26 mil profissionais para os setores de Tecnologia da Informação, Administração, RH e Atendimento ao Varejo. A instituição é mantida por empresas privadas como a TOTVS - sua fundadora e principal mantenedora - além da IBM, Instituto HSBC, Accesstage, Brasilprev, Hochtief, Certisign, dentre outras.



NÃO VÁ. VAMOS!

Cada vez mais tem caído por terra a ideia de que é preciso comandar com mãos de ferro para que os objetivos de uma empresa ou organização social sejam plenamente alcançados. Senso colaborativo, espírito de equipe e habilidade no trato com as pessoas, por exemplo, podem ser – e efetivamente são – soluções muito mais eficazes e capazes de gerar melhores resultados

Por Paula Craveiro

S seja no meio acadêmico, profissional ou mesmo no ambiente familiar, a liderança é um aspecto que se faz constantemente presente no dia a dia. No Terceiro Setor, assim como também ocorre no campo empresarial, este é um assunto que sempre rende muita discussão, pois traz à luz as questões da “chefia” e da motivação das equipes de colaboradores e voluntários.

Ao assumir a responsabilidade pela condução de um grupo de trabalho, além de considerar os objetivos que a organização pretende alcançar, é necessário que aqueles que estejam sob sua coordenação o ajudem e se ajudem entre si, com disposição e boa vontade, a enfrentar os desafios e os problemas que aparecerão durante a realização de suas atividades.

Embora a ideia e a importância de “cativar” a equipe pareçam atitudes óbvias para um gestor, isso nem sempre acontece. Grande parte da resistência enfrentada pelo “chefe” decorre da postura que ele assume diante de sua equipe. Se sua postura for autoritária, de alguém que vive dando ordens e exigindo obediência por parte de seus colaboradores, não resta dúvida que haverá oposição. No entanto, se houver um posicionamento mais equilibrado e senso de parceria, e não de superioridade, não há razão para uma atitude negativa por parte dos profissionais.

LIDERANÇA DE EQUIPE

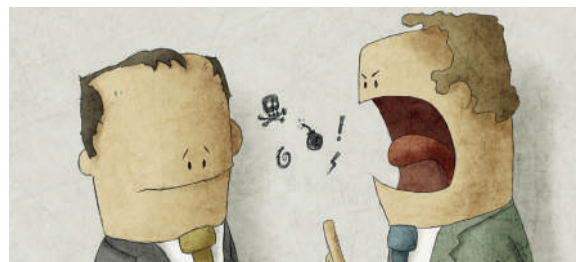
A chegada de um novo “chefe” normalmente é acompanhada por uma boa dose de apreensão, pois isso pode trazer uma série de mudanças dentro do departamento, incluindo a possibilidade de corte de mão de obra. No entanto, não é essa a finalidade principal deste profissional.

Ele deve ser compreendido como o responsável pela condução dos negócios – independentemente da área de atuação da organização – e pelo alcance de seus objetivos. Mas, para que ele consiga realizar suas atividades de acordo com o plano da organização, depende de uma equipe. Sozinho, sejamos realistas, ele não fará nada, ou fará muito pouco. A equipe (a “sua” equipe) é peça-chave para o sucesso de seu trabalho – é uma relação de ganha-ganha.

Para que haja esse entendimento, é essencial que o profissional se apresente de maneira positiva, como um verdadeiro líder, e não como um chefe.

DIFERENÇAS ENTRE UM LÍDER E UM CHEFE

No ambiente profissional, existem algumas diferenças que determinam o papel do chefe e o do líder. “O conceito de chefia vem agregado a uma responsabilidade de coisas técnicas, de ditar as regras e de controlar”, afirma Marília Fiuza, instrutora licenciada da Sociedade Brasileira de Coaching (SBC). “A figura do chefe está atrelada ao cargo, à autoridade pela função. Já o líder, independentemente do cargo que ocupe, consegue delegar tarefas, estimular pessoas e motivar sua equipe”, diz a especialista.



CHEFE

Manda e fiscaliza.

Centraliza decisões em todos os níveis.

Foi promovido por tempo de casa.

Costuma ter dificuldade de argumentação com a equipe.

Relação baseada na autoridade.

Pensa individualmente (eu).

“Usa” as pessoas.

Desmoraliza.

Procura culpados.

Não ouve ninguém.

Gera medo.

Divulga resultados como se fossem exclusivamente seus.

Gosta de bajuladores.



LÍDER

Orienta e acompanha.

Relação baseada na boa vontade.

Pensa como equipe (nós).

Desenvolve pessoas.

Sabe ouvir.

Busca inovação.

Sabe delegar, mas sem abrir mão da responsabilidade.

Não gosta de burocracia.

Reconhece quando erra.

Toma decisões rápidas sempre que é necessário.

Cobra resultados com base em critérios predeterminados.

Contrata e promove profissionais que sabem mais do que ele.

Não rouba ideia de subordinado.

Gera respeito.



A diferença entre um chefe e um líder é que o chefe diz “Vá!” e o líder diz “Vamos!”.

GEORGE EDWARD MAURICE KELLY



As pessoas perguntam qual é a diferença entre um líder e um chefe. O líder trabalha descoberto, o chefe trabalha encapotado. O líder lidera, o chefe guia.

FRANKLIN ROOSEVELT



Um líder é alguém que sabe o que quer alcançar e consegue comunicá-lo.

MARGARET THATCHER

De modo geral, pode-se dizer que *chefe* é aquele profissional conhecido por dar ordens diretas e incontestáveis para seus subordinados, que precisam executar diversas tarefas por meio da imposição ou da reafirmação do poder de sua posição hierárquica dentro da organização.

Já o *líder* é aquele que orienta as pessoas que o cercam e as estimula a fazerem aquilo que é proposto – e não imposto. Ele pede a colaboração dos demais profissionais, além de se mostrar sempre aberto a considerar e a avaliar possíveis contestações e novas ideias. Sua postura é mais voltada à participação e ao envolvimento de todos de sua equipe, e sua atuação remete à ideia de motivação, respeito, conquista, atenção e construção de um ambiente harmônico em prol dos objetivos coletivos, enquanto o chefe carrega consigo a ideia de opressão e intimidação.

Para a *personal life coach* Ivani Manzzo, a diferença entre ambos pode ser apenas semântica, uma vez que o chefe também pode ser um bom líder. “No entanto, o problema é o efeito que o nome pode causar em algumas pessoas. Ser chamado de chefe pode dar a impressão errada de que “ele é quem manda”. Agora, o líder pode despertar o sentido de responsabilidade, da capacidade de liderar, cativar e se fazer acreditar”, explica.

RESULTADOS DE UMA BOA LIDERANÇA

É inegável que os bons resultados de uma organização começam com uma boa liderança, capaz de estruturar adequadamente sua equipe de trabalho e orientá-la para a busca pelo melhor resultado possível.

“É essencial que os líderes estejam preparados para gerar desenvolvimento, isto é, para aprender a partir de erros e adaptação ágil frente às inovações e mudanças”, diz a psicóloga e *coach* executiva Elizabeth Soares. “Para obter um grupo alinhado e proativo, é preciso que cada integrante saiba qual é seu papel dentro da organização e o que deve fazer na prática para obter o resultado final desejado. Quando a liderança comunica suas metas de maneira clara, fica mais fácil para cada um perceber se suas ações estão contribuindo ou não para o objetivo almejado”.

Um líder que não estabelece parâmetros objetivos para sua equipe dá margem à desorientação e à perda de foco. Além de comunicar as metas, ele também precisa apresentar ou criar, com o apoio de sua equipe, os “planos de trabalho”, bem como oferecer retorno constante aos seus liderados (*feedback*).

Para gerar aprendizado e construir uma equipe de alta performance, os erros precisam ser encarados pela liderança como oportunidade de melhoria. “No lugar de ‘bronca’, o colaborador deve receber uma conversa que avalia suas atitudes e suas ações em função do objetivo esperado. O líder consegue conduzir a conversa de modo que o liderado perceba que o que está em julgamento é a situação, não ele próprio”, destaca Elizabeth.

Com uma equipe bem estruturada e alinhada aos objetivos da organização, liderada por alguém com mente aberta e disposição para o trabalho em equipe, a chance de sucesso é enorme. 📌

XVI Congresso Brasileiro do 3º Setor

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos

18/09/2015

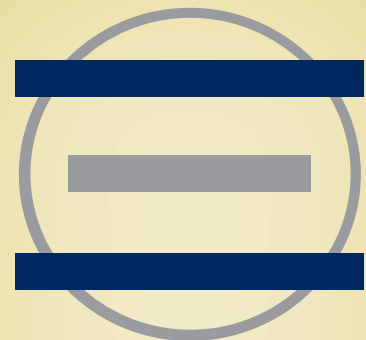
Hotel Tívoli Mofarrej – Alameda Santos, 1437



Marcos Biasoli

Coordenador Geral do evento

Informações: www.economica.com.br | (11) 5102-4654



ECONÔMICA

Desenvolvimento Social



IGREJAS E IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONSTITUCIONAL



As Igrejas devem ser dotadas de personalidade jurídica, de preferência do tipo organização religiosa. (Art. 44 - IV - as organizações religiosas. § 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento – incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003).

É muito importante que a pessoa jurídica da Igreja possua Estatuto Organizacional, no qual seu caráter, sua missão e seus objetivos fiquem explicitados de forma clara e precisa a fim de atender às normas legais e fiscais. O Estatuto deve ser elaborado em conformidade com o Direito Próprio da Igreja e adequado às normas contidas no Código Civil Brasileiro. Este documento deve ser elaborado com precisão jurídica a fim de atender às normas

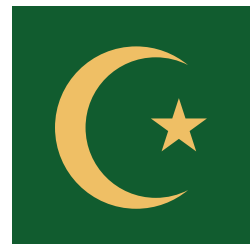
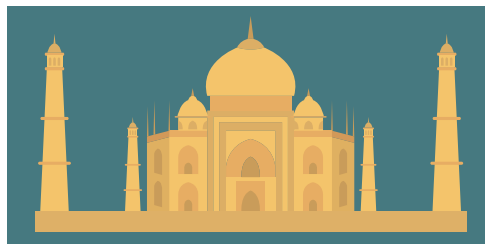
legais e fiscais a fim e evitar interpretações inadequadas pela fiscalização do Estado.

A Igreja Católica Apostólica Romana, por meio de suas Arquidioceses, Dioceses e Prelazias Territoriais ou Pessoais, assim como outros organismos Eclesiais, pode ter Estatuto Organizacional civil que esteja em plena consonância com o Código de Direito Canônico e o Acordo firmado entre o Estado Brasileiro e a Santa Sé.

É importante ainda, para a melhor administração e gestão das Igrejas, que estas Instituições possuam Diretórios, Regimentos e Regulamentos que disciplinam suas atividades.

IMUNIDADE DOS TEMPLOS DE PROPRIEDADE DAS IGREJAS

A imunidade tributária dos templos de qualquer culto está prevista no art. 150, inciso VI da Constituição Federal:



Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre: b) templos de qualquer culto.

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas «b» e «c», compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN)

A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passou a ter força de “Lei Complementar” e a denominar-se como “Código Tributário

Nacional”, por determinação do art. 7º do Ato Complementar nº 36, de 13 de março de 1967. A referida lei regulamenta e disciplina a aplicação do art. 150, inciso “VI”, alínea “c” e art. 195 § 7º da Constituição Federal. Portanto, as condições efetivas ao gozo da imunidade quanto aos “impostos” são aquelas que estão contidas nos artigos 9º e 14º desta Lei.

SOBRE O CONCEITO DE TEMPLO DE QUALQUER CULTO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), por meio do Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 2, de 6 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial da União, declarou para os

devidos fins de direito o conceito de templo de qualquer culto a entidade por intermédio da qual se concretiza o direito constitucional ao livre exercício dos cultos religiosos e se exercita a liberdade de crença.

O Secretário da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na alínea b do inciso VI do art. 150 da Constituição da República, e no inciso II do § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, declara:

Art. 1º Considera-se templo de qualquer culto, para fins da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea b, da Constituição Federal, a entidade por intermédio da qual se concretiza o direito constitucional ao livre exercício dos cultos religiosos e se exercita a liberdade de crença.

Art. 2º A imunidade destinada a templo de qualquer culto, nos termos do art. 150, VI, b, combinado com o § 4º, da Constituição, e a não incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros (IOF), determinada pelo art. 2º, § 3º, inciso II, do Decreto nº 6.306, de 2007, não se aplicam à entidade que se constitui com a finalidade de colaborar ou cooperar com igrejas, auxiliá-las ou prestar-lhes qualquer serviço relacionado às finalidades essenciais do templo.

Art. 3º Ficam modificadas as conclusões em contrário constantes em Soluções de Consulta ou em Soluções de Divergência emitidas antes da publicação deste ato, independentemente de comunicação aos consulentes.

SOBRE A DOUTRINA SOBRE IMUNIDADE

Segundo Ives Gandra Martins, em sua obra Sistema Tributário na Constituição de 1988, *“a imunidade é o mais relevante dos institutos desonerativos. Corresponde à vedação total ao poder de tributar. A imunidade cria área colocada, constitucionalmente, fora do alcance impositivo, por intenção do Constituinte, área necessariamente de salvaguarda absoluta para os Contribuintes nela hospedados. A relevância é de tal ordem que a jurisprudência tem entendido ser impossível a adoção de interpretação restritiva a seus comandos legais, sendo obrigatoriamente a exegese de seus dispositivos ampla. Na imunidade, não há o nascimento da obrigação fiscal, nem do consequente crédito, em face de sua substância fática estar colocada fora do campo de atuação dos poderes tributantes, por imposição constitucional. Independe, portanto, das vontades legislativas das competências outorgadas pela Lei Maior”*. Edgard Neves da Silva ensina: *“A imunidade insere-se nas vedações constitucionais à competência tributária e conceitua-se, na lapidar lição de Amílcar de Araújo Falcão (Fato Gerador da Obrigação Tributária), como sendo uma forma qualificada ou especial da não incidência, por supressão, na Constituição, da competência impositiva ou do poder de tributar, quando se configuram certos pressupostos, situações ou circunstâncias previstas pelo estatuto Supremo”*.

Marcio Pestana, em sua obra “O Princípio da Imunidade Tributária”, afirma que o *“Princípio da Imunidade Tributária é o feixe de valores jurídicos, depositados na Constituição Federal, que permitem construir normas jurídicas que revelam a incompetência das pessoas políticas de direito constitucional interno para instituir tributos nas situações especificadas no Texto Constitucional”*.

São importantes os ensinamentos do jurista Ives Gandra no que se refere à distinção entre **“Imunidade”** e **“Isenção”** aplicáveis aos templos de qualquer culto: *“O § 7º do art. 195 não cuida de isenção, mas de imunidade. O art. 175 do Código Tributário Nacional declara que a isenção corresponde à exclusão do crédito tributário com o nascimento da obrigação correspondente. Na isenção nasce, pois, a obrigação, sendo anulado o crédito, ou seja, o direito da Fazenda a receber o quantum da obrigação nascida. Na imunidade não há o nascimento da obrigação tributária, nem, por conseguinte, do crédito, que tem a mesma natureza daquela. A vedação ao poder de tributar é absoluta, razão pela qual a imunidade só pode ser concedida pela Constituição. Por meio dela, a Lei Maior retira determinadas pessoas, relações ou situações do poder impositivo do Estado. Por essa razão, as imunidades são quase sempre interpretadas extensivamente, enquanto, por força do art. 111 do Código Tributário Nacional, as isenções comportam uma interpretação na maioria das vezes restritiva. Como se percebe, o constituinte utilizou mal o vocábulo “isenção”, pois pretendeu, de rigor, outorgar uma autêntica imunidade. Essa imunidade é extensiva às entidades beneficentes de assistência social, ainda aqui cabendo a interpretação a qual me referi, no sentido de “assistência social” lato sensu, aplicável às limitações constitucionais ao poder de tributar. Tais entidades devem atender às exigências estabelecidas em lei. O problema que se colocou no passado é se essa lei deveria ser ordinária ou complementar, tendo o extinto Tribunal Federal de Recursos, no julgamento que considerou imunes as entidades fechadas de previdência social, por serem entidades de assistência social, entendido que a lei a que se referia o constituinte pretérito era a lei complementar. Tal decisão vale para o sistema atual, onde existe a mesma remissão às “exigências estabelecidas em lei”*.

A imunidade tributária atribuída aos templos de qualquer culto através de instituições sem fins lucrativos que os mantêm revela a preocupação do Constituinte em preservar, por meio da Constituição Federal, essas entidades da imposição e cobrança de impostos sobre o seu patrimônio, sua renda e seus serviços, com o propósito de assegurar-lhes condições para o desempenho de sua missão e o cumprimento de suas finalidades institucionais. Conclui-se que a imunidade tributária se constitui em limitação ao Poder de Tributar do Estado, expressamente inserida e amparada pelo art. 150, inciso VI, alínea “b e c” da Constituição Federal de 1988. 📄

■ BIBLIOGRAFIA:

BASTOS, CELSO RIBEIRO e MARTINS IVES GANDRA - Comentários à Constituição Brasileira - Vol. 8º - Ed. Saraiva. MARTINS, GANDA MARTINS - Sistema Tributário na Constituição de 1988, Editora Saraiva, 2ª Edição. PESTANA MARCIO - O PRINCÍPIO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - Editora Revista dos Tribunais - Edição de 2001.



CORRIDA CONTRA O TEMPO

Prazo para a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), transmitida anualmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), termina no último dia útil de setembro

Por: Luciano Guimarães

As cerca de 300 mil organizações sociais de assistência, educação e saúde, inclusive as isentas e imunes de recolhimento de impostos e contribuições sociais, estão acelerando as suas atividades contábeis para revisar obrigações fiscais principais e acessórias, buscando se adaptar ao SPED. Embora o tempo seja curto, as entidades têm conseguido melhorar procedimentos internos com o objetivo de gerar informações de qualidade para o fisco. Templos de culto religioso, partidos políticos e suas fundações, além de entidades sindicais, também precisam seguir este caminho.

O prazo inicial estipulado pela Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, era o último dia útil do mês de julho. Entretanto, a Instrução Normativa RFB nº 1.524, de 8 de dezembro de 2014, em seu artigo 3º, alterou este prazo e a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) será transmitida anualmente ao SPED até o último dia útil do mês de setembro do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira.

A entrega se estende também às instituições que, em relação aos fatos ocorridos no ano-calendário de 2014, tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital (EFD)

Globalmente, a Escrituração Contábil Digital (ECD), ou SPED Contábil, tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela transmitida por arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir digitalmente os livros “Diário” e “Razão” e seus auxiliares à Receita Federal.



Marco Antônio Papini, sócio-diretor da Map Auditores

das Contribuições para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), cuja soma dos valores mensais das contribuições apuradas, objeto de escrituração, seja igual ou inferior a R\$ 10 mil.

Por outro lado, essas entidades ficarão obrigadas à apresentação da EFD-Contribuições a partir do mês em que o limite de R\$ 10 mil de contribuições mensais do PIS e da Cofins for ultrapassado, permanecendo sujeitas a essa obrigação em relação ao restante dos meses do ano-calendário em curso. De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, elas também estarão obrigadas a apresentar a ECF.

Globalmente, a Escrituração Contábil Digital (ECD), ou SPED Contábil, tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela transmitida por arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir digitalmente os livros “Diário” e “Razão” e seus auxiliares à Receita Federal.

Devem ser enviadas todas as informações econômico-financeiras, como receitas, despesas, serviços tomados e prestados, aquisições e venda de bens imobilizados, empréstimos, financiamentos, movimentações bancárias e saldo de caixa, entre outros. Em seguida, os livros da escrituração contábil precisam ser autenticados no mesmo cartório onde a entidade tem registrado seu estatuto.

“Sem dúvida, a ECD é uma novidade de grande impacto em se tratando do universo de instituições que se encontram nesta categoria que, até então, estavam obrigadas à entrega do SPED Contábil a partir deste ano”, explica a contadora Neusa Soares, responsável pelo Departamento Contábil da King Contabilidade,

lembrando que, com esse procedimento, entretanto, a autenticação dos livros contábeis não precisa ser realizada pelas ONGs dispensadas de registro em juntas comerciais.

DESPREPARO

“Em outra ponta”, alerta o auditor Marco Antonio Papini, sócio-diretor da Map Auditores Independentes e vice-presidente da CPAAI Latin America, “mesmo com o prazo prestes a se esgotar, a grande maioria das organizações sociais ainda não está preparada para atender às mudanças exigidas”.

Segundo ele, as alterações da Receita Federal já aumentaram a responsabilidade formal dos contadores destas entidades, bem como proporcionarão, ao longo do tempo, melhorias na qualidade da informação contábil.

“Em primeiro lugar, as ONGs deverão ter um profissional proativo, conhecedor tanto das atividades da entidade quanto das regras do SPED. Em segundo, não serão mais admitidos balancetes apenas anuais, sem a emissão de balancetes mensais. Em verdade, nunca foram admitidos”, salienta o especialista ao apontar aspectos que precisam ser seguidos pelos contadores.

De acordo com o auditor, em muitos casos será necessário promover a revisão dos planos de contas no meio do processo. “Isto porque os contadores devem dispensar especial atenção à elaboração das demonstrações contábeis, seguindo práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a ITG 2002, conjunto de regras para as entidades sem fins lucrativos, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), principalmente no que diz respeito ao registro do trabalho voluntariado”, enfatiza Papini.

Além disso, lembra o especialista da Map Auditores Independentes, sempre deve ser verificada a natureza das despesas, se de fato fazem parte da entidade. Paralelamente, recomenda-se analisar se não existem diretores e conselheiros estatutários recebendo pagamentos, seja de forma oficial – pró-labore ou CLT – ou oficiosa, como pessoa jurídica.

De acordo com Papini, a reversão desse quadro preocupante requer uma série de providências básicas, a começar pela profissionalização dos departamentos contábil e jurídico, bem como do próprio conselho fiscal das organizações sociais.

“Infelizmente, grande parte das ONGs ainda mantém controles rudimentares. Muitas delas até garantem fazer a contabilidade, mas, no fundo, documentam pessimamente seus registros. Se profissionais altamente competentes e qualificados em auditoria por vezes comentem erros, imagine aqueles que têm como único propósito ‘dar uma ajuda’, mas sem os devidos conhecimentos técnicos das normas e procedimentos contábeis e de auditoria”, enfatiza o auditor.

Esta visão é reforçada pelo empresário Ricardo da Silva Farias Passos, sócio-diretor da unidade de Brasília da NTW Contabilidade e Gestão Empresarial. “A ausência de gestão adequada compromete a continuidade das operações das organizações sociais, uma vez que a falta de transparência das demonstrações contábeis compromete o recebimento de novas doações e a realização de projetos”, reitera.

A entrega de todas as obrigações referentes ao SPED é feita com o uso de assinatura eletrônica do contador responsável e do presidente da organização social, utilizando um e-CPF (certificado digital), obtido em diversas entidades de classe e empresas certificadoras autorizadas. As entidades que tiverem outras unidades pelo país precisarão enviar as informações consolidadas. Após o

envio das informações da Escrituração Contábil Digital (ECD), recomenda-se manter todos os documentos contábeis e fiscais arquivados por cinco anos.

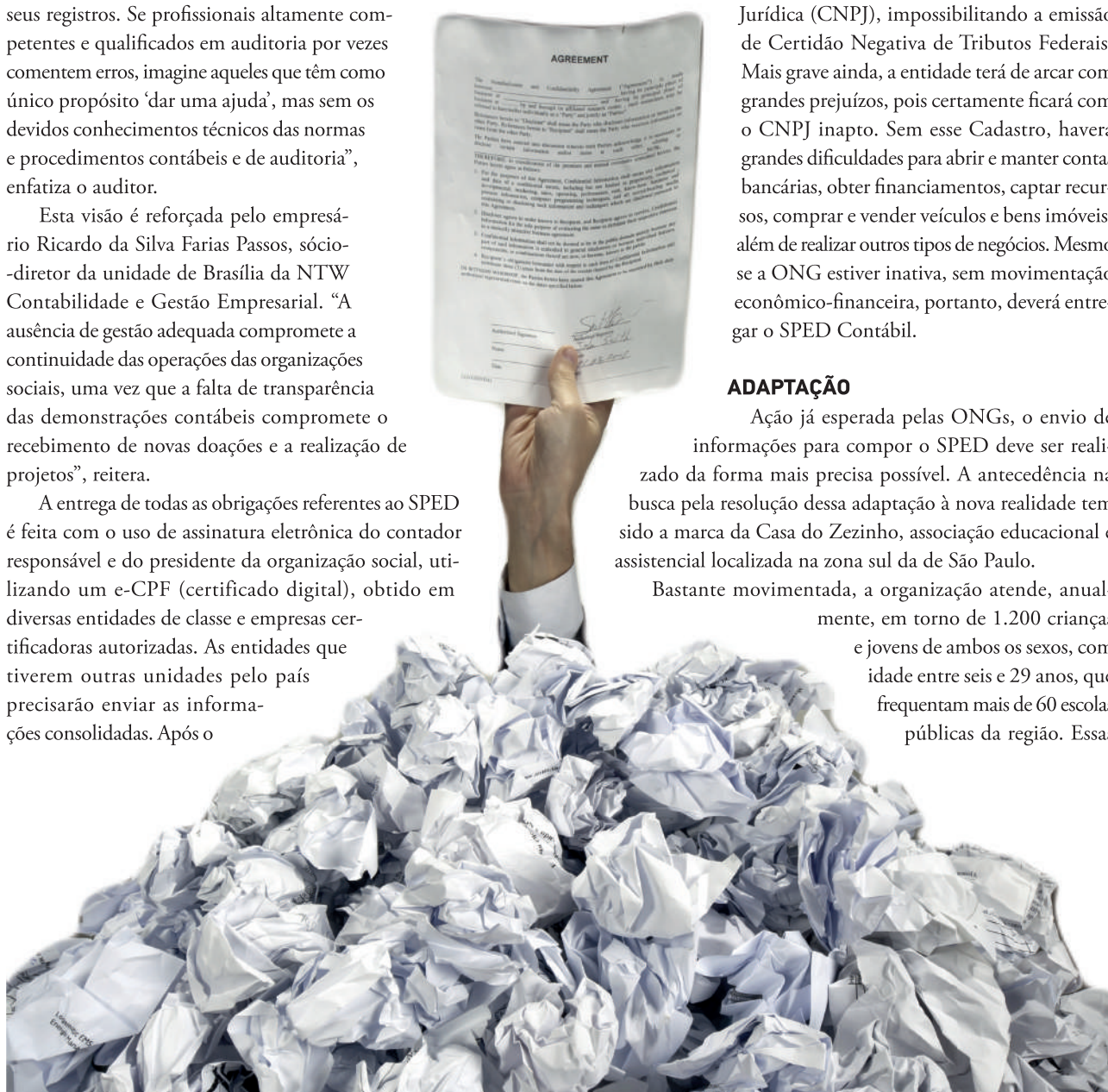
Deixar de entregar o SPED Contábil no prazo, ou apresentá-lo com incorreções ou omissões, levará o fisco a multar a entidade, que, dependendo do porte, sentirá o golpe na caixa: punição financeira nunca inferior a R\$ 500,00 por mês de atraso, como prevê o artigo 57 da Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto 2001. “A aplicação de multas, por descumprimento das obrigações acessórias, pode levar à descontinuidade de algumas entidades sem fins lucrativos”, frisa Passos.

E não é só isso. Além da multa, a organização social poderá ter suspenso o seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), impossibilitando a emissão de Certidão Negativa de Tributos Federais. Mais grave ainda, a entidade terá de arcar com grandes prejuízos, pois certamente ficará com o CNPJ inapto. Sem esse Cadastro, haverá grandes dificuldades para abrir e manter contas bancárias, obter financiamentos, captar recursos, comprar e vender veículos e bens imóveis, além de realizar outros tipos de negócios. Mesmo se a ONG estiver inativa, sem movimentação econômico-financeira, portanto, deverá entregar o SPED Contábil.

ADAPTAÇÃO

Ação já esperada pelas ONGs, o envio de informações para compor o SPED deve ser realizado da forma mais precisa possível. A antecedência na busca pela resolução dessa adaptação à nova realidade tem sido a marca da Casa do Zezinho, associação educacional e assistencial localizada na zona sul da de São Paulo.

Bastante movimentada, a organização atende, anualmente, em torno de 1.200 crianças e jovens de ambos os sexos, com idade entre seis e 29 anos, que frequentam mais de 60 escolas públicas da região. Essas





Valmir Augusto, assessor nacional de finanças e controle da Aldeias Infantis SOS

peças são envolvidas em atividades de educação, arte, cultura e formação geral e em oficinas de capacitação profissional.

Iniciado em 2014, o planejamento da entidade para o atendimento das demandas geradas pelo SPED Contábil envolve desde treinamentos e ajustes de procedimentos até o investimento em *softwares*. Todos os processos levaram 12 meses para serem finalizados e envolveram 10 profissionais, direta e indiretamente.

“A maior dificuldade são os custos envolvidos. A Receita Federal do Brasil apresentou a necessidade, mas se esqueceu de olhar para o impacto que isto traria ao bolso das entidades e das empresas”, avalia o administrador de empresas Fábio Marques, sócio-diretor da Balan-Set Consultoria e Assessoria Contábil, responsável pela contabilidade da Casa do Zezinho.

Já a ONG Aldeias Infantis SOS Brasil deu início à adaptação ao SPED mais recentemente, em 6 de abril, com o trabalho de implementação da Escrituração Contábil Digital sendo realizada por uma consultoria especializada neste sistema.

A demora se deu, em parte, pela falta de autonomia para realizar quaisquer mudanças e/ou implantação nos sistemas da instituição, afinal, precisou do consentimento do escritório internacional da entidade, que no país desenvolve 22 programas em 12 estados e no Distrito Federal e está entre as 14 entidades titulares do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

“Nossa maior dificuldade foi demonstrar a urgência desta implantação. Foram realizadas algumas reuniões virtuais com

A entrega de todas as obrigações referentes ao SPED é feita com o uso de assinatura eletrônica do contador responsável e do presidente da organização social, utilizando um e-CPF (certificado digital), obtido em diversas entidades de classe e empresas certificadoras autorizadas.

nosso pessoal no Uruguai e Bolívia para conseguirmos conscientizá-los de que essa implementação é fundamental para atender à legislação brasileira”, esclarece Valmir Augusto, assessor nacional de finanças e controles da entidade, responsável pela área de contabilidade da organização.

De acordo com o gestor, uma vez identificadas as dificuldades, o objetivo é evitar brechas que gerem futuros problemas com as autoridades tributárias. Pelo cronograma da Aldeias Infantis SOS Brasil, a implantação levará três meses e envolverá um contador e dois consultores externos.

“O Terceiro Setor brasileiro está no caminho certo, mas se as organizações sociais desejam ser tão efetivas como as dos Estados Unidos e as da Grã-Bretanha, precisam urgentemente mudar esta e outras realidades que ainda estão entranhadas na nossa cultura”, complementa o sócio-diretor da Map Auditores Independentes, Marco Antonio Papini. 📌

Links

www.aldeiasinfantis.org.br; www.casadozezinho.org.br; www.cfc.org.br; www.grupoking.com.br; www.ntwcontabilidade.com.br; www.mapaudit.com.br; www.balan-set.com.br; dd.com.br



◀ **MARCOS BIASIOLI** é advogado em São Paulo, consultor jurídico do Terceiro Setor, titular da M.Biasoli Advogados, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia



◀ **RODRIGO PINHEIRO NAKO** é coordenador jurídico da M.Biasoli Advogados e colunista da Revista Filantropia



JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 2.028

O QUE PODE MUDAR NA VIDA DAS ENTIDADES BENEFICENTES?

Em um país que tem 10,5 milhões de miseráveis, ou seja, que vivem como indigentes e não possuem sequer condições de se alimentar, assomados a 28,6 milhões de pobres, assim qualificados ante ao fato de que têm o dobro da renda da linha de miséria, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, fica claro que quase 20% da população brasileira ainda não possui os mínimos necessários para viver. Os indicadores mostram a baixa escolaridade, a disparidade da distribuição de renda, a falta de moradia, a saúde precária, a fome e a desnutrição, assomadas à ampla demografia do Brasil, são os maiores ingredientes desse quadro. No entanto, e não menos importante, destaca-se a ausência de gestão eficiente pelo Governo, em especial no controle do consumo de ativos do erário, evitando que a chaga da corrupção que assola o orçamento público possa tirar do pobre ao menos a comida. Apenas o valor contabilizado (diga-se de passagem, sem muito parâmetro, eis que alimentados com dados da operação Lava-jato da Polícia Federal) pela Petrobras, como fruto de corrupção, ou seja, R\$ 6,2 bilhões, seria suficiente para distribuir, no mínimo, uma cesta básica para cada miserável/pobre do país.

É claro, então, que o Estado por si só não possui arsenal para a erradicação de tais chagas, de modo que ele carece da ajuda da sociedade civil organizada, que funciona como sua *longa manus* (extensão), e não como mero coadjuvante que integra o Terceiro Setor. A prova disso é que milhares de vidas são diariamente promovidas por ela em nome dele, quer por meio da assistência, da saúde ou da educação. Sem as instituições, seguramente os números apontados pela PNAD seriam mais catastróficos.

Para prover o referido *múnus público*, a Constituição Federal de 1988 acalentou uma limitação ao Estado, que é a de não tributar (com impostos¹ e contribuições²) a sociedade civil organizada, reconhecida como beneficente, dado que o inverso seria como tributar o próprio Estado, para que o valor dos referidos tributos sejam convolados em ações sociais. Em outras palavras, o Estado tira o recurso de um bolso para lançá-lo em outro.

No entanto, o governo, agindo em nome do Estado, ao invés de aliar-se, debater e buscar alternativa para a saúde econômica das beneficentes, dado que elas assumiram a função estatal, preferiu legislar de forma uníssona, em prol apenas do enriquecimento do erário, lançando uma vala econômica a tais entes privados de interesse público, desembocando em um grande duelo judicial, cujo tema gravita nas lides fiscais de quase todos os Tribunais Estaduais.

Ao que tudo indica, o Supremo Tribunal Federal deve colocar, em breve, uma pá de cal em tal imbróglio jurídico, de modo que cabe refletir quais reflexos e/ou consequências visitarão a operação da entidade beneficente.

ENTENDENDO O CONFLITO

O legislador constitucional de 1988, ao regular o financiamento da seguridade, assim o fez: “*Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: “I - do*

¹Art. 150, VI, c.

²Art. 195, § 7º.

O eventual provimento da ADIN não afetará diretamente os processos fiscais julgados com base na Lei nº 12.101/09, ora alterada pela Lei nº 12.868/13, pois o mérito dela não está jungido à nulidade por supedâneo da atual lei

empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; b) a receita ou o faturamento; c) o lucro;...

Relevando que a Constituição Federal é pragmática, cabe ao Congresso Nacional regular, por meio de legislação própria, as matérias nelas contidas. No que diz respeito ao financiamento da seguridade social, objeto do referido artigo 195, o Congresso manteve-se inerte e deixou de legislar, de modo que foi colocado em mora pelo STF, por advento de um Recurso Extraordinário. O ato judicial levou à promulgação da Lei nº 8.212/91.

Do texto primitivo da referida lei, constava do “Artigo 55: Fica isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 desta Lei a entidade beneficente de assistência social que atenda aos seguintes requisitos cumulativamente: ... III - promova a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes;”.

Logo se entende que a legislação originária não impunha qualquer limitação ou quantificação percentual de gratuidade para que a entidade beneficente pudesse ter reconhecida sua “isenção³” tributária.

Entretanto, em 11 de dezembro de 1998, foi promulgada a Lei nº 9.732, que alterou os critérios da “isenção”, uma vez que sua redação alterou aquela acima descrita, constante do inciso III, limitando que o benefício somente seria devido àquelas entidades que: (i) prestassem serviços exclusivamente gratuitos às pessoas carentes; ou (ii) atendessem pacientes do SUS em volume não inferior a 60%; ou (iii) condicionando a isenção na proporção do financiamento da saúde e/ou escolar.

O velho ditado já dizia: “dois pobres não se sustentam”, isto é, para que a entidade beneficente possa servir ao Estado, ela não pode agir como ele, ou seja, servir-se da arrecadação tributária – apenas para bancar o custo da máquina pública. É necessário, então, que ela produza recursos para sua sustentabilidade, ao ponto de não depender tão somente da “vaca leiteira do Estado”.

Porém, a Lei nº 9.732/98 vedava qualquer venda de serviço social, e soterrava a própria subsistência do ente beneficente, pois ele gasta muito mais com a promoção humana do que recebe do Estado, por meio do não recolhimento do tributo. De outro lado, segundo a lei, o ente que não cumprisse a determinação legal estaria impedido de usufruir a “isenção” tributária das contribuições sociais.

Traduzindo, a lei determinava aos entes sociais: - “Promova a educação, a saúde e assistência, apesar de ser dever do Estado, e não seu, com recursos próprios, não cobre nada pelos seus serviços, inclusive daqueles que podem pagar, senão lhe suprimo a isenção”.

Diante de tais despautérios da lei, além da falta de diálogo com o Governo, não restou alternativa aos entes sociais que não o aforamento de medidas judiciais, as quais estão em foco para breve decisão no STF.

MÉRITO JURÍDICO DA ADIN 2028 NO STF

A Confederação Nacional de Saúde-Hospitais, Estabelecimentos e Serviços-CNS foi a autora da referida ADIN, sendo que requereu ao STF que declarasse inconstitucional os artigos 1º, que alterou o inciso III do artigo 55 da Lei nº 8.212/91, bem como os artigos 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, os quais impõem aquelas restrições ao acesso da “isenção” pelas entidades beneficentes.

O Plenário do STF, cuja relatoria coube ao Ministro Marco Aurélio, decidiu pela concessão da liminar, retirando a eficácia daqueles dispositivos.

Cabe observar que o pano de fundo contido na ação e na liminar visa a estabelecer qual espécie de lei pode impor limitações ao poder de tributar às entidades beneficentes. Isto porque consta do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição, o seguinte: “§ 7º - São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.”

A União defende que a Constituição remete à Lei Ordinária (aquela que requer apenas um quórum de votação de maioria simples do Congresso Nacional – vide artigo 47 da CF/88) ou à Lei Complementar (aquela que carece de um quórum de maioria absoluta – vide artigo 69 da referida Constituição).

³O STF entende que houve um erro do Legislador, na verdade é Imunidade.

Já a autora da ação CNS advogada na tese de que somente a lei complementar pode limitar o poder de tributar, com base no artigo 146, II da CF/88.

Ao conceder a liminar, o STF se filiou à tese da autora, sendo que, ao ser colocado em julgamento a referida ADIN em 04/06/2014, os ministros Joaquim Barbosa, Carmem Lúcia e Luiz Barroso votaram pelo provimento parcial da ação, sendo pedido vistas pelo ministro Teori Zavascki, o que se suspendeu o julgamento, o qual pode ser retomado em breve.

Em outro recente caso similar em curso no STF, Recurso Extraordinário 566.622, cujo mérito é praticamente o mesmo, os ministros Marco Aurélio, Carmem Lúcia e Luiz Barroso também entenderam que as limitações ao poder de tributar deve ficar a cargo da lei complementar, e não da ordinária. De igual sorte, o mesmo ministro Teori pediu vistas do processo, também suspendendo o julgamento, que pode a qualquer momento ser retomado.

Cabe sublinhar que, se aquele referido caso vier a ser provido, ele não terá efeito *erga omnes*, ou seja, somente valerá para a autora. Porém, como foi recepcionado com Repercussão Geral, influenciará em todos os demais julgamentos que estão tramitando perante os Tribunais Regionais. No entanto, se a ADIN for julgada procedente, o efeito é *erga omnes*, isto é, valerá para todas as entidades beneficentes.

CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DO JULGAMENTO

Os efeitos de uma eventual decisão favorável pelo Supremo Tribunal Federal poderão: (i) anular os efeitos da Lei nº 9.732/98, desde a sua origem, efeito *ex tunc*; (ii) aplicar a teoria da modulação, ora prevista na Lei nº 9.868/99 – artigo 27, que permite que os seus efeitos sejam aplicados a partir do julgamento, efeito *ex nunc*.

Caso o STF entenda aplicável o efeito *ex tunc*, na prática caem por terra todos os autos de infrações fiscais baseados na Lei nº 9.732/98. Porém, o mais importante deste julgamento será o reflexo imediato sobre a Lei nº 12.101/09, que não tem o status de Lei Complementar, mas sim ordinária, e que, a exemplo da Lei nº 9.732/98, impõe restrições ao acesso da “isenção” das contribuições sociais pelas entidades beneficentes.



Se o CEBAS representa um dos principais requisitos para o acesso à imunidades das contribuições sociais, não poderá o legislador ordinário promover outra restrição, por meio de dificultar a sua concessão

O eventual provimento da ADIN não afetará diretamente os processos fiscais julgados com base na Lei nº 12.101/09, ora alterada pela Lei nº 12.868/13, pois o mérito dela não está jungido à nulidade por supedâneo da atual lei, mas o fundo do julgamento poderá ser invocado por todas as entidades beneficentes que foram punidas fiscalmente, com base na referida lei, que não pode impor limites de gratuidades para fins do gozo da imunidade tributária das contribuições sociais, pois tal regulação cabe apenas à Lei Complementar, no caso, Código Tributário Nacional, em especial os artigos 9º e 14º.

REFLEXOS NOS JULGAMENTOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

Na prática, todos os recursos administrativos das entidades beneficentes, ora pendentes de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), lançados contra autuações baseadas na Lei nº 9.732/98, terão que seguir a ordem do STF, caso provida a ADIN, com efeito *ex tunc*, ante a vinculação operada e prevista no Regimento Interno daquele órgão, artigo 62, no inciso I do seu parágrafo 1º.

Já quanto aos processos que se encontram em sede judicial, poder-se-á também se invocar o julgamento favorável da ADIN, para que o magistrado ou o Tribunal o reconheça quando do julgamento do mérito da ação singular, o caráter vinculante, pois assim determina o STF: *“É preciso enfatizar, por relevante, que o Supremo Tribunal Federal tem assinalado, em diversos julgamentos, que a existência de pronunciamento anterior, emanado do Plenário desta Suprema Corte ou do órgão competente do Tribunal de jurisdição inferior, sobre a inconstitucionalidade de determinado ato estatal autoriza o julgamento imediato da causa, não importando se monocrático ou colegiado, sem que isso configure violação à reserva de plenário (...):”* (Rcl 17185 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, julgamento em 30.9.2014, DJe 27.11.2014).”

REFLEXOS PARA OS PROCESSOS FISCAIS JULGADOS COM TRIBUTOS PAGOS

A entidade beneficente que foi autuada sob os efeitos da Lei nº 9.732/98 e, caso ela venha ser rechaçada pela a ADIN

2028, poderá requerer a “repetição do indébito” em sede judicial, lembrando que os tributos da mesma espécie poderão ser compensados. Porém, deve-se observar o prazo decadencial de cinco anos a contar do lançamento do tributo, aliás, este é o entendimento do STJ:

“Ementa: Tributário. Processual Civil. Compensação. PIS. Prescrição. 1. No âmbito do lançamento por homologação, são compensáveis diretamente pelo contribuinte os valores recolhidos a título de FINSOCIAL com a COFINS, todavia a compensação do FINSOCIAL com o PIS não é admitida. 2. O PIS sujeita-se ao lançamento por homologação, faltante este, o prazo decadencial só começa a fluir após o decurso de cinco anos da ocorrência do fato gerador, somados mais cinco anos, contados estes da homologação tácita do lançamento. (RESP 297292/MG).”.

INFLUÊNCIA DO JULGAMENTO DA ADIN NO PROCESSO CEBAS

O STF quando proferiu o recente voto do ministro Marco Aurélio, ora Relator no referido Recurso Extraordinário, reconheceu que toda regulação que vise restringir a imunidade fiscal, por meio de lei ordinária que extrapole a previsão dos artigos 9º e 14º do Código Tributário, é inconstitucional, assim caso o recurso venha a ser procedente, ele terá efeito oblíquo nos julgamentos dos processos relacionados ao Certificado de Entidade Beneficente, pois se o CEBAS representa um dos principais requisitos para o acesso à imunidades das contribuições sociais, não poderá o legislador ordinário promover outra restrição, por meio de dificultar a sua concessão.

No entanto, torna-se necessária a cautela, no sentido de aguardar os julgamentos acima destacados, para que o mérito possa ser invocado em cada caso específico.

Enfim, a esperança é que fechemos um ciclo, com o esperado provimento da ADIN e daquele Recurso Extraordinário. Porém, não nos iludamos, pois muito debate jurídico ainda teremos pela frente, mais fortalecidos do que antes, e confiantes de que o Estado reconheça que as entidades beneficentes não são apenas uma sociedade organizada e mera coadjuvante, mas sim suas irmãs siamesas, com um detalhe de diferença: mais competentes e eficazes! 🏡



◀ ANA CAROLINA CARRENHO é advogada, especialista em Terceiro Setor e negócios sociais, vice-presidente da comissão de direito do Terceiro Setor da OAB/SP e Coordenadora da Comissão de Terceiro Setor da 102ª Subseção da OAB/SP



◀ CARLA REGINA BAPTISTA é advogada com especialização em Direito do Terceiro Setor, atuação nas áreas de Direito Civil, Administrativo e Tributário de forma contenciosa e consultiva



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECE A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.923 foi ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1º/12/1998, contra a Lei nº 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação como organizações sociais de pessoas jurídicas de direito privado, sobre a criação do Programa Nacional de Publicização, sobre a extinção dos órgãos e entidades que mencionam a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências, e contra o inciso XXIV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.648/98, que autoriza a celebração de contratos de prestação de serviços com organizações sociais, sem licitação.

Após longos 16 anos de intensa análise e discussões técnicas e filosóficas, no último dia 16 de abril o Plenário do Egrégio Tribunal, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, apenas para conferir interpretação conforme a Constituição à Lei nº 9.637/98 e ao art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93, incluído pela Lei nº 9.648/98, para que: (i) o procedimento de qualificação seja conduzido de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal, e de acordo com parâmetros fixados em abstrato segundo o que prega o art. 20 da Lei nº 9.637/98; (ii) a celebração do contrato de gestão seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal; (iii) as hipóteses de dispensa de licitação para contratações (Lei nº 8.666/93, art. 24, XXIV) e outorga de permissão de uso de bem público (Lei nº 9.637/98, art. 12, § 3º) sejam conduzidas de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal; (iv) os contratos a serem celebrados pela Organização Social com terceiros, com recursos públicos, sejam conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade; (v) a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais seja conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade; e (vi) para afastar qualquer interpretação que restrinja o controle, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União, da aplicação de verbas públicas.

Antes de mais nada, é preciso ressaltar que a citada Lei Federal serviu de base para as leis estaduais e municipais. Portanto, a decisão da Lei Federal também acaba por legitimar as leis estaduais e municipais que se multiplicaram desde 1998.

Assim, o julgamento encerra a discussão acerca da legalidade das Organizações Sociais e sua atuação em parceria com o Estado, permitindo que estas deixem de pairar num universo de insegurança jurídica, para atuarem em pleno Estado de Direito, ou seja, numa legislação reconhecidamente constitucional pela mais alta Corte

A legislação versa sobre a qualificação como Organização Social às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde, à cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, entre outras, possibilitando a transferência pelo Estado a gestão e operacionalização de equipamentos públicos por meio de contrato de gestão.

Assim, o julgamento encerra a discussão acerca da legalidade das Organizações Sociais e sua atuação em parceria com o Estado, permitindo que estas deixem de pairar num universo de insegurança jurídica, para atuarem em pleno Estado de Direito, ou seja, numa legislação reconhecidamente constitucional pela mais alta Corte.

O consolidado modelo de parceria com as Organizações Sociais tem se demonstrado um importante mecanismo de transformação no aparato público, considerando que o Estado pode dedicar-se essencialmente à construção das políticas públicas, enquanto que as entidades vocacionadas às atividades de interesse público, à sua execução, conduzindo a melhores resultados com menores custos, sempre sob o acompanhamento e fiscalização dos Tribunais de Contas e da própria população usuária.

Conclui-se que a atuação das Organizações Sociais foi ratificada e reconhecida como necessária, cabível e revela-se um caminho eficiente para a execução de atividades voltadas ao interesse coletivo, mas que seja um modelo constantemente aprimorado não só pelo Poder Público, pelas OS's e também por toda a sociedade. 📌

Treinamentos em Gestão Social



São Paulo-SP
3 de julho

Pronon e Pronas: incentivos fiscais e oportunidades para a área da Saúde

Michel Freller e Suellen Moreira

Brasília-DF
6 de julho

Diálogos da Filantropia

Danilo Tiisel, Marcio Zeppelini, Michel Freller, Renata Lima, Guilherme Reis, João Francisco de C. P. Santos e Laura Zelazny

São Paulo-SP
7 de julho

Tribunais de Contas e parcerias com o Terceiro Setor

Thiago Donnini

Natal-RN
8 de julho

Diálogos da Filantropia

Danilo Tiisel, Marcio Zeppelini, Michel Freller, Renata Lima, Guilherme Reis, João Francisco de C. P. Santos e Laura Zelazny

São Paulo-SP
13 de julho

Constelações sistêmicas e familiares - teoria e vivência

Zaqueie Meredith

São Paulo-SP
14 de julho

Atendimento ao público com qualidade e padrões de excelência

Marcos Gross

São Paulo-SP
15 de julho

Estratégias para captação de recursos e parcerias com empresas

Michel Freller

São Paulo-SP
15 de julho

Eneagrama: Formação de equipes com alto desempenho

Rebeca Toyama

São Paulo-SP
16 de julho

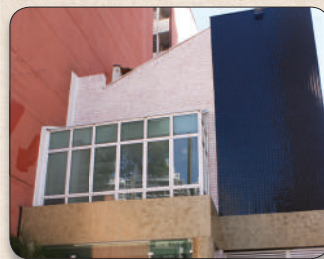
SICONV OBTV: Ordem Bancária de Transferências Voluntárias

Rosana Pereira

São Paulo-SP
17 de julho

Marco Regulatório do Terceiro Setor – Lei 13.019/14 e suas mudanças

Ana Carolina Carrenho



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
FILANTROPIA

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2978-6686

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social



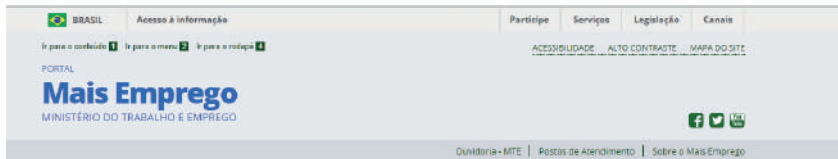
Acesse o site pelo seu smartphone



CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PARA IGREJAS

Entendimento da 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) impõe às igrejas a comprovação, ao Ministério do Trabalho e Emprego, de que não exercem atividades econômicas com fins lucrativos – artigo 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – para se isentarem do pagamento das contribuições sindicais. Os magistrados não acolheram recurso de uma instituição, condenando-a ao pagamento de R\$ 3,7 milhões em contribuições sindicais, referentes aos anos de 2003 a 2007. A condenação abrangeu 31 igrejas da mesma denominação em todo o estado do Mato Grosso do Sul. O artigo 896, parágrafo 2º, da CLT, dispõe que os recursos em processos em fase de execução só são admitidos na hipótese de ofensa direta à Constituição Federal, o que não foi o caso neste recurso interposto pela igreja.

www.tst.gov.br



PÁGINA INICIAL

MENU

Trabalhador
Empresa

Trabalhador



São mais de 310.000 ofertas de emprego cadastradas por mês. Encontre a sua.

PORTAL DO EMPREGO

O Ministério do Trabalho e Emprego lançou no início de abril o Portal Mais Emprego, que coloca à disposição dos trabalhadores as vagas existentes em todo o país no Sistema Nacional de Emprego (Sine), permitindo a eles pesquisar por ofertas e se candidatar a processos seletivos. O objetivo é facilitar o acesso às vagas sem que seja necessário se deslocar até uma agência, pois muitas vezes existe dificuldade financeira para quem está fora do mercado formal, visto que no ano passado aproximadamente 6 milhões de pessoas estavam cadastradas à procura de emprego. Para ter acesso ao portal, é preciso ter um cadastro. O empregador poderá escolher as vagas e selecionar o perfil da pessoa que pretende contratar, acessar currículos e se comunicar com quem se candidatar à vaga ofertada. Já o trabalhador poderá procurar opções próximas da localidade onde mora, enviar currículos e candidatar-se às vagas, além de ter acesso a outros serviços como acompanhar, por exemplo, o depósito do FGTS.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>

VAGAS PARA DEFICIENTES

Problema recorrente em muitas empresas brasileiras, a dificuldade de encontrar trabalhadores com deficiência ou reabilitados, com formação suficiente para desempenhar o cargo oferecido, ou mesmo interessados no emprego, está levando a Justiça a absolver as companhias que comprovam ter feito o possível para cumprir o percentual de 2% a 5% previsto no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991. Segundo a legislação, os percentuais são os seguintes – empresas com até 200 funcionários (2%); de 201 a 500 (3%); de 501 a 1.000 (4%); e de 1.001 em diante (5%). Assim, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho não acolheu recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (União) contra decisão que absolveu o empregador de multa por não ter cumprido a cota para trabalhadores com deficiência ou reabilitados. Embora tenha feito diversas solicitações à agência do Sistema Nacional de Emprego em Alagoas (Sine-AL), a empresa não recebeu os currículos de trabalhadores conforme esperado.

www.tst.gov.br

SÍNDROME DA TALIDOMIDA

Publicada conjuntamente pelo Ministério da Previdência Social e INSS, a Resolução INSS nº 473/2015 aprovou o Manual Técnico de Procedimentos para Avaliação Médico-Pericial da Síndrome da Talidomida. O documento dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na concessão e na manutenção da pensão especial, bem como na indenização por danos morais às vítimas desta doença. Atualizações e posteriores alterações do Manual serão promovidas por meio de Despacho Decisório pela Diretoria de Saúde do Trabalhador.

www.cenofisco.com.br



CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVAS

Reguladas pela Lei nº 5.764/1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas, as sociedades cooperativas constituem-se por deliberação da assembleia geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público. Já a constituição de uma cooperativa singular, segundo o inciso II do art. 1.094 do Código Civil, requer o concurso de, no mínimo, 20 associados, pessoas físicas, com o objetivo de compor a administração da sociedade, órgão de administração e conselho fiscal, levando em conta a necessidade de renovação. No caso das cooperativas de trabalho, sete é o número mínimo de associados necessários para sua constituição, de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.690/2012. A principal receita da cooperativa é a taxa de administração ou serviço. De todas as operações que o cooperado fizer com ela, a cooperativa reterá um percentual sobre o valor.

www.sebrae.com.br

FUNDOS PARA COOPERATIVAS

As cooperativas são obrigadas a constituir um fundo de reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, formado com 10%, pelo menos, das sobras líquidas do exercício. E um Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), voltado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5%, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. Ambos os fundos são indivisíveis. Além dos previstos, a assembleia geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. Para registrar a cooperativa, a ata não poderá conter emendas, rasuras e entrelinhas, admitida, porém, nesses casos, ressalva no próprio instrumento, com as assinaturas das partes. As vias do documento deverão utilizar apenas o anverso das folhas, ser impressas nas cores preta ou azul, obedecendo aos padrões técnicos, de legibilidade e de nitidez para permitir sua reprodução, microfilmagem ou digitalização. As cópias de documentos que constituem atos levados a arquivamento, devem ser autenticadas.

www.sebrae.com.br



INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA

No ato da solicitação do Seguro-Desemprego, o trabalhador é obrigatoriamente inscrito nos processos de intermediação de mão de obra, oportunidade em que lhe são oferecidas uma ou mais opções de emprego formal, de acordo com o nível de escolaridade, formação, especialização, qualificação e remuneração, grau de complexidade e jornada da ocupação anterior. Caso o trabalhador recuse o encaminhamento para a vaga e salário compatíveis com sua ocupação no mercado de trabalho, seu benefício do Seguro-Desemprego é suspenso, conforme lei de 1999. Por outro lado, se a vaga e o salário ofertados não forem compatíveis com a ocupação anterior do trabalhador, ele é então habilitado e passa a receber ou continua a receber o benefício.

www.camara.gov.br

SEGURO-DESEMPREGO MAIS ÁGIL

Desde 1º de abril, todos os empregadores brasileiros passaram a ser obrigados a preencher o requerimento do Seguro-Desemprego e a comunicação de dispensa de seus empregados pela Internet, por meio do aplicativo Empregado Web, disponível no Portal Mais Emprego. O objetivo da mudança promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego é tornar mais rápido o atendimento ao pedido e dar mais segurança às informações sobre os trabalhadores. O sistema visa garantir a autenticidade dos dados, possibilitando o cruzamento de informações sobre os trabalhadores em diversos órgãos, facilitando consultas necessárias para a liberação do Seguro-Desemprego.

maisemprego.mte.gov.br

FGTS PARA HABITAÇÃO

Os valores do FGTS poderão ser usados para quitar ou amortizar dívidas por quem tem contrato no Programa de Arrendamento Residencial (PAR), destinado à população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra. Até agora, a Caixa Econômica Federal não permitia a utilização desses recursos. Um termo de ajustamento de conduta (TAC) com essa finalidade foi homologado entre a Caixa e a Defensoria Pública da União (DPU) e tem validade em todo o território nacional. A Caixa fará a incorporação ao saldo do contrato das taxas de arrendamento que ainda não foram pagas, além da renegociação das demais dívidas que possam existir, como a do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) ou de condomínio, entre outras. Poderão ser incorporados quaisquer contratos, independentemente da faixa de atraso, desde que o credor não seja o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>



LICENÇA-MATERNIDADE PARA MILITARES

Exemplo do que já ocorre com as servidoras civis desde 2009, o benefício de seis meses de licença-maternidade foi estendido às 23 mil mulheres militares que atuam nas Forças Armadas. Sancionada pela Presidência da República, a lei garante o mesmo direito às militares temporárias, desde que estejam cumprindo serviço militar. Também foi assegurada a possibilidade de pedir mudança de função durante a gravidez quando suas condições de saúde exigirem. A nova lei também garante afastamento de 30 dias no caso de aborto ou natimorto. A licença para adoção também é regulamentada. Quanto aos homens, terão cinco dias de licença-paternidade pelo nascimento ou adoção dos filhos.

www.camara.gov.br

1) Sou contador de uma entidade beneficente e gostaria de saber quais informações devem, obrigatoriamente, constar nas notas explicativas.

R: A Resolução CFC 1.409/2012 disciplinou no item 27 que as demonstrações contábeis devem ser complementadas por Notas Explicativas: (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais; (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos; (c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse; (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções; (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos; (f) os recursos sujeitos à restrição ou à vinculação por parte do doador; (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade; (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo; (i) informações sobre os seguros contratados; (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação; (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observada a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil; (l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade; (m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos; (n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

2) Trabalho em uma entidade entidade filantrópica e perdi o prazo para formalização da renovação. Há alguma medida judicial para evitar um período em aberto sem a certificação ?

R: Para esses casos, existe a possibilidade de ajuizamento de uma ação declaratória para que a entidade obtenha o reconhecimento de sua qualidade como beneficente de assistência social pela via judicial, sendo, portanto, necessário demonstrar o cumprimento de todas as nuances legais vigentes, uma vez que o certificado é mera exteriorização da qualificação de uma determinada entidade filantrópica.

3) É possível que minha instituição celebre com determinado empregado dois contratos de trabalho, sem que isso configure um acúmulo de funções que possa causar problemas na esfera trabalhista?

R: Há doutrinadores que defendem a aplicação da duplicidade de contrato, todavia, o empregador deve agir com cautela. Em contrapartida, outros são contrários, pois defendem que a relação entre empregado e empregador somente poderia se dar através de contrato de trabalho único. Em relação ao entendimento jurisprudencial, temos que desde que preenchidos requisitos essenciais, ou seja, função, jornada e remuneração distinta, inexistente vedação à celebração de dois contratos de trabalho com o mesmo empregador.

4) Minha instituição é da área da educação e atua no Ensino Superior. Muitos alunos tiveram problemas com o aditamento de seus contratos (FIES) e, assim, têm deixado como garantia de pagamento da matrícula um cheque, o qual é devolvido quando regularizada a situação. Entretanto, há alunos que não possuem cheque. Qual seria o instrumento mais adequado a ser utilizado nesses casos?

R: De acordo com o art. 585, inciso I, do Código de Processo Civil, são títulos executivos extrajudiciais, entre outros, a nota promissória. Assim sendo, recomendamos que esteja previsto no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais que caso o aluno não seja contemplado pelo FIES, e não havendo o pagamento da Nota Promissória na data apazada, poderá ocorrer a execução judicial do título com todos os seus acréscimos legais, sob pena inclusive de saldos existentes em contas bancárias e regular protesto do título.

5) Após o início da vigência da Lei nº 13.019/2014, quais serão os principais requisitos para que uma entidade beneficente possa celebrar parcerias com o poder público?

R: O artigo 24 da mencionada lei, em seu inciso VII, prevê que a entidade deverá ter três anos de existência comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, ter experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, e ainda capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas.

6) Sou dirigente de uma instituição que não possui Conselho Fiscal. Gostaria de saber se, com o advento da Lei 13.019, serei obrigado a incluir o Conselho Fiscal em meu Estatuto Social.

R: Caso a Entidade necessite de recursos públicos para se manter e pretenda realizar convênios com o poder público, precisará instituir o Conselho Fiscal e incluí-los em seu Estatuto Social, isso por força do que preceitua o artigo 33, inciso II, da nova lei.



MULTIPLICANDO O SUAS

ONDE ESTÁ A NOVIDADE?



Esquecemo-nos com frequência de revisitar a história cultural humana. Usamos expressões como “novas mídias” ou “novas tecnologias”, e acreditamos piamente que estas possibilitaram uma “democratização do acesso”, exclusiva dos dias de hoje, a qual depende apenas de computadores, *tablets* e *smartphones* – cada vez mais baratos – e uma conexão que amplia o domínio de seu território progressivamente e de forma eficaz.

Antes de tomarmos isso como verdade, vale perguntar: se hoje temos novas tecnologias, quais são as velhas? A novidade está nos aparelhos? No uso? Se realmente há uma democratização de acesso, de que acesso estamos falando? Em qual momento saímos do antigo não democrático e entramos no novo, com acesso livre? Além disso, temos acesso a que mesmo? Claro que estas são somente provocações, mas, honestamente, quando o tempo parou para que pudéssemos definir que hoje estamos em uma nova era midiática?



◀ **NÁDIA LEBEDEV** é Docente da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) e bolsista do CNPq.

Tomemos o YouTube como exemplo. Ele aparenta ser uma ferramenta recente, porém, não saberíamos nos portar diante dele se a televisão não tivesse aparecido antes, nos acostumando com a ideia das imagens técnicas dentro de nossas casas e escolhidas por nós. É óbvio que o YouTube possibilita uma quantidade maior de conteúdos e uma resposta mais imediata por parte do usuário, mas não podemos nos esquecer que ‘zappear’ e ‘medição de audiência’ também são indicativos da preferência do telespectador. A televisão não surgiria se o cinema não nos tivesse possibilitado experimentar a imagem em movimento. O cinema, por sua vez, não apareceria se a fotografia não tivesse sido desenvolvida.

Pensando na nossa história cultural, as bases para o surgimento da fotografia datam do final do século XIV. Foi o homem renascentista que, com sua pintura em perspectiva, passou a representar fielmente cenas do humano e da natureza. Até então, pintávamos majoritariamente figuras sagradas e sobre humanas. Se os nossos ancestrais não tivessem feito aquele primeiro esforço de registro nas paredes das cavernas, não teríamos desenvolvido essa vontade de expressar a nós mesmos, nosso cotidiano, nossa subjetividade e nossas crenças, temas frequentes nos nossos desenhos e pinturas, bem como nos vídeos que hoje postamos. Então, qual de fato é a velha mídia? Até hoje pichamos e grafitamos nossos muros, e, claro, fotografamos e filmamos os mesmos. As práticas se complementam, mas nunca desaparecem, e todas são midiáticas. Mídia é uma palavra de difícil definição, mas a raiz de seu significado passa pela ideia de ‘estar entre’, a mídia será aquilo que está entre nós. O telefone é o que se põe entre você e pessoa para quem você ligou, um livro é o que está entre mim e a história contada, a televisão está entre a empresa de comunicação, composta por um grupo de pessoas, e toda a população que assiste aquele determinado canal.

Entramos, então, em outro ponto fundamental: o uso. Falamos sempre em democratização do acesso, entretanto, talvez fosse mais interessante pensar em democratização da produção. A tal interação midiática só pode acontecer se houver resposta do receptor. De fato, esse sujeito hoje tem uma gama muito maior de ambientes para se manifestar, entretanto, a prática não tem nada de novidade. Explicando melhor: pensando no acesso, basta lembrar que um celular desligado é simplesmente isso, um aparelho que não funciona. O mesmo vale para um computador, para a televisão, para uma hidroelétrica ou até mesmo um livro. Livros fechados, que não são lidos, é conhecimento que não é aprendido. Dependem por completo de um ser humano, tanto para seu funcionamento e uso quanto para sua manutenção, atualização.

Pensando em termos de produção, a comunicação racional é uma das grandes marcas da espécie humana, que transforma a natureza e imprime carga simbólica em tudo que faz. Vejam, é claro que os animais se comunicam, mas esta é uma comunicação instintiva. O homem, desde os primórdios, transforma a

Falamos sempre em democratização do acesso, entretanto, talvez fosse mais interessante pensar em democratização da produção. A tal interação midiática só pode acontecer se houver resposta do receptor

natureza em técnica e amplia seu domínio – territorial, cultural e simbólico. Um gorila pode atacar outro que o ameaça usando uma pedra; já os primeiros seres humanos se defendiam projetando possíveis ataques. Com um pedaço de pau e uma pedra talhada o homem pré-histórico fazia uma lança, e com esta caminhava para se proteger caso um predador ou inimigo cruzasse seu caminho. O gorila não é capaz de fazer previsões e usar a natureza a seu favor; só o homem é. Essas projeções manifestadas através da manipulação da natureza foram fundamentais para a formação de consciência da espécie.

Precisamos modificar a natureza para criar nossos aparatos técnicos, seja no caso de uma lança ou pigmentos para desenhar nas paredes das cavernas, seja para construir um prédio ou desenvolver uma câmera fotográfica. Não estou equiparando uma lança a uma câmera, mas fundamentalmente o processo de produção parte do mesmo lugar: exploração de recursos naturais para ampliarmos a nossa sobrevivência e presença.

Agora, pensemos sobre o caráter simbólico de nossas criações. Uma fotografia é o registro do olhar do fotógrafo, que parte das mais variadas razões para criá-la: uma lembrança do aniversário de um ano do filho, um registro de uma cena de guerra, uma *selfie*. Todos têm em comum a escolha do momento da foto, do enquadramento, há valor simbólico. Assim como os primeiros desenhos pré-históricos, que são cenas inspiradas no ambiente e nas vontades do homem primordial, carregadas de simbolismo.

Quando falamos em evolução não se trata de melhora ou piora; trata-se de aumento de complexidade. Uma fotografia é mais complexa – do ponto de vista da produção, em termos simbólicos não há como medir – que uma pintura na caverna de *Lascaux* na França. Mas a primeira não surgiria se o esforço de criação da segunda não tivesse ocorrido. Logo, o decorrer do tempo é fundamental para compreendermos nossa história. Não é interessante parti-lo e acreditar que práticas ficaram para trás, ultrapassadas, e que agora estamos em um novo processo. Se fizermos isso, ignoramos nossa história cultural e perdemos uma parte fundamental para que possamos entender um pouco melhor nossa existência, sem encantamentos cegos, típicos dos que acham que os aparelhos tecnológicos vão salvar o mundo, esquecendo-se de que quem os usa são seres humanos. Também não podemos nos fechar numa redoma crítica e não participar do aumento da complexidade da espécie humana. Como afirma o Prof. Dr. Norval Baitello, *a cultura é cumulativa*. Esta é uma boa ideia para ser incorporada socialmente e individualmente. 📖



RECÉM-DEFICIENTES FÍSICOS

A gestão de suas atividades laborais em favor de sua qualidade de vida

*Por Flávia Romeo**

A administração existe há muitos anos e, por ser uma prática antiga, acabou sofrendo certas mudanças através do tempo, influenciada pela cultura e valores da sociedade, sendo necessário criar novas estratégias de gestão, levando em consideração não apenas a quantidade e o tempo de produção, mas também o fator humano.

A partir do entendimento da importância das pessoas dentro da organização, devemos fazer uma reflexão acerca da importância da qualidade de vida no ambiente laboral e na influência que ela exerce em outros aspectos da vida de um indivíduo.

A qualidade de vida no ambiente de trabalho é um assunto que preocupa não somente a classe trabalhadora da atualidade, como também as grandes empresas, que vêm procurando cada vez

*Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela FATEC Ipiranga e graduanda de Relações Públicas pela Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM).

Cada vez mais há a preocupação com a acessibilidade, a integração e a interação social desses indivíduos. O espaço dessas pessoas está sendo conquistado aos poucos, e hoje em dia não é raro ver deficientes trabalhando, estudando e interagindo com a sociedade

mais fornecer condições de trabalho adequadas para contribuir com a qualidade de vida de seus colaboradores, englobando valores de saúde, harmonia e motivação.

Entretanto, não somente de funcionários saudáveis e fisicamente íntegros se constrói um ambiente de trabalho. A deficiência, de um modo geral, é um dos assuntos que mais geram reflexão na sociedade atual, tanto na política, quanto na educação. Cada vez mais há a preocupação com a acessibilidade, a integração e a interação social desses indivíduos. O espaço dessas pessoas está sendo conquistado aos poucos, e hoje em dia não é raro ver deficientes trabalhando, estudando e interagindo com a sociedade.

Desde que entrou em vigor a Lei nº 8.213, em 24 de Julho de 1991, tornando obrigatória, entre outras medidas, uma cota para deficientes dentro das empresas, a procura por profissionais da categoria tem aumentado cada vez mais. Apesar de a medida ser uma forte aliada do movimento de inclusão de pessoas com deficiência, a empresa deve se preocupar, acima de qualquer coisa, com a qualidade de vida desses funcionários, pois de nada adianta incluir o indivíduo no ambiente laboral se este não sente que a atividade agrega valor pessoal e não traz a satisfação que ele busca, especialmente quando tratamos de pessoas que adquiriram a deficiência, as chamadas “recém-deficientes” físicas.

A situação da deficiência adquirida gera dificuldades para o indivíduo que a sofreu, para seus amigos e familiares. Além de ter de se acostumar com uma nova perspectiva de vida, a pessoa ainda tem de reaprender a conviver com o próprio corpo, envolvendo questões psicológicas, que pode gerar depressão, situação em que a pessoa reluta em aceitar sua nova realidade e retomar a vida. Neste momento, é fundamental que a pessoa tenha o apoio da família e dos meios sociais em que vive, para encontrar uma forma de se reerguer.

A interação social do deficiente, que inclui família, amigos e, é claro, o ambiente de trabalho, é uma das questões que mais atraem atenção no âmbito educacional e é um tema que gera muita reflexão. Por meio da interação social o deficiente conquista seu espaço, e é de suma importância no processo de aceitação e superação de pessoas com deficiência adquirida, a

partir de um bom relacionamento familiar, o apoio dos amigos e a boa gestão do ambiente laboral.

Quando o meio social em que o recém-deficiente está inserido cumpre seu papel, ele passa pelo processo de autoaceitação e reconhecimento do próprio corpo, quando geralmente há a necessidade, a vontade de voltar a ter uma rotina, sentir que cumpre um papel social, e muitas vezes acaba recorrendo ao mercado de trabalho para encontrar a satisfação desejada. É neste momento que a empresa, o gestor e o departamento de Recursos Humanos devem trabalhar em conjunto para garantir o conforto e a qualidade de vida no trabalho dessas pessoas, fatos tão importantes para o desenvolvimento pessoal e autoestima.

Ao se inserir no ambiente de trabalho, existe toda a questão da acessibilidade, do cumprimento das normas, da ergonomia, da legislação. Deve-se atentar, além de tudo, à questão psicológica e emocional do indivíduo, e cabe ao gestor e ao departamento de recursos humanos a tarefa de fazê-lo sentir-se acolhido. Quando o gestor toma consciência de seu papel representativo e de influência dentro de tal contexto, de forma a acolher o deficiente de maneira adequada, fazendo com que ele se sinta bem no ambiente, exigindo dele tudo o que exige de seus outros funcionários (salvo quando a atividade exigir condicionamento físico acima da capacidade do deficiente), informando aos membros da equipe sobre as reais condições do novo funcionário, incentivando a integração dele ao ambiente de forma satisfatória para ambas as partes (deficiente e equipe) e impedindo atitudes preconceituosas, além de tomar a devida atitude quando comprovadas condutas desse tipo dentro do ambiente, e o departamento de Recursos Humanos age de forma eficaz, afirmando a importância do trabalho que o colaborador desenvolve para a empresa, reconhecendo seus méritos e incentivando-o a buscar a melhoria contínua, a tendência é trazer benefícios para a empresa e para o colaborador, que cada vez mais vai se sentir incentivado e motivado para continuar trabalhando. Isso contribui, conseqüentemente, para sua perspectiva e qualidade de vida.

A teoria é comprovada a partir de um estudo de caso feito com Larissa Gouveia, uma jovem que, aos 23 anos de idade, devido a um acidente de carro, perdeu o movimento

das pernas, e encontrou no trabalho uma maneira de se reerguer. Seu caminho não foi fácil: foi repleto de dificuldades, depressão, e falta de crença de que sua vida poderia voltar ao normal, e isso é muito comum em pessoas que já passaram por uma situação semelhante. Mas, felizmente Larissa vem de uma boa base familiar e com o apoio deles, que a incentivaram a retomar a vida, foi à procura de um emprego, alcançando seu objetivo pouco tempo depois. O fato principal é que graças à retomada de rotina, do reconhecimento de seu valor profissional e pessoal, Larissa hoje vive uma vida normal dentro de suas limitações: anda de bicicleta, pratica esportes, faz teatro e também tem uma vida conjugal.

Apesar de sua história ter um “final feliz”, compreende-se que o caso de Larissa é uma das “exceções à regra”. Além de ter a sorte de estar inserida em um meio familiar social propício, por ter apoio e incentivo das pessoas que a cercam, também teve a capacidade de conseguir um emprego numa empresa que possui uma forte cultura, valores e responsabilidade social, que tem condições de acessibilidade adequadas para seu caso e que reconhece seu bom trabalho, de modo que já a premiou por seu desenvolvimento, incentivando-a a ser uma profissional cada vez melhor. A moça conta que isso fez grande diferença no seu processo de superação e autoaceitação. O reconhecimento foi crucial para que tomasse consciência de que era preciso seguir em frente.

Entretanto, há o conhecimento de outras histórias de deficientes que não conseguiram a reabilitação, não conseguiram superar, talvez pelo emocional não tão consistente quanto o de Larissa, talvez pelo meio inserido, e são essas pessoas que nos devem motivar a refletir e ter cada vez mais consciência sobre a necessidade e a importância do problema da inclusão e da qualidade de vida.

Garantir a integração dos deficientes no ambiente de trabalho não assegura a qualidade de vida deles, não assegura que eles tenham um *feedback* aceitável da empresa e do gestor quanto a sua capacidade e produtividade. Muitas vezes, o deficiente entra na empresa por meio das cotas, mas não tem uma atividade laboral compatível com sua formação e sua capacidade. É importante que as empresas, principalmente os gestores e o RH, atentem-se a isso.

É preciso haver uma maior conscientização acerca do assunto, as empresas necessitam melhorar sua acessibilidade, treinar os gestores, o RH e os funcionários para o convívio com a pessoa com deficiência. Só assim será possível fornecer, além da inclusão, a qualidade de vida no trabalho dessas pessoas, que beneficia não só seu lado profissional, mas auxilia na autoestima, na saúde e no bem-estar da pessoa com deficiência. 🇧🇷

Neste momento, é fundamental que a pessoa tenha o apoio da família e dos meios sociais em que vive, para encontrar uma forma de se reerguer



A VELOCIDADE DA INFORMAÇÃO E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE

Por *Bille Gomes Marinho**



Século 21, sociedade capitalista e ocidental, porém, globalizada, conectada pela internet. Talvez esta fosse a definição mais fria e sucinta para descrever quem somos, mas gosto de pensar que somos infinitamente mais do que isso. Somos inventores de nossos próprios dias, da nossa própria era, o Davi que esculpimos somos nós mesmos. E, apesar de conectados, compartilhados e, de certa forma, acessíveis em todos os momentos, ainda somos indivíduos e pensamos por conta própria. Cada um escolhe votar em uma bandeira de partido político ou nas ideias de um agente político, acreditar em um Deus ou em uma religião, ouvir *heavy metal* ou samba de raiz.

Muitos são os fatores que permitem que as pessoas deixem de ser apenas membros de grupos e assumam suas personalidades próprias. Influências como familiares, amigos e relacionamentos amorosos lideram o ranking. Mas, ainda assim, sugiro aceitar o fato de que a internet é uma das principais responsáveis pela formação de opinião na atualidade – mesmo sendo um meio de comunicação não presencial. Isso porque ela está disponível a qualquer momento, praticamente em qualquer lugar. Se há dez anos a televisão dominava a comunicação no Brasil, valendo-se do modelo tradicional que taxava o período das 18h às 00h como “horário nobre”, por se tratar do horário em que a maioria dos trabalhadores e estudantes já tinha chegado em casa, a internet hoje é o horário nobre a todo momento.

Em qualquer lugar ou situação você pode acessar a internet para procurar qualquer informação. Contudo, isso não é o mais intrigante, e sim a velocidade com a qual a informação circula no universo on-line. Graças às ferramentas de *web design* que permitem a publicação em segundos, a internet revolucionou a forma como todos nós trabalhamos – não importa a área de atuação. O jornalismo on-line cobre reportagens em tempo quase real, enquanto no telejornal há um atraso de minutos, ou até horas, e no jornal impresso pode levar um dia ou mais. Além de economizar tempo (e dinheiro), a informação digital tem ainda a vantagem de poder ser atualizada a qualquer momento.

Sabendo disso, cada vez mais usamos a internet na nossa insaciável busca por conhecimento. Evidentemente, assim como nos jornais, revistas e emissoras de rádio e de televisão, na internet é preciso ter cuidado e saber selecionar o tipo de conteúdo entre os bons e os ruins. Sendo assim, não se deve considerar a internet como uma vilã dos outros meios de comunicação; muito pelo contrário, ela deve ser mais bem explorada e aproveitada por cada um deles. Para nós, consumidores de informação, fica a atenção e o vigor ao prezar pela nossa integridade ao aceitar uma opinião. Para nós, formadores de opinião, fica a atenção à ética e à responsabilidade ao publicar toda e qualquer informação.

EM TERRA DE WHATSAPP, LIGAÇÃO É PROVA DE AMOR

Se Graham Bell estivesse vivo, já teria se matado. O suposto inventor do telefone deveria ter se orgulhado ao ver seu investimento ser usado pelo mundo inteiro. Mas duvido que ele se acostumasse com a ideia de que pessoas têm telefones em suas mãos o tempo todo, e não conversam por voz.

Falamos cada vez menos. Lemos cada vez mais, porém, em menor qualidade. Abreviamos tudo, usamos gírias e *emoticons*, digitamos em mensagens o que queremos dizer o tempo todo. Veja que interessante: somos até capazes de imaginar como a outra pessoa falaria ao ler suas palavras, sua entonação e até seu jeito de se comportar. Identificamos como “grito” a caixa alta, e “ternura” ao escrever as palavras completas. Mas até onde sei, um telefone celular tem como objetivo primordial fazer e receber ligações.

A ligação por celular é um recurso pouco utilizado desde quase sempre. Isso porque no início da popularização dos aparelhos as empresas ainda precisavam de recursos para se estabilizar e, por isso, as tarifas eram altas. Depois disso, ao menos em países como o Brasil, as empresas começaram a cobrar mais entre ligações entre uma operadora e outra (assim como fazem os bancos, ao cobrar tarifas em caso de transferências de valores) e menos para ligações entre números da mesma operadora. Hoje em dia, graças às medidas adotadas pela Anatel, estas tarifas estão bem menores e já é possível creditar seu celular sabendo que irá aproveitá-lo por completo.

Mesmo assim, a grande maioria das pessoas prefere não se arriscar. São pobres clientes traumatizados culturalmente por se privarem do principal uso dos seus celulares. As mensagens por texto (SMS e MMS) já eram conhecidas e usadas até que a era dos *smartphones* revolucionou a forma como nos comunicamos. Há aplicativos para as mais diversas finalidades: acessar sites da internet, dicionário, banco, e-mail, notas e faltas, calculadora científica, impostômetro, redes sociais, jogos, organizador de tarefas, comunicador instantâneo. Isso só para citar meio por cento.

O líder dos aplicativos mais usados para se comunicar é o WhatsApp, seguido pelo Messenger – ambos de propriedade da Facebook Inc. Privacidade e segurança não são o ponto forte destas aplicações, segundo a organização sem fins lucrativos *Electronic Frontier Foundation – EFF* – (Fundação Fronteira Eletrônica), que relatou uma lista de vulnerabilidades em 2014. Apesar disso, a popularidade do aplicativo o faz ser preferido. A empresa estudou a implantação oficial do recurso de ligação no aplicativo, mas já está em fase de testes para Android.

Outros aplicativos tentaram implementar a função de ligação sem custo de um celular para outro (por meio da aplicação devidamente instalada em ambos os aparelhos, a custo da linha de internet usual), como o Viber, mas sem grande sucesso. Parece que mesmo ‘sem gastar’, fazer uma ligação ‘custa’. 📞

*Aluno do 5º ano de Comunicação da FAPCOM



APENAS SENTIMENTO

*Por Magda Duarte**

Pensar na vida e nas questões humanas é, antes de mais nada, tentar o tempo todo nos descobrir, não obrigatoriamente no *setting* terapêutico, mas nos reconhecendo no mundo e visitando sentimentos que nos causam reações. Este contato nos provoca o desejo de buscar explicações que nos conforte e tranquilize, algo não fácil, considerando que nossa subjetividade é fator importante neste processo.

Refletir sobre a conduta humana, motivações e reações diante das vicissitudes da vida, é revelador; compreender o

mundo que nos cerca, preserva e promove segurança, e isto é comumente almejado pelas pessoas. Nesta perspectiva, algo tem me intrigado com mais veemência nos últimos tempos: trata-se da normalidade que percebo nos olhares e reações humanas acerca do mal.

Talvez eu não saiba nomear este sentimento; este incômodo sentimento, que, nem sei ao certo, mas parece me constrianger em diversos momentos. Outro dia, conversando com amigos, um termo me pareceu adequado para expressar o que digo: *a banalização do mal*, subtítulo do livro Euchmann em

Jerusalém, de Hannah Arendt. Nesta conversa, bem como em encontros com outros pares – penso ser ideal assim chamar pessoas com quem tenho vontade de dividir sorrisos e pensamentos –, buscávamos respostas ao que as pessoas apresentavam diante da maldade, sendo elaborado que talvez assisti-la seja confortante.

No momento em que iniciava a construção deste texto, brotado de minha inquietação, meu desconforto foi inflamado ao ouvir uma história de alguém muito próximo, uma descrição da violência e da reação frente a ela. Um rapaz alcoolista foi atropelado, sem nenhum motivo aparente, sem briga ou discussão, apenas porque incomodou alguém – afinal, não estava cheiroso ou elegante, e o que não é bonito não é interessante à maioria das pessoas. Um jovem de 25 anos deu marcha ré em seu carro e acelerou propositalmente, atropelando o rapaz no canto da rua e quebrando suas duas pernas. Logo depois, guardou o carro com tranquilidade e continuou sua rotina; certamente acreditando que não haveria consequências, pois quem se importaria com alguém assim? A polícia, o resgate e a família chegaram, sendo a vítima atendida e colocada em segurança.

Contudo, esta história me remete à naturalização do mal, em decorrência da maneira como todos os presentes reagiram. Em seus discursos, declaravam indignação, mas não desejavam se envolver e preferiam não informar os fatos à autoridade; pareciam extremamente interessados em falar sobre o assunto com a família e outros moradores, morbidamente interessados; como aquele espectador que faz careta frente à televisão diante das desnecessárias cenas de violência, mas, no dia seguinte, repete a sensação. O assunto foi notícia no bairro nos dias que seguiram, ainda com todos fazendo indagações à família e buscando conhecer detalhes. Uma indignação incoerente, talvez o referido conforto, com a certeza de que o atropelador é ruim, reiterando a bondade dos demais. Vale salientar que, neste caso, o medo não é a causa para o silêncio, sendo notória a percepção de que a vida é assim, as pessoas são terríveis assim, e, embora muitos falassem do quanto se sentiam afetados, comportavam-se como plateia de um filme triste, uma sensação que depois passa, experimentação de telespectador frente ao mal, em que automaticamente todos os outros são bons.

É indubitável que falo do mal, que não cabe questionamento sobre o significado. Ainda que considerado o relativismo ético, trata-se do que se opõe ao bem, fere e prejudica. Falar do mal nos remete ao que é o bem, sendo válido esclarecer que o bem pensado, não é o filosófico, que seria a excelência ética, mas sim o possível, preservador e humano.

O mal existe desde sempre, contudo, o que me importa não é a maldade ou a inércia diante dela, e embora

Ainda que considerado o relativismo ético, trata-se do que se opõe ao bem, fere e prejudica. Falar do mal nos remete ao que é o bem, sendo válido esclarecer que o bem pensado, não é o filosófico, que seria a excelência ética, mas sim o possível, preservador e humano

concorde, não me sinto contemplada em meus pensamentos com a frase de Martin Luther King: “O que me incomoda não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons”. O objeto de minha preocupação não é o silêncio, e sim o conforto diante das demonstrações do mal. Um estranho conforto; daí compreendemos o sucesso dos detentores de audiência televisiva de nossa época, em que uma plateia anestesiada parece incapaz de refletir acerca das causas e consequências dos fatos.

É utópico pensar na inexistência das tristezas, misérias, decepções etc., afinal, deparamo-nos cotidianamente com os infortunos reais. Contudo, não é natural ver repetidas cenas de violência e, alguns minutos depois, esquecer, sair para jantar e, no dia seguinte, repetir a mesma rotina, sem ao menos pensar a respeito, e isto é o que considero a naturalização do mal.

É a banalização do mal. Ver a exposição, e até a exploração, do sofrimento e da violência e apenas nos dizer indignados por alguns minutos, em nosso cômodo lugar. Talvez este estranho conforto seja explicável através das comparações com o mal, porque diante do que é mesquinho e cruel é fácil ser justo e bom, mas esta lógica nos coloca em comparação ao que há de pior, e, sendo assim, não preciso me esforçar para ser bom. Uma enganosa absolvição, afinal, não nos mostramos assim tão ruins frente aos vigorosos exemplos da maldade.

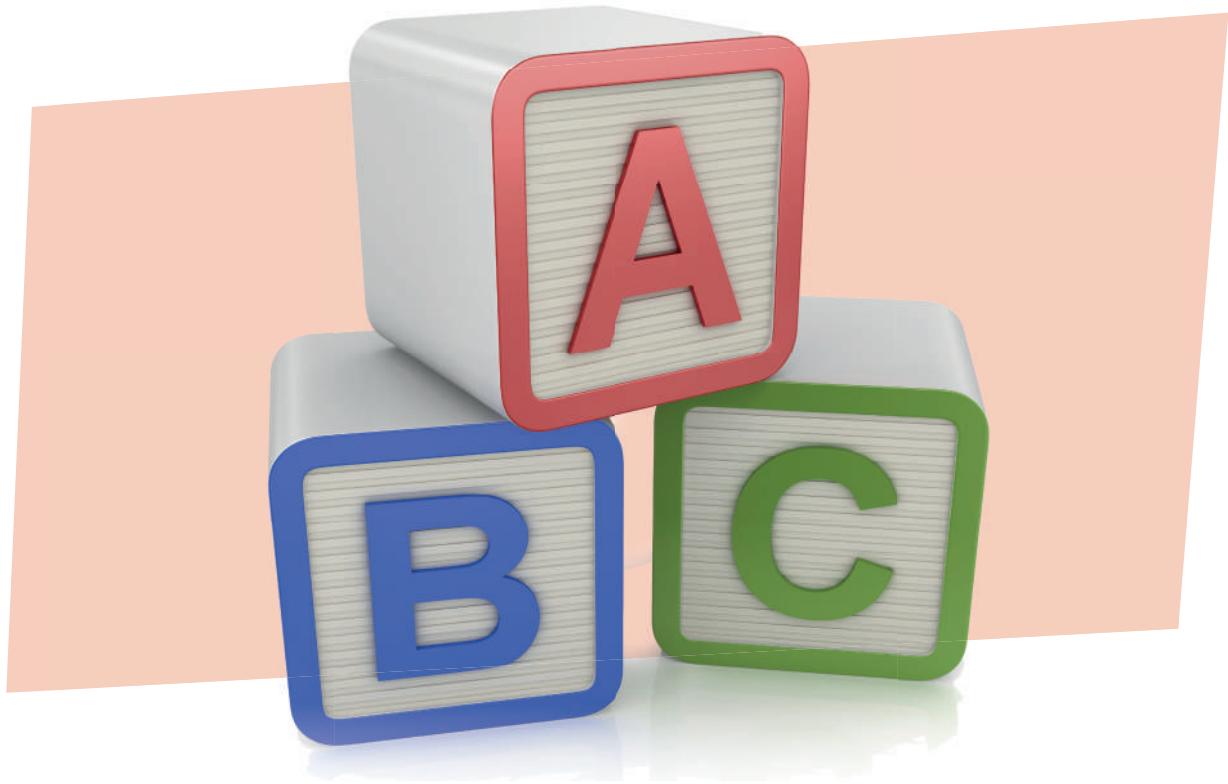
Mas, afinal, o bem incomoda?

Provavelmente, mas de forma subjetiva.

O bem é exigente, requer disponibilidade, mudanças, buscas, descobertas, reconhecimento de fragilidades e de nossos sentimentos não tão louváveis, simplesmente humanos.

Não há aqui a intenção de comprovar uma verdade, ou a angústia expressada; é apenas sentimento, sem radicalidade ou negação do ser autêntico. É apenas sentimento. 🍷

*Psicóloga, Coordenadora do Acolhimento Institucional do Município de São Bernardo do Campo/SP



ALFABETIZAÇÃO: INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

*Por Agenor Basso**

CIRCUNSTÂNCIAS

As circunstâncias da nossa existência fazem com que, ao nascermos, estejamos inseridos em um contexto físico, social, econômico e cultural em alguma parte do nosso globo terrestre. Já ao nascer todos os sentidos da criança agem voltados para que nos adaptemos ao novo e difícil ambiente, pois que a busca pela sobrevivência é um fato natural. Todavia, se os sentidos procuram a inclusão, as circunstâncias econômicas, sociais ou culturais podem formar barreiras que, separadamente ou em conjunto, excluem o indivíduo, marginalizando-o e tornando-o um verdadeiro pária social, à mercê, normalmente, de situações negativas e que, somente através de canais-de-ajuda, poderão tirá-lo daquela condição.

AÇÃO DA CRIATIVIDADE HUMANA

Desde os primórdios da nossa existência, os humanos vêm criando instrumentos para melhorar a vida, facilitar o trabalho, ter mais alimentos e usufruir bens culturais em um processo de verdadeira espiral de descobertas e novas criações. Assim, cada geração deu sua contribuição para que a sociedade tenha chegado ao progresso que temos, e que continuará cada vez mais veloz. Uma das mais extraordinárias criações humanas foram as letras, ou seja, o alfabeto. Inicialmente, as figuras de objetos ou a escrita cuneiforme dos Sumérios era a maneira existente para preservar ou passar informações. Entretanto, a fase mais genial que tivemos do poder inventivo humano foi quando se concretizou a passagem das figuras para os símbolos abstratos, ou seja,

*Bacharel em Direito pela UFRGS

para as letras, e estas passaram a ter vida própria. Isso ocorreu há aproximadamente 5 mil anos, principalmente com os Fenícios. Com o passar dos anos, cada povo foi adotando e adaptando o conjunto de letras conforme a peculiaridade da respectiva língua, havendo uma estruturação lógica das mesmas: como são grafadas e a maneira como interagem. A partir de então, passamos a ter um dos mais importantes instrumentos de transmissão do conhecimento.

INSERÇÃO ATUAL DO CIDADÃO

Atualmente, quando uma pessoa conhece o alfabeto, sabe ler, entende o que leu e sabe escrever, diz-se que está alfabetizada, ou seja, possui o instrumento para adquirir conhecimento, tem condições de se localizar, de saber o que assina, pois está, através das letras, no mundo criado para nos comunicarmos. Assim, por meio da alfabetização corretamente feita adentramos para o mundo da informação escrita, que independe de outras formas de comunicação.

EXCLUÍDOS SOCIAIS

Nas condições em que a sociedade se encontra hoje, alguém que não sabe ler e escrever é um excluído social. Está à margem dos acontecimentos divulgados em jornais, revistas ou livros. Não possui perspectivas para exercer um trabalho que lhe proporcione melhor gratificação. Está mergulhado em um mundo de informações escritas, mas algemado pelos grilhões da ignorância, vivendo a escuridão do analfabetismo. A pergunta que brota de maneira natural é: como a população brasileira se encontra nessa área? É doloroso constatar que pesquisas nacionais e estrangeiras de muitos anos vêm demonstrando que temos aproximadamente 75% da população na condição de analfabeta funcional. O mais triste é a pesquisa do IBGE publicada no final de 2012, a qual constatou que 38% dos nossos universitários leem e escrevem mal. Diante dessa lamentável realidade, qual é a perspectiva de o Brasil ter um desenvolvimento sustentável? De seus cidadãos terem melhores perspectivas de vida? Certamente, muito poucas.

CONSTRUTIVISMO ALEATÓRIO

A partir principalmente de 1980, os orientadores pedagógicos passaram a insistir para que fosse adotado nas escolas o denominado “construtivismo”, e que se mantém na maioria das estruturas oficiais como uma verdade única até hoje, mas cujo resultado é um país com a maioria da população na condição de analfabeta funcional: quase 40% dos nossos universitários leem e escrevem mal, crianças passam anos para serem alfabetizadas, é uma verdadeira desgraça nacional. É o círculo vicioso da ignorância funcionando, colocando os cidadãos e o próprio país na perspectiva de serem dominados pelos que possuem conhecimento e tecnologia.

É o círculo vicioso da ignorância funcionando, colocando os cidadãos e o próprio país na perspectiva de serem dominados pelos que possuem conhecimento e tecnologia

CONSTRUTIVISMO LÓGICO NA ALFABETIZAÇÃO: A MUDANÇA NECESSÁRIA

Começou no Rio Grande do Sul uma verdadeira revolução pedagógica na área da alfabetização, tendo em vista que o Programa de Alfabetização com Construtivismo Lógico proporciona sua realização em quatro meses, de maneira lúdica, lógica e natural. Assim, tendo a “lógica” como elemento central das ações pedagógicas, a mesma faz um enlace entre os elementos positivos dos métodos analíticos (construtivistas) e dos métodos sintéticos (ditos tradicionais) em favor dos alfabetizandos. Façamos uma comparação: atualmente, se dermos para uma criança um celular, um tablet ou a colocarmos frente a um computador, em dois toques ela estará nos dando aulas de como esses instrumentos da modernidade funcionam, pois ela imediatamente capta a “lógica” do seu funcionamento. Mas, então, por que as crianças em sala de aula demoram tanto tempo para serem alfabetizadas? É porque o construtivismo aplicado não possui lógica, é aleatório. Os professores alfabetizadores ficam como meros espectadores das “descobertas” dos alfabetizandos, quando deveriam ser os condutores ou indutores de uma boa, correta e rápida alfabetização.

O já citado programa de alfabetização, por ter a lógica como elemento condutor das ações pedagógicas, possibilita que seja aplicado como instrumento de resgate social para qualquer público-alvo. Na cidade de Vacaria foi aplicado para pessoas adultas e, entre elas, alguns garis. Em Porto Alegre e Caxias do Sul, em escolas infantis do Pré 2, a maioria das crianças foi alfabetizada antes de entrar na 1ª série do ensino fundamental. Em Jaquirana, para alunos que não se alfabetizaram até a 3ª série do ensino fundamental. Em Tramandaí e Caxias do Sul, em turmas de currículo normal e, em 2015, em São Leopoldo, para crianças carentes, e também em turmas de deficientes.

A VERDADE VENCE

Contra fatos não há argumentos, e o construtivismo lógico na alfabetização vai firmemente demonstrando que é o instrumento adequado de inclusão social e resgate dos socialmente excluídos, pois rapidamente os coloca na condição de cidadãos, dando-lhes dignidade e instrumentalizado-os para o mundo do conhecimento, contribuindo para que a educação formal melhore, iniciando pela base. 📖



I N S T I T U T O
FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

www.institutofilantropia.org.br

IDENTIDADE VISUAL E O GRUPO DE CONVIVÊNCIA

Por José Henrique Andrade dos Santos*

“Mas, afinal, até que ponto podemos imaginar que uma identidade visual pode causar um impacto para os olhos de quem não faz parte daquele grupo?”

Andar por São Paulo, uma cidade cosmopolita, é realmente algo diferente de qualquer lugar do mundo. Gosto muito de caminhar pelo centro velho de São Paulo e pela Avenida Paulista, dois locais onde uma parcela da população se aglomera para diversos eventos de diferentes vertentes. São nesses lugares que encontramos *punks*, *góticos*, *indies*, *hipsters*, *grunges* (ou o que sobrou do movimento *grunge*), e todo o tipo de música que, de certa forma, é a maior influência em um público que tem sua identidade visual.

O mundo segue com mudanças, e algumas delas afetam o dia a dia e a cultura de diversas pessoas que contribuem para a criação e o fortalecimento de um grupo estabelecido na sociedade. Mudanças econômicas e políticas afetam o comportamento de muitos. Hoje em dia, é difícil ver uma pessoa que se considere “hippie”, pois as mudanças ocorridas em nossa sociedade fizeram com que essa cultura, tão forte na década de 1970, perdesse força. Mas, o que eles têm a ver com a identidade visual? Eram muito marcados por uma forte influência de ideais que aplicavam em suas roupas largas, bem soltas, apresentando toda a liberdade de uma geração, mostrando que o simples chama mais a atenção do que uma extravagância. Isso é uma identidade visual que fica na memória, e até mesmo no imaginário de quem nunca viu e criou, mentalmente, o visual de uma pessoa de determinada tribo.

No mundo em que vivemos, criar uma identidade visual é algo que realmente importa, afinal, muitos a utilizam para se adequar a grupos da sociedade. Aí existe certo paradigma de que, para estar em determinado grupo da sociedade, não é necessário só parecer, mas sim ser e compreender certo tribo que domina tal espaço. Mas há exemplos clássicos e notórios na sociedade, como pessoas que são adeptos de certo estilo musical, mas não se vestem como. É, de certa forma, atípico ver alguém em determinado grupo social com uma identidade visual diferente daquela que se torna padrão dentro da tribo.

Uma pessoa que não tem proximidade com determinado conjunto sente certa estranheza, e acaba por criar em sua mente

um pré-conceito sobre tal conjunto relacionado a uma cultura. Algumas, em casos extremos, sentem até medo por não ter vivência, e a aparência pode se tornar um fato determinante, pois grupos que utilizam fortemente a identidade visual também usam e abusam de vários fatores que marcam, como acessórios, roupas extravagantes e penteados um tanto quanto exóticos. Para muitos, pode ser algo completamente fora do padrão, mas para quem vive aquilo é tão comum e rotineiro como muitas coisas que acontecem no nosso dia a dia, que certamente é diferente para todos em cada meio social.

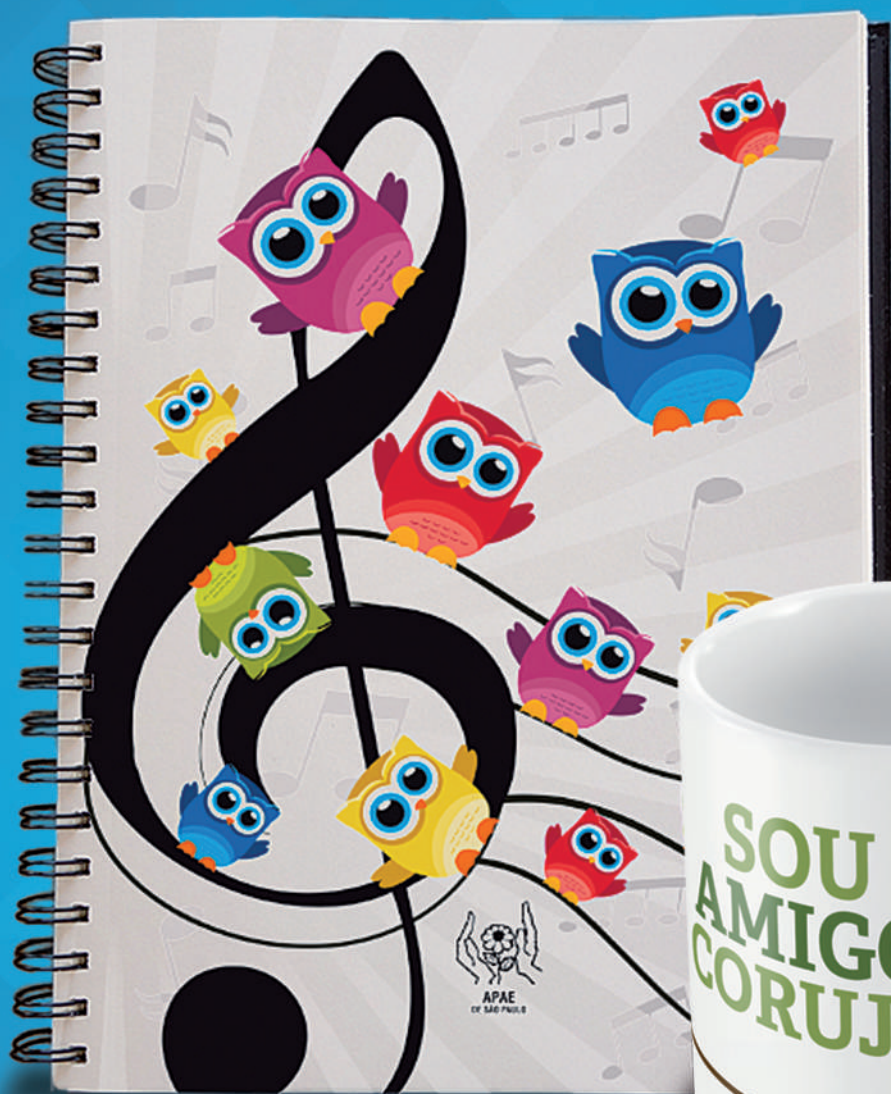
Muitas vezes, criar uma identidade visual não parte diretamente de um grupo, mas também do individual, pois muitos querem ser conhecidos ou vistos de uma forma diferente dos demais, criando algo próprio, ou retornando a algo que não tem mais tanta expressividade atualmente em nossa sociedade. É possível compreender que, atualmente, vivemos intensamente a aparência, afinal, desde tempos atrás a sociedade cria uma maneira de identificar o próximo ou alguma coisa, como, por exemplo, os estilos de pintura, para quem tem determinado conhecimento em relação à arte ou até mesmo o pouco que ouviu falar. É possível reconhecer alguns deles, como o surrealismo de Salvador Dali, ou até mesmo o estilo da arquitetura gótica. Esses são alguns exemplos da identidade visual, pois não se trata apenas de um modo de se vestir.

Viver com clareza é perceber cada detalhe, como acompanhar uma caminhada pela famosa “*downtown*” paulistana e observar tudo, desde um “grafiti” exposto em uma parede até as colunas em estilo romano da caixa econômica de São Paulo. São culturas expostas, ideais, mudanças, histórias e, além de tudo, vida: cada detalhe leva a vida de cada um que se esforçou para ter seu espaço ali e encantar os olhos de crianças, adolescentes e adultos.

Disso tudo pode-se levar não só o choque visual, recebido por esse enxame de cores, imagens, etnias, diferenças e aprendizado, mas também uma vivência enorme que temos ao compreender as diferenças e a ideia de que tudo isso complementa nossas experiências. É importante apreciar o que temos no mundo, acumular nossa cultura, ampliar nosso “*know how*”. 📖

*Estudante do 5º semestre de Publicidade e Propaganda da FAPCOM

**Adquira produtos institucionais da
APAE DE SÃO PAULO e leve de brinde o sorriso de
milhares de crianças com Deficiência Intelectual.**



Caderno com espiral
e capa dura.



Caneca de Porcelana
Capacidade: 300ml

Compre já
(11) 5080-7041
produtos@apaesp.org.br



A APAE DE SÃO PAULO é uma Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como missão promover o diagnóstico, prevenção e inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual produzindo e difundindo conhecimento.



/apaedesaopaulo



/apaedesaopaulo

#

CAPA

sobre **PENSAR**



e **AGIR BEM**

Por Paula Craveiro



Nos últimos anos, tem crescido a cobrança acerca da adoção de atitudes e de ações focadas na ética, tanto no Terceiro Setor quanto nas demais áreas.

No entanto, este ainda é um conceito relativamente pouco compreendido pela maioria das pessoas



Em nosso dia a dia, seja dentro de uma organização com fins lucrativos ou em uma entidade de cunho social, é bastante comum ouvirmos falar sobre atitudes éticas, a importância da ética nos negócios, comportamento ético... Mas, se alguém perguntasse agora o que você entende por ética, o que você responderia? Saberá explicar, com clareza, o que essa palavrinha tão pequena, mas tão rica, quer dizer?

Ética é uma palavra de origem grega – derivada de *ethikos* – e indica aquilo que pertence ao *ethos*, que significava “bom costume”, “costume superior” ou “portador de caráter”. É um conjunto de valores morais e princípios que norteia a conduta humana na sociedade, e serve para que haja equilíbrio e bom funcionamento social.

Segundo a advogada e professora de Ética e Legislação do Terceiro Setor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Maria Nazaré Lins Barbosa, ética refere-se ao comportamento humano que, quando livre, pode ser qualificado como bom ou mau. “Diz respeito a pensar e agir bem. A noção de ética implica, portanto, algumas noções correlatas, como a noção de liberdade (faculdade ou capacidade humana de se autodeterminar para um fim que seja bom), de lei interior ao homem (que estabeleceria a referência entre o bem e o mal) e de consciência (que aprova ou recrimina intimamente o bem e o mal)”.

A ética é uma característica inerente a toda ação humana e, por essa razão, é um elemento vital na produção da realidade social. Todo homem possui senso ético, uma espécie de “consciência moral”, que constantemente avalia e julga suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas. “A ética está fundamentada nas ideias de bem e virtude, enquanto valores perseguidos por todo ser humano e cujo alcance se traduz numa existência plena e feliz”, explica a professora.

RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

A ética é construída com base nos valores históricos e culturais. Do ponto de vista da Filosofia, é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos.

Cada sociedade ou grupo possui seu próprio código de ética. Em um país, por exemplo, sacrificar animais para pesquisa científica pode ser considerada uma atitude ética. Em outro, isso pode ser visto como desrespeito aos princípios éticos estabelecidos.

“É importante compreender que não existe um modelo ético melhor ou pior do que os outros. Cada um tem suas virtudes e seus vícios. O melhor modelo ético de sociedade é aquele em que os cidadãos dialogam sobre seus próprios valores e suas condutas e propõem soluções para os problemas da coletividade. Já o pior modelo é, sem dúvida, aquele que é imposto por autoridades ou por pseudoespecialistas a respeito do que é certo ou errado – e aqui o Brasil se enquadra”, garante Clóvis de Barros Filho, professor e especialista em Ética.

Esse conceito não é algo superposto à conduta humana, pois todas as nossas atividades envolvem uma carga moral. Ideias sobre o bem e o mal, o certo e o errado, o permitido e o proibido, definem a nossa realidade. Quando os valores e os costumes estabelecidos em uma determinada sociedade são bem aceitos, não há muita necessidade de refletir sobre eles. No entanto, quando surgem questionamentos sobre a validade de certos costumes ou valores consolidados pela prática, é preciso analisá-los e fundamentá-los teoricamente.

“A ética revela uma relação entre o comportamento moral e as necessidades e os interesses sociais; ela nos ajuda a situar no devido lugar a moral efetiva, real, do grupo social. Por outro lado, permite-nos exercitar uma forma de questionamento, na qual nos colocamos diante do dilema entre ‘o que é’ e o ‘que deveria ser’, imunizando-nos contra a simplória assimilação dos valores e das normas vigentes e abrindo em nossas almas a possibilidade de desconfiarmos de que os valores morais vigentes podem estar encobrendo interesses que não correspondem às próprias causas geradoras da moral. Essa reflexão também permite a identificação de valores petrificados que já não mais satisfazem os interesses da sociedade a que servem”, explica Maria Suzie de Oliveira, especialista em Gestão de Pessoas.

Para a especialista, não é função da ética formular juízos de valor quanto à prática moral de outras sociedades, mas explicar a razão de ser destas diferenças e o porquê de os homens terem recorrido, ao longo da história, a práticas morais diferentes, e até opostas. A ética aceita a existência da moral, tomando como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, entendendo que cada sociedade tem sido caracterizada por um conjunto de regras, normas e valores, não se identificando com os princípios e as normas de nenhuma moral em particular nem adotando atitudes indiferentes ou ecléticas diante delas.

MORAL E ÉTICA NÃO SÃO A MESMA COISA

Para compreender mais a fundo o significado de ética, é preciso também entender o que é moral, uma vez que esses dois conceitos são comumente confundidos e tratados como se fossem sinônimos.

Como explicado no início desta matéria, ética está ligada à ideia de bons costumes. Já a moral consiste na obediência aos costumes e aos hábitos.

“Ética, para o cotidiano das pessoas, seria um conjunto de valores e princípios que normatizam a conduta e servem de parâmetro para determinados comportamentos, tornando claras as responsabilidades, bem como as possíveis penalidades aos desvios de conduta”, define Jonas Leandro Flores, diretor de Ética e Conduta Profissional da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR).

Já moral, nas palavras de Clóvis de Barros, “é um diálogo do eu com o eu. Aquilo que você se impõe e não se autoriza e, portanto, não tem a menor importância se há vigilância ou não. É a capacidade de transcender aos próprios instintos não por medo do olhar do outro, mas por você mesmo. A proliferação de radares de trânsito, por exemplo, se deve à falta de formação moral. Se todos tivéssemos condição de imprimir a velocidade adequada aos veículos, não precisaríamos deles. Logo, quanto mais repressão, menos moral”.

Na filosofia clássica, a ética não se resumia à moral, mas buscava a fundamentação teórica para encontrar o melhor modo de viver e conviver, isto é, a busca do melhor estilo de vida, tanto



na vida privada quanto em público. A ética incluía a maioria dos campos de conhecimento que não eram abrangidos na Física, na Metafísica, na Estética, na Lógica, na Dialética nem na Retórica. Assim, ela abrangia os campos que atualmente são denominados Antropologia, Psicologia, Sociologia, Economia, Pedagogia, às vezes Política e, até mesmo, Educação Física e Dietética; em suma, campos direta ou indiretamente ligados ao que influi na maneira de viver ou no estilo de vida.

Atuar com ética significa obedecer a regras relativas à ocupação territorial, costumes e expectativas da comunidade, princípios de moralidade, políticas da organização, atender à necessidade de todos por meio de tratamento adequado e justo



NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Hoje, a ética nas organizações sociais corresponde a uma necessidade focada na permanência em um mercado globalizado e competitivo, no qual regras e normas de boa conduta e transparência são estabelecidas para minimizar os conflitos decorrentes dos choques culturais. No entanto, o chamado comportamento ético requer a reflexão dos atos praticados, principalmente quando tais atitudes estão voltadas para as necessidades humanas.

Atuar com ética significa obedecer a regras relativas à ocupação territorial, costumes e expectativas da comunidade, princípios de moralidade, políticas da organização, atender à necessidade de todos por meio de tratamento adequado e justo, entre outros aspectos. É, ainda, entender como suas ações podem afetar seus *stakeholders* e a comunidade na qual se está inserida, de forma positiva ou negativa.

“A principal questão ética que uma entidade deve observar, no meu ponto de vista, diz respeito à sua credibilidade institucional, traduzida na ação de seus dirigentes, na sua transparência”, afirma Flores. “Outro aspecto refere-se ao cumprimento de sua missão, que se traduz na defesa de uma causa e, consequentemente, de seus projetos”.

A aplicação prática deste conceito tão complexo envolve, ainda, a delicada questão da captação de recursos. “Uma entidade que promova a defesa da saúde das pessoas, por exemplo, não poderia ou deveria aceitar doações/recursos oriundos de uma companhia que tenha como negócio principal a produção de armamentos ou a venda de cigarros ou bebidas alcoólicas. Nesse caso, o que está em jogo é a defesa da vida e da saúde, que seria defendido por uma organização que receberia apoio daqueles que contribuem, em nome do lucro, para desvalorização e danos aos objetos defendidos. Em outras palavras: uma entidade social séria não deve aceitar recursos vindos de uma fonte que contradiga a causa por ela defendida. Questões como esta podem ser definidas por cada organização. Uma importante referência é o Código de Ética da ABCR”, indica Flores.

A presença e a aplicação de conceitos éticos devem existir tanto em uma organização empresarial quanto em uma governamental. No entanto, é preciso entender que cada uma delas visa a uma missão diferente e, portanto, seus valores podem (e geralmente são) bastante variados.

A opinião é compartilhada pela advogada Maria Nazaré Lins Barbosa, que complementa: “As organizações sociais devem estar particularmente atentas à coerência entre seu discurso e sua ação. Uma reflexão sobre os fundamentos, o alcance e as consequências das ações de cada organização deve ser feita antes de aceitar determinados apoios”.

Em uma organização social, os conceitos éticos estão voltados ao cumprimento de sua missão, que são as causas defendidas ou a solução de problemas sociais, ambientais, culturais, de direitos, entre outros, e que estão diretamente relacionados à sua finalidade não lucrativa. “Já em uma organização com fins lucrativos,

FUNDAMENTOS DA ÉTICA

Em seu sentido mais abrangente, o termo ética implica um exame dos hábitos da espécie humana e de seu caráter em geral, incluindo a descrição desses hábitos em sociedades específicas e em diferentes épocas.

A ética restringe-se ao campo particular do caráter e da conduta humana à medida que esses estão relacionados a certos princípios – comumente chamados de “princípios morais” – e investiga seu significado tanto em relação à conduta humana quanto em seu sentido fundamental e absoluto. Ela é uma filosofia, não uma ciência.

No senso comum, entende-se a ética como uma espécie de tabela na qual se teria todas as condutas humanas em duas colunas: pode e não pode fazer. O primeiro problema é se perguntar com base em quais princípios aquelas condutas foram classificadas. O segundo é compreender que as situações de vida se alteram a cada minuto. No momento em que você concluiu a tabela, ela já está ultrapassada e, portanto, você precisará enfrentar questões inéditas. Assim, mais do que o respeito a uma tabela, a ética precisa ser a disposição para se discutir o que queremos e o que não queremos respeitar. Ela é menos o respeito a verdades estabelecidas no passado e mais uma abertura para a convivência no futuro.



“Do ponto de vista social, não haveria sociedade civilizada se não existisse ética. Cada ser vivente é regido por seus ‘apetites’. A ética tenta viabilizar um modo de estarmos todos juntos para além das aspirações particulares. Do contrário, vence o desejo do mais forte. Em sociedades eticamente desestruturadas, a tendência a abrir mão dos impulsos individuais em nome do bem comum é menor”, diz Clóvis de Barros.

O melhor modelo ético de sociedade é aquele em que os cidadãos dialogam sobre seus próprios valores e suas condutas e propõem soluções para os problemas da coletividade

FOTO: GABRIEL ARAÚJO



Clóvis de Barros Filho, professor e especialista em Ética

as questões éticas voltam-se para a obtenção do lucro, nem sempre se importando com os meios utilizados para alcançá-lo, que podem, inclusive, ser imorais, como é o caso de atos de corrupção, por exemplo”, destaca Flores.

É importante ressaltar que qualquer ação ou decisão tomada por uma organização social não pode prescindir de um comportamento ético, já que os códigos de conduta devem servir como ferramentas de gestão para estabelecer e articular seus valores, suas responsabilidades sociais e suas obrigações que, em última análise, vão definir a maneira como ela atua para atingir os fins coletivos a que se propõe. “A reputação de uma organização é um fator primário nas relações comerciais, formais ou informais. A organização necessita desenvolver-se de tal forma que a ética, a conduta ética de seus integrantes, bem como seus valores e suas convicções primários se tornem parte de sua cultura”, afirma a especialista em gestão, Maria Suzie de Oliveira.

O comportamento ético, segundo ela, representa um valor da sociedade moderna; no entanto, existem falhas no comportamento ético dos indivíduos, das organizações e das sociedades. “Todos os desvios possíveis e conhecidos do comportamento humano podem estar presentes nas organizações, sejam elas empresas, organizações não governamentais ou no próprio Estado”, finaliza.

CÓDIGO DE ÉTICA

A elaboração e a adoção de um código de ética é uma ótima oportunidade de aumentar a integração entre os colaboradores de uma organização social e estimular o comprometimento deles com as causas defendidas e com os projetos realizados. Além disso, o código permite a uniformização de critérios organizacionais, dando respaldo àqueles que devem tomar decisões. Serve ainda como parâmetro para a solução dos conflitos.

Um código de ética é extremamente relevante para uma entidade, pois costuma trazer harmonia, ordem, transparência e tranquilidade em razão dos referenciais que cria, deixando um lastro decorrente do cumprimento de sua missão e de seus compromissos.

“É absolutamente imprescindível que haja consistência e coerência entre o que está disposto no código de ética e o que se vive na organização. Caso contrário, ficaria patente uma falsidade, que desfaz toda a imagem que a ONG pretende transmitir ao seu público. Essa é, sem dúvida, a maior desvantagem trazida pelo código de ética”, comenta a advogada e consultora de Ética, Maria do Carmo Whitaker.

Há ainda aqueles que, considerando que a consciência ética dos integrantes de uma organização, desde os mais altos executivos até o mais simples colaborador, é um patrimônio do indivíduo, defendem a desnecessidade de se implantar códigos de ética, já que a atuação de cada um propiciar um ambiente ético.

“Com efeito, a conduta ética das organizações é o reflexo da conduta de seus integrantes. Tal conduta não se limita ao mero cumprimento da legislação, sendo o resultado da soma dos princípios morais de cada um de seus integrantes. Assim como a educação, a ética vem do berço. A conduta ética, portanto, que se espera das organizações, vai muito além do simples cumprimento da lei, mesmo porque, pode haver leis que sejam antiéticas ou imorais. Importa que os homens de negócios sejam bem formados, que os profissionais sejam treinados, pois o cerne da questão está na formação pessoal. Caso contrário, a implantação do código de ética será inócua”, conclui a advogada.

É importante que se diga que não existem fórmulas prontas para desenhar um código de ética. “Costumo aconselhar as entidades que querem expressar seus acordos em um código a fazerem isso de forma concreta, clara e concisa. Para isso, recomendo que

sejam elaborados dois documentos. O primeiro é o código de conduta, que visa destacar questões éticas, como valores e princípios, que servirão como parâmetros teóricos; o segundo é o Código de Ética Profissional, no qual deve ser expressa a forma de conduta, que traduz os comportamentos, as responsabilidades e as práticas da organização”, diz Jonas Flores.

Em suma, os Códigos de Conduta e de Ética devem ser instrumentos práticos compostos pelos valores e pelos princípios que ajudam a concretizar a visão e a missão da ONG. “Devem funcionar como um guia prático, com regras orientadoras de atuação e práticas organizacionais, nos quais serão detalhados o que se pode ou não fazer diante de determinadas situações. Esse guia precisa tratar de temas como legislação, conflitos de interesses, atividades políticas, corrupção, confidencialidade, transparência, bem como as responsabilidades e especialmente as penalidades, caso haja desvios de conduta”, explica.

Observa-se que a prática da ética nas organizações instala-se por referências ideais de comportamentos e de procedimentos que servem como de ações ou de atitudes tidas como aceitas ou recomendadas. A formalização de um código de ética enfrenta um difícil caminho de construção, implementação e manutenção nas organizações.

“Em sua construção, o desafio está em tornar perceptível o que, de fato, se constitui como valor a serviço da visão e da missão organizacional. Na implementação, o risco consiste em ter um código de ética elaborado, bem redigido, inserido em manuais, mas que não seja do conhecimento das pessoas ou ainda, não seja aceito como padrão efetivo de diretrizes da ação profissional. E, na manutenção de um código de ética é necessário que se tenham os guardiões que, em geral, compõem o Conselho de Ética e têm por objetivo: analisar os casos discrepantes ou não descritos e auxiliar na identificação das necessidades de revisão dos itens existentes, sugerindo acréscimos ou mudanças”, lembra Maria do Carmo Whitaker.

Mesmo quando uma organização não tem um código de ética formal, sempre existe um conjunto de princípios e normas que sustentam as suas práticas. A maneira como a organização opera, a partir da experiência em diferentes situações, reflete a crença de cada instituição. Essa crença é detalhada no Modelo de Gestão, que tem como ponto de partida a visão e a missão da organização.

Além do código de ética, existem outros instrumentos éticos que podem ser aplicados a uma ONG. O primeiro desses instrumentos é o seu estatuto social, no qual estão expressos seus objetivos e as funções de seus dirigentes. “Além disso, há o regimento interno, que é um documento mais simples, mas não menos importante, que traduz as boas práticas de ações do cotidiano”, destaca Flores.

Por fim, existe ainda o planejamento estratégico institucional, que descreve a intenção estratégica da organização (sua missão, sua visão, seus valores e os princípios institucionais) e a programação de execução de seus planos, seus programas e seus projetos. “Esses

dois últimos são quase inexistentes, embora sejam de fundamental importância para as entidades que desejam ter sustentabilidade e longa vida a entidade”, ressalta o diretor da ABCR.

A ALMA DO NEGÓCIO

O Terceiro Setor encontra-se em franco desenvolvimento, representando não apenas benefícios para a sociedade, como também valor econômico para o país. As organizações que o compõem têm em comum o fato de serem orientadas pelas crenças de seus gestores, os quais influenciam o processo decisório e o relacionamento com os *stakeholders*, impactando o ambiente social em que se inserem.

O respeito à ética é um fator preponderante para garantir credibilidade às associações filantrópicas que realmente estão interessadas em contribuir para o desenvolvimento social de qualquer comunidade, cidade ou nação.

No entanto, apesar da compreensão do conceito, é necessário exercitá-lo, sair da teoria e executá-lo. “Isso é a prática. Não adianta ter código de ética e não aplicá-lo no cotidiano da entidade social. A ética está nos atos e não nas palavras”, enfatiza Cláudio Abramo, vice-presidente do Conselho Deliberativo da ONG Transparência Brasil.

Para Eduardo Szazi, especialista em legislação do Terceiro Setor, “a ética deve estar presente em qualquer lugar, independente do ramo de atividade. O que é ético para nossa sociedade, é ético para todos os seus atores, inclusive ONGs”, diz.

TRANSPARÊNCIA

Por mais que possa parecer repetitivo, é sempre bom reforçar que uma entidade tem de ter transparência total. Faz parte de sua missão divulgar resultados e disseminar aprendizados. Assim, a ética funciona como regulador das ações no Terceiro Setor.

Transparência é um ponto fundamental para as questões éticas de uma ONG. Ainda muito falada, mas pouco praticada, ela deve transpassar todos os atos de uma organização.

“Existem grandes particularidades entre o setor privado e o Terceiro Setor como histórias, cultura e práticas. Enquanto no setor privado a informação é privada e fonte do seu poder, no Terceiro Setor, a informação tem de ser pública e deve ser compartilhada com outras organizações”, afirma Maria Suzie de Oliveira.

Desta forma, é fundamental que se mostre com clareza para os doadores e para a sociedade não apenas de onde vieram os recursos, mas também como o dinheiro foi aplicado, qual o benefício social gerado e que práticas podem ser multiplicadas.

“A falta de transparência acaba sendo um dos grandes obstáculos ao aumento da captação de recursos para causas sociais. Transparência, no entanto, não significa apenas apresentação de relatórios financeiros; significa fidelização do doador, comprometimento e corresponsabilidade na gestão dos recursos. Quando o doador e o receptor geram juntos os recursos, o resultado é o maior benefício social”, completa a especialista. 📌



Ative o **Kick Solidário** em sua **ONG**
e comece a arrecadar **Kicks de Solidariedade!**



CROWDFUNDING
PARA O TERCEIRO SETOR
É NA KICKANTE!

Com o **Kick Solidário**, qualquer pessoa pode criar um "Evento do Bem" e arrecadar fundos para sua **ONG**. É muito simples!

A pessoa escolhe o tipo de evento que vai realizar; pode ser um casamento, aniversário, nascimento, uma celebridade, empresas do bem, e pede para os amigos e familiares **doarem para uma ONG ativada no Kick Solidário**.

Sabe o melhor? Os valores arrecadados **vão direto para a conta da ONG**, sem passar pelo criador do Kick!

Ative já sua ONG: falecom@kickante.com.br



SUSTENTABILIDADE



A EMPRESA MAIS SUSTENTÁVEL E O CONSUMO

Nesta sociedade de consumo, falar de sustentabilidade parece meio contraditório. O crescimento no consumo é algo que vai de encontro ao desenvolvimento sustentável, já diziam meus amigos da Academia e de ONGs mais radicais e idealistas. Um dos responsáveis pela utilização desenfreada dos recursos naturais e humanos é este modelo de saciar a alma humana com bens, status e coisas descartáveis. É a sociedade do ter, e não do ser.

Porém, a realidade é esta, e ponto. O consumo é algo que faz parte do nosso dia a dia, e isto, para uma Pequena e Média Empresa (PME), é o que faz “girar a roda” direta ou indiretamente. Mas, o que este tema tem a ver com os indicadores de sustentabilidade de PMEs?

A ideia para este indicador da PME se relacionando com o consumidor / cliente é termos um desenvolvimento do

consumo consciente e um relacionamento ético e decente com o nosso consumidor.

Por incrível que pareça, ter um relacionamento com o consumidor é uma pauta que muitas empresas dizem possuir, porém, muitas vezes o fazem de maneira completamente errada. Algumas não seguem nem mesmo a cartilha do Código de Defesa do Consumidor. O artigo 8 deste documento, por exemplo, é um tópico muito relevante: “os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou à segurança dos consumidores...”. Mas, mesmo assim, muitas empresas não pensam nisso. Seja porque não testaram a embalagem, seja porque não instruíram o funcionário para explicar o *modus operandi* do serviço, ou, ainda, porque não testaram o impacto decorrente do uso desses produtos ou dos serviços.



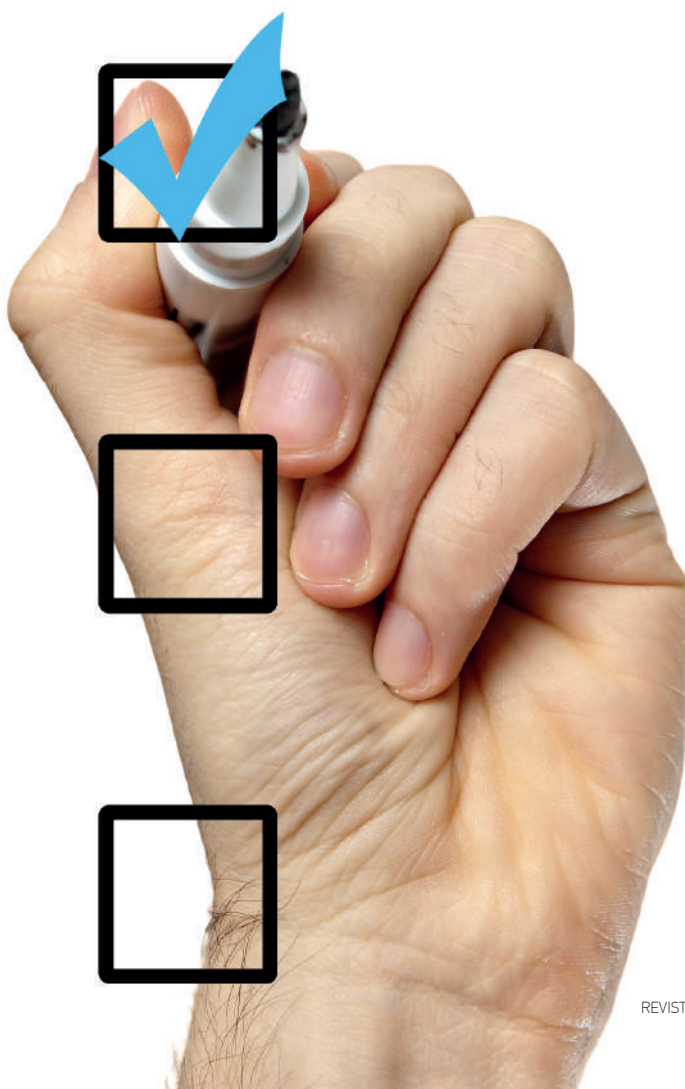
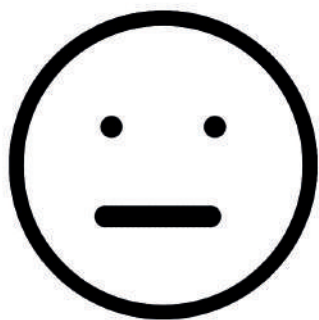
Para este ponto, é fundamental seguir o Código de Defesa do Consumidor e respeitar o direito do consumidor, que, no Brasil, é uma lei e deve ser cumprida e praticada. Um bom exemplo é quando o produto de uma empresa tem algum problema, como a peça de um carro, algo diferente em um alimento industrializado, um componente químico em algum suco, enfim, algo que deu errado na hora da produção e a empresa avisa seus consumidores para devolverem ou não comprarem este lote de produtos. É o conhecido *recall*. Ou, ainda, nos serviços de atendimento ao consumidor, quando nos sentimos tratados como robôs e um número de protocolo. Como fazer para ter um atendimento cada vez mais personalizado e humanizado? São estes momentos de relacionamento com o cliente que devem ser realizados de maneira ética e transparente. Com isso, eles se sentirão bem e voltarão a comprar o seu serviço ou produto.

Outro tópico deste indicador é o consumo consciente. Segundo o Instituto Akatu, consumir com consciência é consumir diferente, tendo no consumo um instrumento de bem-estar, e não um fim em si mesmo. É neste movimento

de uma comunicação mais responsável e uma educação para este consumo diferenciado que as empresas precisam começar a trabalhar.

O comportamento do consumidor está em constante processo de mudança. Em uma pesquisa do próprio Instituto Akatu, de 2013, 60% das pessoas entrevistadas já tinham ouvido falar desta tal de sustentabilidade, ou seja, ele está cada dia mais bem informado e exigente e, além de preços baixos e produtos de qualidade, começa a pedir mais transparência por parte das empresas, e também a punir companhias que possam ter produtos que causam danos à sua saúde e segurança. Estamos falando de questões ligadas diretamente aos conceitos e práticas de sustentabilidade empresarial.

Consumo consciente e relacionamento ético e transparente com o consumidor. Podem ser tópicos de difícil prática no dia a dia, porém, se começarmos a colocar agora no papel, ainda que para começarmos amanhã, quem sabe este diferencial competitivo não se torne realidade e não comecemos a vender mais? E aí é seguir a linha. Bom trabalho e bons negócios! 🍀



DESDE 2005, OFICINAS ABERTAS NO
CANTO CIDADÃO.

ABRA A
PORTA E
DEIXE O SEU
PALHAÇO
SAIR.

PROGRAMAÇÃO E DESCONTOS ESPECIAIS PELO:
INFO@CANTOCIDADA0.ORG.BR

CANTOCIDADÃO

WWW.CANTOCIDADA0.ORG.BR

• (11) 3667 0167



O DESAFIO DA DESCONFIANÇA NA LIDERANÇA EMPRESARIAL

Vivemos num mundo em que a credibilidade é o valor mais precioso de qualquer organização, não apenas porque a maioria dos produtos e serviços virou *commodity* e, portanto, indiferenciados, mas especialmente porque a credibilidade do setor empresarial tem se convertido em um

dos recursos mais escassos. As evidências de que o 1% mais rico da população mundial acumula tanta riqueza quanto os 99% restantes (segundo a ONG Oxfam, 2014) sugerem que as estruturas do mercado servem mais para a prosperidade de uma minoria cada vez menor do que para trilhar a estrada de um progresso civilizatório geral.

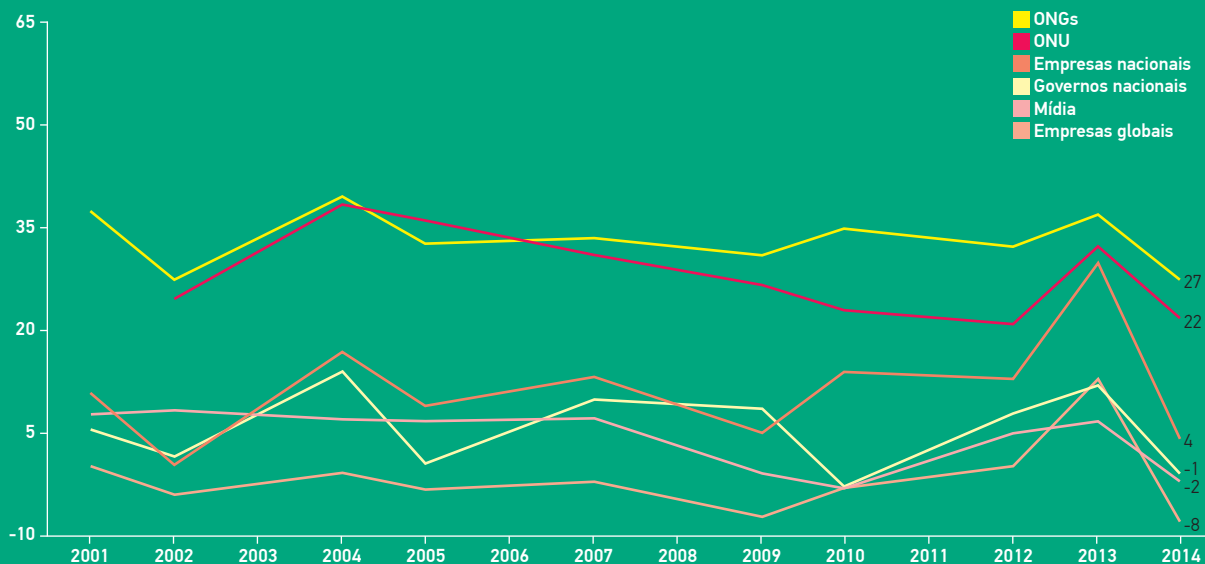
Por mais de uma década, temos acompanhado de perto a evolução do sentimento de confiança no universo corporativo de 15 países, tanto desenvolvidos como emergentes, e nunca antes encontramos um ponto tão baixo de legitimidade institucional para o setor privado, com índices de até 8 pontos negativos (resultado da subtração da proporção de respostas “pouca” ou “nenhuma confiança” pela parcela dos que alegam ter “muita” ou “alguma confiança”). Hoje, ao redor do mundo, a valoração do impacto positivo das grandes organizações é tanta ou mais baixa do que no pior momento do novo século, no auge da crise de 2008-2009. A confiança nas empresas é a menor em comparação a outras instituições monitoradas, e volta aos patamares paupérrimos de quando a atual crise econômica deslanchou. Na percepção da cidadania global, o agente tido como o paradigma da eficácia organizacional e da assertividade gerencial – as grandes corporações – não passa de um estorvo inoperante para a realização dos anseios coletivos. Ao invés de se constituírem na plataforma conducente a um ordenamento racional e positivo dos membros da sociedade, como observado desde finais dos anos 1980, os conglomerados empresariais hoje são recebidos com receio e crescente hostilidade.

Se bem é verdade que essa tendência não é absolutamente homogênea para todos os países – já que para nações em desenvolvimento a fé na capacidade transformadora das corporações continua maior do que em países industrializados –, a evolução da

trajetória desse sentimento replica, sim, a míngua de poder progressista atribuído ao universo organizacional. Para as lideranças empresariais globais que pensavam ter acertado o rumo de 2010 para cá (quando a confiança depositada pelos consumidores nessas instituições voltou a subir), a redução do aperto econômico geral ou a adoção de uma retórica mais transparente e humanitária não os blindou contra o efeito corrosivo de alguns escândalos corporativos que acabam definindo a imagem do universo organizacional como um todo. O escândalo do uso de carne de cavalo na Europa, a extensão da corrupção ao interior de grandes grupos petrolíferos, como Petrobras, os subornos em contratos de gigantes farmacêuticos como GSK, na China e em outros países asiáticos, a constante aparição de líderes tecnológicos como Siemens e HP em denúncias de manobras ilegais para garantir negócios, entre outros casos marcantes, rapidamente liquidam qualquer vantagem de percepção conquistada de um ano para outro.

Essa situação não é exclusiva dos gigantes globais. O gráfico 1 revela a forma drástica como as empresas nacionais também sofrem perda de reputação, de modo inclusive até mais intenso que seus concorrentes mundiais. Em apenas um ano, a credibilidade dos grupos nacionais despencou de predominantemente positiva (uma diferença entre opiniões de confiança e desconfiança superior aos 30 pontos percentuais) para neutra (diferença de apenas 4 pontos). O predominante sentimento antiempresarial parece não poupar nenhum país: até mesmo

GRÁFICO 1. CONFIANÇA TOTAL* NAS INSTITUIÇÕES



(valores médios anuais para 15 países de Europa, Américas e Ásia)*

na América Latina, apesar da cobrança para que indústria e comércio sejam alavancas do desenvolvimento, o ressentimento parece ser tão forte quanto em sociedades plenamente desenvolvidas. Em amplo contraste, entidades devotas a causas sociais ou ambientais de alcance local ou planetário, como ONGs e Nações Unidas, revelam uma resiliência notável para surgir como referências institucionais bem-sucedidas aos olhos dos cidadãos.

TODOS NUM MESMO SACO?

Se o universo empresarial está sob suspeita, alguns setores são percebidos como melhores que outros (embora raramente cheguem perto da autoridade moral atribuída a entidades da sociedade civil ou organismos multilaterais, como a ONU). Isso significa que há segmentos empresariais que, mesmo sob o olhar torto da população, conseguem manter uma conexão mais otimista e próxima com ela. Seja por iniciativas setoriais de eficiência e transparência, pelo tipo de produtos e serviços oferecidos, ou pelo melhor posicionamento social e cultural, alguns rubros corporativos ainda são capazes de exibir um respaldo público à sua licença social para operar muito maior do que a maioria dos outros agentes empresariais.

A fotografia da confiança pública nos segmentos da economia nos revela que quanto mais perto do cidadão encontram-se as organizações desse setor, maior é sua capacidade de gerar laços de credibilidade. Segmentos que conectam marcas e pessoas (isto é, produtos e serviços próprios do B2C - *business to consumers*) ao invés de marcas a outras marcas (como é o caso daquelas empresas que têm outras empresas como principal cliente, o chamado B2B - *business to business*) conseguem surgir com mais força moral. É por isso que sociedades crescentemente rodeadas e dependentes de celulares, computadores, tablets e outros dispositivos inteligentes acabam se sentindo mais perto e mais bem acompanhadas por empresas desse setor (com uma diferença favorável de confiança de 24 pontos percentuais - a maior de todos os setores) do que, por exemplo, por grupos de mineração ou dedicados à atividade química.

Se a proximidade muitas vezes pode representar um risco, ela também demonstra ter suas virtudes, como a familiaridade e a oportunidade da construção de vínculos. É um ponto que companhias de alimentos e bebidas têm utilizado para criar identidade de marca e conexão com seus clientes, assim como para aprimorar seus produtos e propostas. A consequência tem sido que - mesmo com as crescentes críticas à saudabilidade da sua oferta e a pobre sustentabilidade da sua cadeia de produção - esse tipo de fabricante recebe um crédito de confiança maior do que a média das empresas (diferença favorável de 7 pontos percentuais).

Por outro lado, o hermetismo e a distância dos setores B2B como o petroleiro, químico e de mineração (todos com saldo negativo em termos de capital de confiança) representam uma barreira para alimentar sentimentos de empatia com a sociedade como um todo, tornando muito difícil anular escândalos ou casos

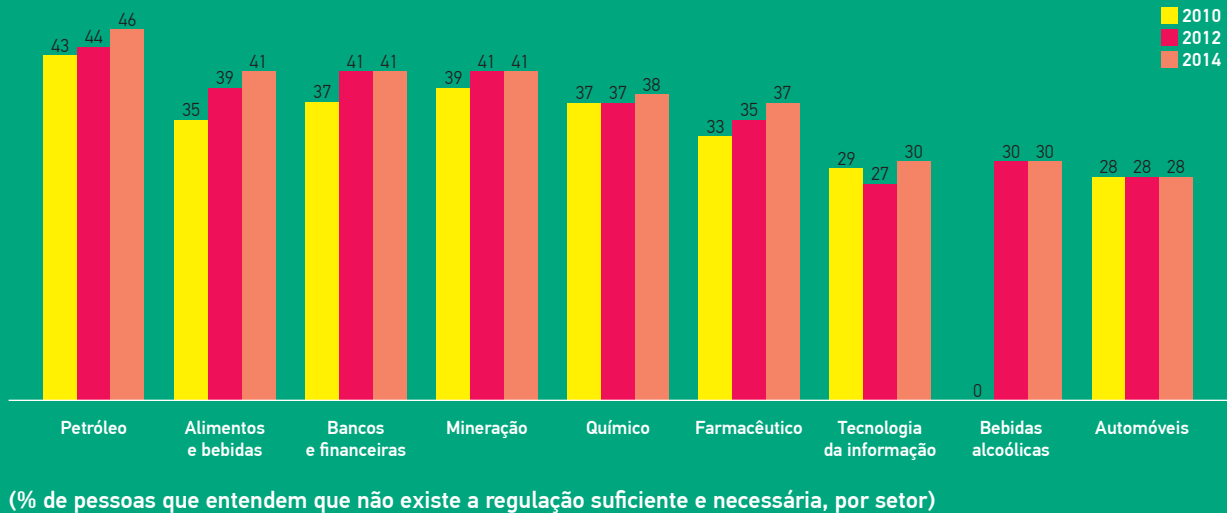
Se a proximidade muitas vezes pode representar um risco, ela também demonstra ter suas virtudes, como a familiaridade e a oportunidade da construção de vínculos. É um ponto que companhias de alimentos e bebidas têm utilizado para criar identidade de marca e conexão com seus clientes, assim como para aprimorar seus produtos e propostas

GRÁFICO 2. CONFIANÇA TOTAL* NOS SETORES EMPRESARIAIS



(valores médios anuais para 24 países de Europa, Américas, África, Oceania e Ásia)*

GRÁFICO 3. EXPECTATIVA DE MAIOR REGULAÇÃO EMPRESARIAL



de má gestão diante da opinião pública. Em outros casos, a crescente impressão sobre o descolamento do setor com a agenda de interesses coletivos de suas respectivas sociedades o coloca em rota de colisão com as expectativas das pessoas: é o caso de bancos, que engordam seu faturamento descapitalizando seus clientes; dos fabricantes de bebidas alcoólicas e tabaco, que se omitem diante da adoção precoce de vícios em decorrência da expansão dos seus mercados; das companhias no setor de mídia e entretenimento, que – conforme indicam outras pesquisas – são vistas como abandonando qualquer proposta informativa crítica ou educativa. Esses fenômenos não podem tardar em serem percebidos como componentes tóxicos – antes que progressistas – das nossas sociedades. O resultado: um desconforto público difícil de reverter com essas organizações.

Uma consequência direta desse quadro de desconfiança, e das experiências adversas com certas companhias que alimentam esse ceticismo, é o apoio a uma maior regulação e controle de setores econômicos específicos. A pressão por inibir a atuação da indústria petroleira, farmacêutica e de alimentos tem crescido ano após ano

Uma consequência direta desse quadro de desconfiança, e das experiências adversas com certas companhias que alimentam esse ceticismo, é o apoio a uma maior regulação e controle de setores econômicos específicos. A pressão por inibir a atuação da indústria petroleira, farmacêutica e de alimentos tem crescido ano após ano. Essa demanda por disciplina e estímulo por parte do governo e da legislação para que as empresas cumpram um papel mais responsável abrange inclusive setores em posição relativamente confortável, como o de tecnologia da informação.

O que significa tudo isso para o movimento em prol da sustentabilidade corporativa e responsabilidade social empresarial? Em primeiro lugar, a necessidade de propor um projeto de impacto coletivo que vá além de dar tração à economia e ao emprego. Em segundo, reativar parcerias multissetoriais que reconheçam a qualidade da liderança dos movimentos sociais. Em terceiro, monitorar internamente e setorialmente o comportamento de outras organizações econômicas, colaboradores ou concorrentes, para se antecipar aos escândalos e neutralizar a impressão de que entre os agentes empresariais e a sociedade como um todo, mais do que uma convergência, só há lugar para interesses contrapostos. Por último, tomar a iniciativa autorreguladora, assim como abrir canais contínuos de diálogo com a sociedade civil organizada para corrigir desvios e punir más práticas de negócios. Só redesenhando a arquitetura da confiança pública, indo muito além de campanhas circunstanciais de imagem, é que poderá ser reconstruída a ponte com os cidadãos-consumidores, cada vez mais assertivos e exigentes a respeito das responsabilidades que cabem às grandes organizações num mundo cheio de desafios. 🏠

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**

Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



Quality
Associados

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000



epicfoundation

EPIC FOUNDATION SELECIONA ORGANIZAÇÕES PARA O SEU PORTFOLIO GLOBAL

A Epic Foundation, fundada em 2014 pelo filantropo americano Alexandre Mars, está selecionando organizações da sociedade civil de todo o mundo para o seu portfólio de instituições que serão apresentadas a potenciais doadores. A Epic Foundation faz a ponte entre doadores e organizações que tenham como enfoque proeminente o bem-estar das crianças e de adolescentes. O processo de inscrição é dividido em três fases, e não há um prazo específico para que elas se candidatem e façam parte do portfólio da Epic Foundation.

📄 <http://www.epic.foundation/pt>

PLATAFORMA REÚNE FILMES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O projeto criado pelo Instituto Alana e pela produtora Maria Farinha Filmes proporciona aos admiradores da sétima arte, o cinema, uma visão ampla e acessível de temas sociais por meio dos filmes. A plataforma está disponível em inglês e português, e a ideia é usar o cinema como ferramenta de transformação social. Por meio das películas, são divulgadas causas que merecem ser amplificadas e contadas. Cada página traz um conteúdo extra, com informações sobre a questão abordada, extras do filme, ou links com artigos referentes às temáticas.

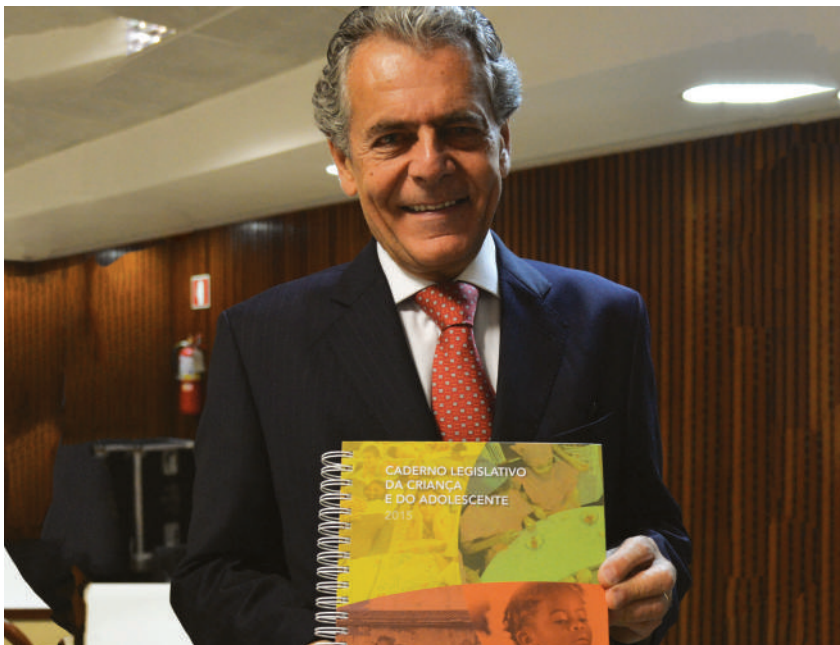
📄 <http://www.alana.org.br>

MORADORES DO RIO GANHAM PASSAPORTE PARA VISITAS GRATUITAS A 43 MUSEUS

Uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e a prefeitura do Rio de Janeiro permitiu o lançamento do Passaporte dos Museus Cariocas, que consiste em uma caderneta de bolso com informações sobre 43 museus da cidade, com a qual seus portadores terão acesso gratuito às instituições em dias específicos da semana. A tiragem inicial do Passaporte dos Museus Cariocas é de 50 mil exemplares, que serão distribuídos gratuitamente em seis pontos: museus Nacional de Belas Artes, da República, de Arte do Rio, Aeroespacial e Centro Cultural Banco do Brasil, além do Imperial (em Petrópolis).

📄 <http://www.museus.gov.br/tag/passaporte-carioca>

ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



O presidente da Fundação Abrinq, Carlos Antonio Tilikian, apresenta na Câmara dos Deputados a segunda edição do Caderno Legislativo da Criança e do Adolescente

ABRINQ LANÇA NOVA EDIÇÃO DO CADERNO LEGISLATIVO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Fundação Abrinq, que atua na promoção dos direitos de crianças e adolescentes, lançou a segunda edição do Caderno Legislativo da Criança e do Adolescente, que analisa os principais projetos sobre infância e adolescência em discussão no Congresso Nacional. O estudo foi dividido nas áreas de educação, proteção e saúde, e contempla temas como maioridade penal, desaparecimento de crianças e adolescentes, exigência de laudo pericial em crimes de exploração sexual, idade para ingressar no ensino fundamental, educação integral, pornografia infantil e crimes cibernéticos, *bullying*, trabalho infantil, além do uso de drogas e álcool.

📄 <http://www.fundabrinq.org.br>



As ações fazem parte do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (Prodoc), que envolveu 40 povos e uma população total de cerca de 35 mil indígenas

PARCERIA ENTRE UNESCO E MUSEU DO ÍNDIO PRODUZ GRAMÁTICAS E DOCUMENTA 13 LÍNGUAS INDÍGENAS

Treze línguas indígenas faladas no Brasil e sob ameaça de extinção foram documentadas em áudio e vídeo por um projeto do Museu do Índio, da Fundação Nacional do Índio (Funai), em parceria com a Organização da ONU sobre a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Dez delas ganharam gramáticas descritivas básicas e um banco de dados que poderá resultar em dicionários. O projeto também deu início à produção de cinco gramáticas pedagógicas para uso em escolas indígenas do país. As ações fazem parte do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (Prodoc), que envolveu 40 povos e uma população total de cerca de 35 mil indígenas.

<http://www.unesco.org>



OPAS E OMS PRODUZEM MATERIAL PARA PROMOVER IGUALDADE NA SAÚDE PÚBLICA

Com o objetivo de sensibilizar e preparar profissionais de saúde para lidar com as condições de desigualdade que se manifestam nos serviços de saúde, a Fundação Demócrito Rocha (FDR), em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) no Brasil, produziu, como parte integrante do Curso de Extensão em Educação à Distância, oferecido pela Universidade Aberta do Nordeste (Uane), a Coleção Promoção da Equidade no SUS. A Coleção é composta por três livretos que contêm material impresso e DVDs com o conteúdo técnico das aulas, além de um encarte impresso com os 12 fascículos que abordam o conteúdo completo do curso com informações relevantes e completas sobre o SUS, como leis que o regem e as principais políticas voltadas para populações vulneráveis de forma didática e esclarecedora.

<http://www.fdr.com.br/equidadenosus>

Prêmio UNESCO-Hamdan para a eficácia dos professores



Convocatória de candidaturas 2015-2016

ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO INTERNACIONAL UNESCO-HAMDAN

A edição 2015-2016 do Prêmio UNESCO-Hamdan bin Rashid Al-Maktoum para Melhores Práticas e Desempenhos no Aprimoramento da Eficácia dos Docentes está aberta. Organizações podem enviar sua candidatura a um dos três prêmios de 100 mil dólares (320 mil reais, aproximadamente), que serão concedidos a iniciativas de todo o mundo. O prêmio é realizado a cada dois anos em reconhecimento às ações que contribuem para melhorar as práticas educacionais, preferencialmente em países em desenvolvimento e em comunidades marginalizadas ou desfavorecidas. O prazo para apresentação de candidaturas vai até 31 de outubro de 2015, em inglês ou em francês.

<http://www.unesco.org>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DIVULGA ACERVO SOBRE OS CONFLITOS NO CAMPO

O acervo digital disponibilizado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Secretaria Nacional Comissão Pastoral da Terra (CPT), contém registros de conflitos que envolvem trabalhadores do campo e denúncia para a violência sofrida por esse público. O centro não apenas faz a organização da documentação, mas também se propõe a realizar uma análise crítica desse material, com a finalidade de organizar o registro da luta e a história dos movimentos sociais do campo. O Fundo da CPT é dividido em subfundos.

www.cptnacional.org.br



TEN YAD

A **Instituição Beneficente Israelita Ten Yad** foi fundada em 1992 e atua no Estado de São Paulo, onde distribui mais de 700 toneladas de alimentos por ano por meio de programas de segurança alimentar, promoção e inclusão social. Conta com parcerias com o Estado e com a prefeitura. Em pouco mais de duas décadas, o Ten Yad já recebeu vários prêmios, como o Bem Eficiente, o Prêmio Betinho e o Prêmio de Cidadania 2005. É uma das poucas instituições beneficentes no Brasil a possuir o certificado ISO 9001:2008, que atesta a qualidade de todos os processos e controles nas refeições oferecidas. Graças à dedicação e carinho de voluntários, funcionários e mantenedores, a ONG consegue tornar a vida de milhares de pessoas mais digna e justa.

tenyad.org.br

1. Sacola dobrável

R\$ 15,00

2. Camiseta

R\$ 25,00



1



2



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINFOMA E LEUCEMIA

A **Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia** (Abrale) foi fundada em 2002 com a missão de oferecer ajuda e mobilizar parceiros para que todas as pessoas com câncer do sangue no Brasil tenham acesso ao melhor tratamento. A vida de milhares de pessoas que lutam contra os cânceres do sangue depende de acesso a medicamentos de alto custo, centro de tratamento especializado, psicólogos que ajudam a enfrentar este difícil momento, advogados

para orientar sobre os seus direitos, além de informações atualizadas e programas especiais. Por isso, toda a atuação da Associação é alinhada aos pilares: apoio ao paciente, educação/informação, políticas públicas e coleta e organização de dados. Os programas da Abrale visam auxiliar no empoderamento dos pacientes e ampliar seus conhecimentos, favorecendo suas decisões compartilhadas com os médicos e profissionais da saúde. Uma vez que o paciente se sente fortalecido, ele passa a ter o importante papel multiplicador em sua família, comunidade e cidade, e tem condição de

ajudar outros pacientes a também buscarem os seus direitos. A entidade possui sede em São Paulo e filiais nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

www.abrale.org.br

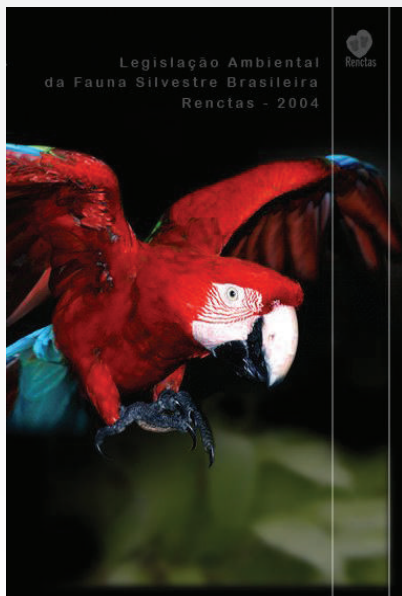
1. Livro e CD: "O dodói da Gigi"

R\$ 20,00

2. Caderno amor

R\$ 20,00

1



2



ONG REDE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES

Fundada em 1999, a **Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres** (Renctas) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que luta pela conservação da biodiversidade, combate ao tráfico de animais, que movimentam cerca de US\$ 3 bilhões por ano no país. Com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, a ONG desenvolve ações em todo o território nacional por meio de parcerias com a iniciativa privada, o Poder Público e o Terceiro Setor.

www.renctas.org.br

1. CD de Legislação Brasileira Sobre A Fauna Silvestre

R\$ 25,00.

2. Livro Empreendedorismo na gestão ambiental: O Combate ao Tráfico de Animais Silvestres

R\$ 25,00



2



OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

As **Obras Sociais Irmã Dulce** (OSID) foram iniciadas em 1959. A instituição é fruto da trajetória de amor e serviço e da persistência da freira baiana Irmã Dulce, que peregrinou durante mais de uma década em busca de um local para abrigar pobres e doentes recolhidos das ruas de Salvador. As raízes da OSID datam de 1949, quando a Irmã, sem ter para onde ir com 70 doentes, pediu autorização à sua superiora para abrigar os enfermos em um galinheiro situado ao lado

do Convento Santo Antônio. O episódio fez surgir a tradição de que o maior hospital da Bahia nasceu a partir de um simples galinheiro. Atualmente, a entidade filantrópica abriga um dos maiores complexos de saúde 100% SUS do país, com cerca de 4 milhões de atendimentos ambulatoriais por ano a usuários do Sistema Único de Saúde, idosos, pessoas com deficiência e com deformidades craniofaciais, pacientes sociais, moradores de rua, usuários de substâncias psicoativas e crianças e adolescentes em situação de risco social. A organização conta com um

perfil de serviços único no país, distribuídos em 16 núcleos que prestam assistência à população de baixa renda nas áreas de Saúde, Assistência Social, Pesquisa Científica, Ensino em Saúde, Educação e na preservação e difusão da história de sua fundadora.

www.irmadulce.org.br

1. Camisa Contorno Abraço Irmã Dulce

R\$ 30,00

2. Boneca Irmã Dulce

R\$ 18,00



ENTRE MUROS E PONTES, A ÉTICA

“Eu não estou aqui”.

Foram essas as palavras escolhidas por Mário Quintana – poeta, tradutor e jornalista brasileiro – como seu epitáfio. Se lá onde foi depositado e permanece o seu corpo ele não está, por onde andará? Talvez impregnado nas pessoas, como neste autor, atingidas ao longo de décadas pelas suas palavras organizadas em ritmo de provocações sagazes e bem humoradas.

A escolha do epitáfio pode ser uma espécie de dica daquilo que o poeta e jornalista gaúcho pretendeu com a sua vida em vida, e também com o que ficaria de si após a sua morte, ou seja, a fluência, a mistura, a sementeira que escapa ao terreno fixo onde reside a matéria primária. O desejo de voar com o vento, cruzando pontes e estabelecendo parcerias na sensação de sentimentos e na criação de ideias. Desejo relacionado à vontade, quase arte, de construir e atravessar pontes em busca de bons e necessários encontros.

Ainda recorrendo à analogia da travessia da ponte, certa vez o inglês Isaac Newton (1642-1727), que viveu grande parte dos seus 85 anos se dedicando à Matemática, Filosofia Natural, Teologia e Alquimia, disse que os seres humanos constroem muros demais e pontes de menos. Vindas de um indivíduo que ficou na História como alguém muito inclinado aos estudos científicos, essas palavras podem causar estranheza naquelas que insistem em observar o humano como um armário cheio de gavetas, nas quais estão acomodadas, separadamente, nossas porções emocionais e racionais.

Deixando escapar mais um pouco de ironia, alguns desavisados até poderiam optar pela compreensão de que Newton

estaria se referindo ao cenário da Engenharia Civil inglesa quando citou os muros e as pontes. Opta-se, aqui, pela potência provocativa do personagem inglês em se tratando da relevância do reconhecimento dos desafios – os muros – nas relações humanas, abraçadas diretamente à qualidade dos caminhos de aproximação – as pontes.

São muitas as partes que se unem para transformar um rascunho em obra, sonho desejoso em possibilidade de encurtar distâncias. Entre esses elementos e partes, a ética parece ter um papel essencial no recheio das pontes que aproximam sujeitos. Quando se assume a ética como recheio, e não como pintura ou verniz, há de se especializar o olhar para essa medida capaz de aproximar ou distanciar os envolvidos daquilo que os gregos arcaicos, por exemplo, buscavam nas relações consigo mesmos e com os outros: a nobreza, a beleza e a justiça.

Os mestres gregos, responsáveis pela educação das crianças a partir dos seis anos de idade, tinham claro para si que, antes de apresentar as técnicas – como a alfabetização e o cultivo de algum ofício –, era fundamental fortalecer os alicerces éticos daqueles seres em desenvolvimento. O desafio era acompanhar e apoiar a criança e o adolescente na travessia que partia do *insthos* (instinto), passava pelo *esthos* (afetos) para chegar ao *ethos* (ética). Essa jornada, também denominada por eles como Caminho do Herói – bastante explorada nas obras de Joseph Campbell, no século 20 –, tinha como objetivo “aproximar os homens dos deuses”, por meio, exatamente, da nobreza, beleza e justiça de suas atitudes.

A caminhada se dava, especialmente, por meio do teatro, dança, esportes e referências mitológicas. Sócrates, inclusive, defendia a

O projeto de transmutação cotidiana dos instintos em virtudes, por meio da decisão de afetar e do desejo de ser afetado, nutritivamente, pelo seu entorno, é ouro que o alquimista humano talvez não deva perder de vista

urgência do ensino da ética a partir da mais tenra idade, buscando evitar a instalação da mentira e dos vícios. Tal urgência era justificada pelo filho de Fenareta pelo fato de que, para o conhecimento racional, o humano disporia da vida toda, enquanto que para a formação ética o tempo seria curto, sob pena de distorções irreversíveis de caráter. Assim, a opção de apresentar às crianças e aos adolescentes estímulos ao comportamento ético antes do ensino das técnicas era a aposta direta daquele povo.

O projeto de transmutação cotidiana dos instintos em virtudes, por meio da decisão de afetar e do desejo de ser afetado, nutritivamente, pelo seu entorno, é ouro que o alquimista humano talvez não deva perder de vista.

Que o Terceiro Setor seja, cada vez mais, espaço consistente de aprendizado e demonstração da possibilidade, ou ainda, da necessidade, de alterarmos a matriz de nossa sociedade, que hoje flerta muito mais com o individualismo do que com o altruísmo. 📖

••• **SIM!** •••

**O RÁDIO ESTÁ
NA INTERNET**



A Rádio Tom Social é a primeira emissora online do Brasil com seguimento para área social com objetivo de democratizar a informação do terceiro setor.

**Transmissão 100%
na internet**

**com o melhor da MPB, Rock Nacional
além de informações sobre
o Terceiro Setor.**

Um canal do



Produtora



**RÁDIO
TOM SOCIAL**

www.

**radiotomsocial
.org.br**



A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do Assessoramento técnico às entidades socioassistenciais em todo o Brasil.

